

ISSN : 3085-7198

Revista Eletrônica

Vol. 3, nº. 1

CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Abril de 2025



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Cátedra
**Celso
Furtado**

20
ANOS

Cadernos de Economia e Política

Ano 3. Vol. 1, 2025

**FESPSP - Fundação
Escola de Sociologia
e Política de São Paulo**

Rua General Jardim, 522

Vila Buarque, São Paulo - SP, 01223-010

73 9 99484735

revistacatedra@fespsp.org.br

Criada em 2005, a Cátedra Celso Furtado é um centro de estudos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) que tem como objetivo promover espaços de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento nacional, articulando o diálogo entre Economia Política e Sociedade. Como espaço de integração entre a produção de conhecimento, a formação acadêmica e a descoberta de ideias, a Cátedra Celso Furtado tem como missão contribuir para o debate público com uma agenda de pesquisa voltada ao enfrentamento das desigualdades e à construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

A partir desta missão, a revista Cadernos de Economia e Política surge no intuito de fomentar reflexões e estudos sobre o desenvolvimento como um processo social e histórico, reunindo contribuições de docentes e discentes da FESPSP e de outras instituições.



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Cátedra
**Celso
Furtado**

20
ANOS

ISSN : 3085-7198

Revista Eletrônica

Vol. 3, nº. 1

CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Abril de 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Cadernos de Economia e Política — periódico da
Cátedra Celso Furtado da Fundação Escola de
Sociologia e Política de São Paulo — FESPSP

n. 3 (2025) - São Paulo, FESPSP,

3085-7198, 6^a. eletrônica

Desenvolvimento econômico; Política industrial;
Planejamento estatal; Nova Indústria Brasil (NIB);
Reindustrialização.

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo,
Cátedra Celso Furtado

CORPO EDITORIAL

Editor-chefe: *Prof. Dr. Euzébio Jorge Silveira de Sousa*

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Del Vecchio (FESPSP, Brasil)

Barbara Vallejos Vazquez (UCLM, Espanha)

Ederson Ferreira Crispim (FESPSP, Brasil)

Euzébio Jorge Silveira de Sousa (FESPSP, Brasil)

Fernando Garcia (USP, Brasil)

Leandro Salman Torelli (FESPSP, Brasil)

Marcos Barreto (FESPSP, Brasil)

Mariana Venturni (Unicamp, Brasil)

Marianna Braghini Deus Deu (FESPSP, Brasil)

Paulo Silvino (FESPSP, Brasil)

Rafael Rodrigues da Costa (FESPSP, Brasil)

Rodrigo Estramanho de Almeida (FESPSP, Brasil)

Ubiratan de Paula Santos (FESPSP, Brasil)

PARECERISTAS

Angelo Del Vecchio

Euzébio Jorge Silveira de Sousa

Fernando Garcia

João Ricardo Penteado

Mariana Venturini

Rafael Rodrigues da Costa

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista responsável: Lino Ito Bocchini

Preparação e revisão de originais: Rafael Rodrigues da Costa

Projeto gráfico: Victória Munhoz

Diagramadora: Victória Munhoz

Secretário: Pedro Sanches

DIRETORIA EXECUTIVA DA FESPSP

Diretor Geral: Angelo Del Vecchio

Vice-Diretor Geral: Marcos Barreto

Diretor Financeiro: Ricardo Pereira da Silva

Diretora Secretária Geral: Laura Bernardes

CONSELHO SUPERIOR DA FESPSP

Presidente: Ubiratan de Paula Santos

Vice-Presidente: Ana Odila de Paiva Souza

Vice-Presidente: Francisco Aparecido Cordão

Vice-Presidente: Vicente Carlos Y Plá Trevas

Secretário: Aluisio Almeida Schumacher

MEMBROS

Alfredo Attié

José Castilho Marques Neto

Maria Silvia Portela de Castro

Marian Salles Gomes Bellamy

Marilane Oliveira Teixeira

CÁTEDRA CELSO FURTADO

Coordenador Executivo: Rafael Rodrigues da Costa

Estagiário: Pedro Sanches

SUMÁRIO

1	Apresentação da 6ª Edição da Revista Cadernos de Economia Política <i>Equipe Editorial da Revista.....</i>	10
2	Nova Indústria Brasil e Desenvolvimento no século XXI: Planejamento como estratégia de inovação e Reindustrialização do Brasil <i>Euzébio Jorge Silveira de Sousa e Rafael Rodrigues da Costa.....</i>	14
3	Possibilidades democráticas no Brasil, à luz do desenvolvimento do pensamento político brasileiro <i>Otávio Piza.....</i>	48
4	“Path Dependence”, Estado Amálgama e Autoritarismo Instrumental no Brasil <i>Danielle de Alcantara Farias.....</i>	58
5	Raízes do Subdesenvolvimento no Brasil: a pobreza brasileira enquanto uma construção que ainda perpetua <i>Carla Monize Almeida Brito.....</i>	70
6	Os impactos da dependência no mercado de trabalho sob os olhares de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini entre os anos de 1969 e 1974 <i>Henrique Kildare Fukuhara.....</i>	81
7	Desmistificando o Milagre: Uma análise sobre o legado do Milagre Econômico no Brasil <i>Pedro Dib Aguiar.....</i>	102

8

Trabalho escravo e crescimento econômico: dois pontos que não convergem no ideal de dignidade do povo brasileiro

Luciana Elizabete dos Santos e Mário Henrique Renó Faria..... 116

9

A Moradia como Direito ou Mercadoria? Reflexões sobre o Minha Casa Minha Vida e o Neoliberalismo

Fernanda Leonel, Fernando Morgato e José Henrique

Lopes Brasílio..... 132

10

As diferentes formações econômicas na colonização do Brasil e dos EUA

Bruno Ferreira Silva e Davi Beznos Nogueira..... 160

11

“Ecofeminismo: uma alternativa ao sistema capitalista

Sofia Zuca Portugal Pudles e Mariana Abranches Teixeira

Bastos Marcos..... 172

12

Os ODS e a população em situação de rua: consequências de um projeto econômico triunfante e colonial brasileiro

Diego Borges Cordeiro e Rafael Wulleumier Daumas Nunes..... 184

13

Apresentação da Cátedra Celso Furtado e Relatório de Atividades de 2024

Rafael Rodrigues da Costa.....205

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO 6ª EDIÇÃO CADERNOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Equipe Editorial da Revista

A Cadernos de Economia Política é uma publicação acadêmica vinculada à Cátedra Celso Furtado da FESPSP. Com periodicidade semestral, a revista tem como objetivo principal estimular a produção docente e discente, oferecendo um espaço para que estudantes de graduação e pós-graduação possam apresentar reflexões críticas sobre os desafios históricos e contemporâneos do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Inspirada pelo legado de Celso Furtado, a Cátedra atua como núcleo de formação, pesquisa e debate em torno do pensamento estruturalista, das desigualdades, da dependência e das alternativas para um projeto nacional soberano, inclusivo e sustentável.

Esta edição reúne um conjunto de artigos que dialogam diretamente com os dilemas da sociedade brasileira, seus entraves estruturais e as possibilidades de transformação a partir de uma perspectiva crítica e multidisciplinar.

A edição se inicia com o artigo “Nova Indústria Brasil e Desenvolvimento no século XXI: Planejamento como estratégia de inovação e Reindustrialização do Brasil”, de Euzébio Jorge Silveira de Sousa e Rafael Rodrigues da Costa, que analisa a Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial lançada pelo governo brasileiro em 2024, como resposta aos desafios contemporâneos da reindustrialização e da transição ecológica. O artigo retoma experiências históricas de

planejamento, como o Plano de Metas e o II PND, discutindo a capacidade do Estado em articular inovação, sustentabilidade e inclusão social em um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Na sequência, o artigo “Possibilidades democráticas no Brasil, à luz do desenvolvimento do pensamento político brasileiro”, de Otávio Piza, investiga as tradições do pensamento político nacional e suas contribuições para o fortalecimento das instituições democráticas diante das crises contemporâneas.

Dialogando com o tema, Danielle de Alcantara Farias, no artigo “‘Path Dependence’, Estado Amálgama e Autoritarismo Instrumental no Brasil”, analisa as permanências institucionais e os elementos estruturais do Estado brasileiro que favorecem tendências autoritárias em momentos de crise política.

Em seguida, o texto “Raízes do Subdesenvolvimento no Brasil”, de Carla Monize Almeida Brito, oferece uma leitura histórica das origens coloniais da desigualdade social no Brasil, com base nos referenciais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, argumentando que a pobreza é uma construção histórica enraizada na formação de um capitalismo dependente e excludente.

No artigo “Os impactos da dependência no mercado de trabalho sob os olhares de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini”, Henrique Kildare Fukuhara retoma os principais fundamentos da teoria da dependência para pensar a precarização do trabalho na América Latina, com base na superexploração e na inserção subordinada da região na economia mundial.

A reflexão crítica sobre o “milagre econômico” é apresentada por Pedro Dib Aguiar em “Desmistificando o Milagre Econômico”, que discute os impactos de curto e longo prazo do modelo adotado durante a ditadura militar, questionando a narrativa de progresso econômico diante da manutenção das desigualdades sociais.

O texto “Trabalho escravo e crescimento econômico”, de Luciana Elizabete dos Santos e Mário Henrique Renó, aborda a permanência de formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão e como essas práticas se articulam a um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente.

Com enfoque urbano, o artigo “A Moradia como Direito ou Mercadoria?”, de Fernanda Leonel, Fernando Morgato e José Henrique Brasílio, analisa o programa Minha Casa Minha Vida à luz da lógica neoliberal e das contradições da política habitacional no Brasil contemporâneo.

No plano das comparações históricas, o artigo “As diferentes formações econômicas na colonização do Brasil e dos EUA”, de Bruno Ferreira Silva e Davi Beznos Nogueira, examina como os modelos coloniais divergentes resultaram em trajetórias econômicas distintas, moldando as bases do desenvolvimento em cada país.

No campo das alternativas sistêmicas, o texto “Ecofeminismo: uma alternativa ao sistema capitalista”, de Sofia Pudles e Mariana Bastos, apresenta uma crítica à interseção entre capitalismo, patriarcado e destruição ambiental, defendendo o ecofeminismo como alternativa teórica e política.

Em seguida, o artigo “Os ODS e a população em situação de rua”, de Diego Borges Cordeiro e Rafael Wuilleumier Daumas Nunes, propõe uma leitura crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), argumentando que, sem articulação a um projeto

nacional autônomo, essas metas globais não são suficientes para enfrentar problemas estruturais como a exclusão da população em situação de rua, especialmente nas grandes cidades brasileiras.

A revista se encerra com o texto “Apresentação da Cátedra Celso Furtado e Relatório de Atividades de 2024”, assinado por Rafael Rodrigues da Costa, que sintetiza as ações, atividades e perspectivas da Cátedra no último ano, reafirmando seu papel como espaço de formação, reflexão crítica e formulação de alternativas para o desenvolvimento nacional.

A despeito das diferentes temáticas, os textos refletem a necessidade comum de se pensar os desafios do desenvolvimento brasileiro – alguns novos, outros de natureza estrutural. A emergência climática, os processos de digitalização e a reorganização das cadeias globais de valor colocam o Brasil em um ponto de inflexão histórica. Por um lado, essas transformações impõem severas ameaças ao país seja do ponto de vista econômico, social e ambiental. Por outro, possibilitam ao país uma rara janela de oportunidades, uma vez que essas transformações estão relacionadas a recursos e capacidades que projetam ao Brasil a possibilidade de se tornar uma liderança regional e construir um projeto nacional de desenvolvimento sintonizado com as exigências do século XXI.

Essa construção exige a retomada das contribuições do desenvolvimentismo latino-americano, atualizadas pelos novos dilemas da transição ecológica e da transformação digital. É nesse espírito que esta revista se coloca: como espaço de debate e formação, aberta às múltiplas vozes e contribuições que possam somar-se à elaboração de um projeto de país inclusivo, soberano e sustentável. Um projeto que, para se tornar realidade, precisa ser construído a muitas mãos e com visão de longo prazo.

NOVA INDÚSTRIA BRASIL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI: PLANEJAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO E REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Rafael Rodrigues da Costa

Resumo

Este artigo analisa a Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em 2024, à luz do histórico de planejamento econômico brasileiro e dos desafios da reindustrialização contemporânea.

Parte-se do problema: como a NIB responde aos desafios atuais do desenvolvimento e em que medida dialoga com experiências anteriores, como o Plano de Metas (1956–1961) e o II PND (1975–1979)? O objetivo é refletir sobre a capacidade da NIB de articular inovação, sustentabilidade e inclusão social em uma estratégia de longo prazo. O texto está dividido em cinco partes: (1) histórico do planejamento; (2) diagnóstico da indústria; (3) abordagem por missões; (4) detalhamento das missões da NIB; e (5) desafios de implementação. Conclui-se que a NIB é um passo relevante para retomar o desenvolvimento nacional, mas seu sucesso dependerá da articulação entre políticas de longo prazo, investimento público e planejamento econômico. A transição digital e ecológica representa uma janela de oportunidade para qualificar a inserção do Brasil na economia global.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico; Política industrial; Planejamento estatal; Nova Indústria Brasil (NIB); Reindustrialização.

Introdução

O Brasil possui uma longa tradição de pensamento e prática desenvolvimentista que estruturou suas principais estratégias de crescimento ao longo do século XX. Desde a década de 1930, com o advento da industrialização por substituição de importações, o Estado brasileiro desempenhou um papel central na formulação e execução de políticas econômicas voltadas à transformação da estrutura produtiva nacional. O período compreendido entre 1930 e 1980 foi caracterizado por elevadas taxas de crescimento do PIB, expansão industrial e aumento da produtividade, destacando-se a experiência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, entre 1957 e 1961, quando o crescimento médio anual do PIB alcançou 8,2%, com um aumento de 5,1% na renda per capita (LACERDA; REGO; MARQUES, 2006). No entanto, a partir dos anos 1980, esse modelo entrou em crise diante de desequilíbrios macroeconômicos, elevado endividamento externo e mudanças na economia internacional, culminando em um processo de desindustrialização

precoce e perda de dinamismo produtivo nas décadas seguintes (ARAUJO; MATTOS, 2014).

A economia brasileira enfrenta um cenário desafiador, marcado nas últimas décadas pela redução na participação da indústria e pela crescente dependência na exportação de commodities de baixo valor agregado e elevado custo ambiental. Essa contradição reflete uma estrutura econômica que, embora rica em recursos naturais e humanos, cresce de maneira desigual e concentrada, tornando-se cada vez mais vulnerável às oscilações do cenário internacional e mais dependente do ponto de vista estrutural. A falta de investimentos em inovação e tecnologia agrava essa dependência, comprometendo a competitividade da indústria brasileira no longo prazo e dificultando a transição para um modelo econômico digital, integrado e neutro em carbono.

Como consequência, o país corre o risco de limitar não apenas o seu potencial de crescimento econômico, mas também as suas possibilidades

de alcançar um desenvolvimento nacional sustentável. Sem uma reorientação estratégica capaz de enfrentar esses desafios, o Brasil ameaça ficar para trás em um cenário global cada vez mais competitivo e ambientalmente crítico, no qual a inovação tecnológica e a sustentabilidade serão os principais motores do desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países.

Diante desse contexto, a Nova Indústria Brasil (NIB), anunciada em 2023 e formalizada em 2024 no âmbito do terceiro governo Lula, representa uma tentativa contemporânea de reconfigurar a política industrial brasileira. Com horizonte até 2033, a NIB propõe uma estratégia de “neointustrialização” com base em tecnologias verdes e inovação, visando recuperar a participação da indústria no PIB, gerar empregos qualificados e elevar o valor agregado das exportações. Três diretrizes estruturam o plano: (i) fomento ao progresso técnico e à produtividade; (ii) aproveitamento estratégico das

vantagens comparativas nacionais; e (iii) reposicionamento do Brasil no comércio internacional. Para tanto, articula instrumentos políticos em três grandes eixos: financiamento de longo prazo, melhoria do ambiente de negócios e utilização do poder de compra do Estado. Estima-se que aproximadamente R\$ 300 bilhões sejam mobilizados até 2026 (BRASIL, 2024).

Um dos elementos mais inovadores da NIB é a adoção da abordagem de missões, fortemente inspirada na proposta de Mazzucato (2022), que redefine o papel do Estado como agente proativo na formulação de missões públicas transformadoras. Segundo Mazzucato (2022), missões são desafios sociais complexos que requerem coordenação interinstitucional, inovações tecnológicas e institucionais, e envolvimento de múltiplos atores. O Estado deve atuar como investidor de primeira instância, direcionando recursos, assumindo riscos e promovendo mudanças estruturais. Essa abordagem rompe com a lógica da maximização do valor para acionistas, característica basilar do capitalismo financeirizado, propondo uma

governança baseada no valor e interesse público, sustentabilidade e inclusão social.

A NIB estrutura suas ações em seis missões prioritárias: (1) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; (2) complexo econômico-industrial da saúde; (3) infraestrutura urbana, saneamento e mobilidade sustentável; (4) transformação digital da indústria; (5) bioeconomia e transição energética; e (6) tecnologias de defesa e soberania (BRASIL, 2024). Cada missão se desdobra em um conjunto de projetos, metas e instrumentos de financiamento, envolvendo parcerias entre Estado, setor privado, academia e sociedade civil. Como exemplo, a Missão 6 direcionou, em 2025, R\$ 112,9 bilhões para fortalecer cadeias de satélites, aeroespacial e cibernética. As demais missões seguem estrutura semelhante, alinhando metas nacionais a esforços de reindustrialização sustentável.

Dessa forma, a Nova Indústria Brasil representa uma tentativa de reposicionar a indústria nacional no centro do projeto de desenvolvimento brasileiro,

recuperando a tradição do planejamento econômico com ferramentas compatíveis com os desafios do século XXI. Contudo, a implementação plena desse plano enfrenta diversos obstáculos relevantes. Entre eles, destaca-se a insuficiência de recursos financeiros para sustentar os investimentos planejados, bem como a dificuldade histórica do Brasil em garantir a continuidade de políticas públicas de longo prazo, especialmente diante de um ambiente político marcado pela polarização e instabilidade institucional. Além disso, o cenário internacional contribui com incertezas adicionais, como os desdobramentos da guerra na Ucrânia e o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, eventos que podem impactar cadeias produtivas globais, acordos multilaterais e o fluxo de investimentos. O lema da Nova Indústria Brasil “construir uma indústria forte, transformadora e sustentável”, expressa, assim, não apenas a ambição de um novo ciclo de crescimento tecnológico, inclusivo e ambientalmente

responsável, mas também o desafio de consolidar uma estratégia de Estado em meio a um contexto nacional e internacional adverso.

Ao longo deste artigo, serão discutidos os principais elementos que estruturam a Nova Indústria Brasil (NIB) e os desafios para sua efetiva implementação. O artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os principais desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira e de que forma a Nova Indústria Brasil (NIB) dialoga com as experiências históricas de planejamento econômico nacional? A partir dessa problemática, tem-se como objetivos: (i) compreender como as experiências brasileiras anteriores de planejamento podem contribuir para o enfrentamento dos desafios atuais; (ii) analisar a estrutura, princípios e diretrizes da NIB; e (iii) discutir em que medida a NIB propõe uma estratégia de desenvolvimento compatível com os dilemas do século XXI.

Na primeira seção, analisa-se a história do planejamento econômico no Brasil a partir da experiência do Plano de Metas e do II Plano

Nacional de Desenvolvimento (II PND), ressaltando suas contribuições, limitações e lições para o presente. Em seguida, apresenta-se um diagnóstico da situação atual da indústria brasileira, abordando o processo de desindustrialização a reprimarização da economia e seus impactos sobre o mercado de trabalho e a estrutura produtiva. Posteriormente, discute-se o conceito de “missões” como eixo orientador das novas políticas industriais e o modo como a NIB incorpora essa abordagem para promover a reindustrialização do país. A quarta seção detalha os objetivos, princípios e as seis missões prioritárias da NIB, explicando os critérios de sua escolha e sua relevância para a transformação estrutural da economia brasileira. Por fim, na última seção, desenvolve-se uma análise crítica sobre os desafios operacionais e institucionais do plano, destacando a importância do financiamento adequado, da continuidade das políticas públicas e da articulação entre os diversos agentes econômicos e sociais para o sucesso da Nova Indústria Brasil.

O Plano de Metas, IIPND e as experiências brasileiras de planejamento

A trajetória do planejamento econômico brasileiro ao longo do século XX é marcada por experiências que, embora distintas em seus contextos políticos e econômicos, dialogam entre si na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. O Plano de Metas e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) são expressões emblemáticas dessa trajetória, ambos pautados por uma visão de desenvolvimento que atribui ao Estado um papel central na indução da industrialização e na modernização da infraestrutura econômica. Enquanto o Plano de Metas foi responsável por consolidar as bases da industrialização pesada e ampliar a integração territorial, o II PND buscou aprofundar esse processo com foco na sofisticação tecnológica, na autonomia produtiva e na inserção do Brasil como potência regional. As convergências entre essas duas experiências revelam uma continuidade de propósitos e instrumentos, ainda que adaptadas às diferentes conjunturas históricas,

políticas e democráticas reforçando a importância do planejamento estatal como ferramenta estratégica de transformação estrutural da economia brasileira.

O Plano de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), representa a primeira e mais bem-sucedida experiência de planejamento econômico sistemático da história brasileira. Constituiu um marco não apenas para o desenvolvimento nacional, mas também serviu de inspiração para planos de desenvolvimento em outros países. Sua formulação e execução representaram a consolidação de uma estratégia de industrialização acelerada, orientada pelo planejamento estatal e pela indução do investimento em setores estratégicos da economia nacional.

Conforme destaca Lessa (1972), o Plano de Metas deve ser compreendido como a expressão mais organizada do projeto de substituição de importações no Brasil, articulando uma visão de

modernização produtiva e integração territorial. Seu lema — “Cinquenta anos em cinco” — sintetizava a ambição de promover uma transformação estrutural rápida, posicionando o país em patamares mais elevados de desenvolvimento.

A gênese do plano foi influenciada por experiências anteriores de planejamento e diagnóstico, como o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e, principalmente, o relatório do Grupo Misto Cepal-BNDE de 1955, que utilizou o conceito de “pontos de estrangulamento” para identificar setores cuja expansão era considerada fundamental para destravar o crescimento (BASTOS; COSTA, 2021).

Formalizado com a criação do Conselho do Desenvolvimento, em 1956, o Plano de Metas organizava-se em cinco grandes áreas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação, totalizando 31 metas, às quais foi adicionada uma meta autônoma: a construção de Brasília (LACERDA et al., 2010).

Em termos operacionais, o plano contou com forte presença do

investimento público, especialmente nas áreas de infraestrutura. Segundo dados do próprio plano, cerca de 71% dos investimentos concentraram-se em energia e transportes, com participação complementar do setor privado, sobretudo nas indústrias de base, como o setor automobilístico (BASTOS; COSTA, 2021). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi a principal instituição financiadora do esforço estatal atuando em sinergia com grupos executivos e empresas estatais recém-criadas, como a Petrobras, Eletrobras e Companhia Siderúrgica Nacional. Além disso, o financiamento externo desempenhou papel importante na viabilização do plano, com o Brasil recorrendo a empréstimos internacionais e ao apoio de agências multilaterais para complementar os recursos domésticos.

Esse fluxo de capitais estrangeiros foi fundamental para a execução de projetos de grande porte, especialmente na área de energia e transporte, setores considerados estratégicos para sustentar o avanço industrial e a integração territorial do país. Ao mesmo tempo, no

entanto, a entrada maciça de capital externo também teve implicações significativas, entre elas o aumento da dependência tecnológica em relação às matrizes estrangeiras e a crescente vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos. Além disso, o financiamento externo elevou os níveis de endividamento público e expôs a economia brasileira às oscilações das taxas de juros e das condições internacionais de crédito, inaugurando uma trajetória de maior subordinação à lógica do capital internacional, especialmente no que se refere à repatriação de lucros e à pressão por estabilidade cambial.

A construção de Brasília, além de simbolizar o ímpeto modernizador do governo JK, teve papel estratégico na interiorização do desenvolvimento, articulando a nova capital ao eixo produtivo nacional.

Os dados de execução das metas ajudam a dimensionar os avanços e os limites da iniciativa. Por exemplo, no setor de energia elétrica, realizou-se 82% da meta estipulada; no setor de aço, 60%; em cimento, 62%; e em produção de veículos (carros

e caminhões), 78%. No setor de infraestrutura, as metas de construção de rodovias foram superadas em 38%, enquanto ferrovias e carvão ficaram abaixo do esperado (ABREU, 1990).

Um aspecto central da viabilização do Plano de Metas foi a entrada de capital estrangeiro, especialmente nos setores industriais de maior complexidade, como o automobilístico. O governo brasileiro criou incentivos fiscais e garantia de mercado interno para atrair multinacionais, como a Volkswagen, General Motors e Ford, o que resultou na consolidação de um parque industrial voltado à montagem de veículos com alto grau de nacionalização. Essa estratégia, ainda que bem-sucedida em termos produtivos, gerou debates sobre a autonomia tecnológica e a dependência externa (LACERDA et al., 2010).

Apesar das críticas referentes ao crescimento da dívida externa e à concentração regional e setorial dos investimentos, os resultados do Plano de Metas foram notáveis:

entre 1956 e 1961, o PIB brasileiro cresceu a uma média de 7% ao ano, e a formação bruta de capital fixo passou de 16% para 21% do PIB. A indústria automobilística, por exemplo, teve seu marco inaugural nesse período, estabelecendo cadeias produtivas duradouras no país (LACERDA et al., 2010).

O Plano de Metas foi um dos mais importantes projetos desenvolvimentistas desde 1930. Consolidou o papel do Estado como planejador e investidor estratégico, ampliou a capacidade produtiva nacional e modernizou a infraestrutura do país. Mais que um programa econômico, o plano expressou uma concepção de desenvolvimento que articulava crescimento econômico, soberania nacional e industrialização, elementos centrais do pensamento estruturalista latino-americano.

Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado entre 1975 e 1979 durante o governo do general Ernesto Geisel, constituiu uma audaciosa e abrangente tentativa de planejamento econômico da história brasileira. Elaborado sob a liderança do então

ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, o plano foi concebido em um contexto de crise internacional – desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973 – e apostava em uma estratégia de “fuga para a frente” (BARROS DE CASTRO, 1985) ao invés de um ajuste recessivo, como sugeria o receituário liberal convencional. Seu objetivo era transformar estruturalmente a economia brasileira, com ênfase na superação dos gargalos produtivos e na consolidação de uma base industrial mais sofisticada e autônoma.

O II PND teve como foco central o fortalecimento do chamado Departamento I da economia, ou seja, os setores produtores de bens de capital e de insumos básicos, como siderurgia, petroquímica, energia elétrica e nuclear, fertilizantes e petróleo. A meta era reduzir a dependência externa de insumos estratégicos e ampliar a capacidade nacional de produzir máquinas e equipamentos, completando assim o processo de substituição de importações iniciado décadas antes (LACERDA, 2010). O plano previa a articulação entre o Estado – por meio

de empresas estatais e do BNDE – e a burguesia nacional do setor de bens de capital, com empréstimos subsidiados e garantias de mercado interno para impulsionar grandes investimentos industriais (BARROS DE CASTRO, 1985).

O planejamento do II PND combinava metas setoriais de médio e longo prazo, sem se restringir a metas quantitativas rígidas. A estratégia de financiamento esteve baseada na reciclagem dos “petrodólares”, ou seja, na captação de recursos de países exportadores de petróleo, especialmente via bancos privados internacionais, aproveitando as condições de juros baixos e prazos longos então vigentes. A política previa deliberadamente déficits comerciais temporários, sob o argumento de que os investimentos realizados retornariam em crescimento futuro e fortalecimento da estrutura produtiva nacional (BARROS DE CASTRO, 1985).

De acordo com Castro (1985), o II PND deve ser compreendido

como uma tentativa de continuidade e aprofundamento do processo de industrialização em bases mais complexas, com uso intensivo de tecnologia e capital, mesmo em meio às incertezas internacionais.

O plano era também expressão de um projeto nacional de desenvolvimento, articulado com um certo projeto geopolítico do regime militar, que buscava afirmar o Brasil como potência regional. Como exemplo dessa ambição, destaca-se o programa nuclear desenvolvido com apoio da Alemanha Ocidental, mesmo sob resistência dos Estados Unidos.

Segundo Barros de Castro (1985), os investimentos realizados durante o II PND podem ter garantido maior resiliência da economia brasileira ao longo da década de 1980, mesmo diante de um cenário internacional adverso e de crescentes restrições externas. Embora o país tenha sido profundamente afetado pela crise da dívida externa¹, a estrutura produtiva

¹ No início dos anos 1980, a crise da dívida externa atingiu vários países da América Latina, que deixaram de conseguir pagar os empréstimos tomados no exterior durante a década de 1970. Esses empréstimos, em sua maioria em dólares, foram usados para financiar projetos de desenvolvimento em um contexto de crédito fácil e juros baixos. A situação se agravou com a alta dos juros nos Estados Unidos, praticada pelo Federal Reserve, o que contribuiu para a queda das exportações e a desvalorização das moedas locais, tornando as dívidas impagáveis. O México declarou moratória em 1982, desencadeando uma crise generalizada. Para receber ajuda, os países recorreram ao FMI, que impôs programas de ajuste com cortes de gastos públicos e reformas liberais, representando o colapso das políticas desenvolvimentistas e um dos principais marcos da ascensão do neoliberalismo na América Latina (FURTADO, 1983).

construída no período anterior ofereceu certa sustentação à economia e permitiu a sobrevivência de setores industriais estratégicos.

Apesar da ousadia do plano, seu andamento enfrentou diversos obstáculos. As condições internacionais se deterioraram com a crise da dívida externa, iniciada em 1982, e os resultados concretos do II PND só se fizeram sentir a partir de 1983-1984. O plano foi duramente criticado por setores conservadores e por parte da própria elite empresarial, que após a implementação inicial dos projetos passou a se opor ao governo militar e demandar abertura política. Ainda assim, os investimentos realizados permitiram o crescimento de setores industriais estratégicos e, segundo Barros de Castro (1985), consolidaram uma estrutura produtiva que alçou a indústria brasileira a um novo patamar tecnológico e de complexidade.

Ao mesmo tempo em que contribuiu decisivamente para a finalização do processo de industrialização no Brasil, o II PND também é resultado

de uma “modernização conservadora” que aprofundou desigualdades sociais e regionais. O padrão de crescimento industrial observado durante a ditadura militar concentrou-se em regiões e setores específicos, ampliando a heterogeneidade estrutural da economia e perdendo a oportunidade de superar deficiências históricas da estrutura social brasileira.

O II PND, portanto, representou um marco no planejamento econômico brasileiro, reafirmando a importância do papel do Estado no direcionamento do desenvolvimento industrial. Embora concebido sob um regime autoritário, o plano expressava uma lógica desenvolvimentista que dialogava com as propostas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e com o pensamento estruturalista latino-americano. A despeito de seus limites e contradições, o II PND permanece como referência para o debate contemporâneo sobre políticas industriais, especialmente em contextos que demandam respostas estruturais a crises econômicas e desafios de longo prazo.

Apesar das convergências em torno do papel estratégico do Estado, o Plano de Metas e o II PND apresentam diferenças significativas quanto ao contexto, à escala e à natureza de suas intervenções. O Plano de Metas foi concebido em um ambiente de otimismo desenvolvimentista e relativa estabilidade política, com foco na criação das bases da infraestrutura econômica e na aceleração da industrialização via substituição de importações. Já o II PND foi formulado em um cenário de crise internacional e crescente endividamento externo, apostando em uma industrialização mais sofisticada, voltada à produção de bens de capital e insumos básicos, com forte apoio das empresas estatais e financiamentos externos. Enquanto o primeiro privilegiou a expansão da capacidade produtiva com ênfase em bens de consumo duráveis e integração territorial, o segundo visava a autonomia tecnológica e a redução da dependência estrutural de insumos importados.

Essas distinções refletem não apenas as transformações conjunturais do capitalismo global, mas também

os diferentes estágios de amadurecimento da política industrial brasileira. Nesse sentido, as experiências históricas de planejamento no Brasil oferecem lições valiosas para a implementação da Nova Indústria Brasil (NIB), demonstrando a necessidade de políticas industriais articuladas e orientadas para desafios estratégicos. Evidente reconhecer, no entanto, que uma política de desenvolvimento nacional para o século XXI não pode ser vista apenas como uma reedição dos planejamentos anteriores. Ao contrário: ela requer antes de tudo uma atualização, no sentido de considerar o aprendizado adquirido nas experiências de planejamento anteriores incorporando as novas dinâmicas produtivas, os avanços tecnológicos e suas ambiguidades, além das exigências da transição ecológica, garantindo um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo soberano, inclusivo, inovador e sustentável.

Diagnóstico da situação atual da indústria brasileira

Durante as últimas décadas, a indústria brasileira tem enfrentado uma desindustrialização precoce e acelerada, agravada pela financeirização da economia, baixo crescimento econômico e alta concentração de renda. Nos anos 1980, a indústria representava cerca de 30% do PIB, em 2022 essa participação caiu para menos de 11%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa retração industrial foi acompanhada por uma redução expressiva nos postos de trabalho do setor. Segundo dados da CNI, se na década de 1980 a indústria de transformação empregava cerca de 25% da força de trabalho formal no país, esse percentual caiu para menos de 10% em 2020.

Retração semelhante ocorre na renda média dos trabalhadores. Entre 2014 e 2022, a renda média real dos trabalhadores caiu aproximadamente 7%, ao passo que no setor industrial a renda média dos trabalhadores caiu cerca de 15% no mesmo período. Em contrapartida, o setor de serviços e o trabalho informal aumentaram

significativamente, representando cerca de 70% do PIB brasileiro em 2022. A mudança no perfil do trabalho também compreende uma mudança na qualidade e remuneração desses empregos, que são significativamente menores aos do setor industrial, com uma diferença salarial de cerca de 30%, conforme o IBGE.

Essa mudança estrutural no mercado de trabalho, com o crescimento do setor de serviços e da informalidade e a retração da indústria, tem contribuído para a queda na qualidade dos empregos, a redução dos salários médios e a precarização das condições de trabalho, agravando as desigualdades de renda e a vulnerabilidade social da população.

A perda de dinamismo industrial também se reflete no tímido crescimento econômico das últimas décadas. Entre 2011 e 2020, a média de crescimento anual do PIB foi de apenas 0,3%, um desempenho bastante inferior quando comparado ao crescimento de cerca de 10% ao ano durante o “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), ou mesmo ao

período anterior mais recente entre 2003 e 2010, quando o PIB cresceu em média 4,1% ao ano.

Este movimento, no entanto, não pode ser atribuído exclusivamente a fatores internos. A desindustrialização é um fenômeno global, afetando principalmente os países ocidentais, e foi acelerado pelas cadeias globais de valor que emergiram com a hegemonia do capitalismo financeiro nos anos 1980. A busca por maiores margens de lucro em uma era de “acumulação flexível” levou à fragmentação da produção industrial, transferindo partes significativas da manufatura para países com custos de produção mais baixos, enquanto as economias do centro passaram a se especializar em setores de serviços avançados e finanças (HARVEY, 2003). Esse processo enfraqueceu as bases industriais em países de inserção periférica como o Brasil, que, sem condições de apresentar uma política industrial autônoma e robusta, viu sua competitividade e capacidade de inovação diminuírem substancialmente.

Simultaneamente, a economia brasileira tornou-se mais dependente das exportações de commodities, com uma concentração cada vez maior de produtos de baixo valor agregado e uso intensivo em recursos naturais. As exportações de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo, passaram de 40% do total exportado pelo país nos anos 1990 para cerca de 70% em 2022. Essa dependência de produtos primários, além de aumentar a vulnerabilidade do país às flutuações do mercado internacional, impôs ao país um cenário de “reprimarização” da sua economia (MAGALHÃES, 2012), aprofundando o Brasil na condição de “heterogeneidade estrutural” que perpetua as disparidades regionais e setoriais, tornando o país mais vulnerável aos ciclos econômicos globais (PREBISCH, 1949).

Por conta de um modelo econômico cada vez mais dependente de atividades extrativistas, o Brasil também tem enfrentado, para além dos desafios econômicos e sociais, sérias questões ambientais

e climáticas, especialmente ligadas à atividade agropecuária e mineração. O desmatamento na Amazônia, em grande parte causado pelo aumento das queimadas e pela expansão da pecuária e do garimpo ilegal, atingiu uma perda média de mais de 10 mil km² por ano na última década, contribuindo diretamente para a degradação florestal, a erosão da biodiversidade e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (INPE).

Adicionalmente, as atividades extrativas, como a mineração, ao mesmo tempo em que aumentam em volume e valor de exportação para os mercados internacionais (China em especial) nos últimos anos, gerando saldos positivos em nossa balança comercial, têm em contrapartida intensificado a atividade extrativa, provocando a contaminação dos rios e oceanos, com desastres como o rompimento de barragens em Mariana (MG) e Brumadinho (MG) evidenciando assim os impactos devastadores da economia primário-exportadora sobre o meio ambiente e às comunidades locais.

Nesse cenário, o conceito de “políticas orientadas por missões”, proposto por

Mariana Mazzucato (2022), surge como uma abordagem propositiva, ao colocar o Estado no papel de catalisador dessas mudanças. Nosso interesse neste conceito é duplo: por um lado, apresentar uma formulação que vai além da visão contracionista do Estado como mero regulador de mercados, destacando sua capacidade de liderar transformações estruturais; por outro, demonstrar como esse conceito fundamenta a política industrial do governo Lula III no plano Nova Indústria Brasil (NIB), orientando a ação do governo a partir de “missões”.

As “missões” da economia brasileira

O conceito de “políticas orientadas por missões”, desenvolvido pela economista Mazzucato (2014; 2022), oferece uma nova perspectiva sobre o papel do Estado na economia. Em vez de se limitar a corrigir falhas de mercado ou a prover bens públicos, o Estado deve assumir uma posição central como impulsionador da inovação e do desenvolvimento. Segundo Mazzucato, o Estado deve ser um “investidor de primeira instância”, capaz de moldar e criar mercados, não apenas consertá-los (MAZZUCATO, 2022, p.33).

Nesta perspectiva, o mercado, por si só, é incapaz de tomar a dianteira da inovação e do desenvolvimento porque sua atuação é frequentemente comprometida por retornos de curto prazo e pela aversão ao risco. Isso porque empresas privadas, focadas em maximizar lucros imediatos, tendem a investir em áreas já consolidadas e a evitar investimentos de alto risco que podem levar anos para gerar algum retorno (MAZZUCATO, 2014).

Inovações radicais, como as que envolvem a transição ecológica ou avanços científicos disruptivos,

exigem grandes aportes financeiros e prazos mais longos de maturação, o que torna esses investimentos menos atraentes para o setor privado. Soma-se a isso o desinteresse do mercado em lidar com desafios sociais amplos, como a desigualdade ou as mudanças climáticas, uma vez que não costumam trazer retornos financeiros diretos nem imediatos. Segundo Mazzucato (2014), é exatamente neste ponto estratégico que o Estado deve atuar: assumir o papel de “empreendedor”, liderando o caminho das inovações e criando as condições para que o setor privado possa posteriormente se engajar e inovar.

Sem a visão e a coordenação estratégica do Estado, muitas das grandes inovações que transformaram nossas economias jamais teriam ocorrido. Mazzucato (2014) destaca algumas delas: a criação da internet, do GPS, da energia solar fotovoltaica e até mesmo da biotecnologia moderna foram inicialmente financiadas ou estimuladas por investimentos estatais, especialmente (e, até, ironicamente) em países tidos como exemplos virtuosos de economias “liberais” como Estados Unidos e Reino Unido.

Avanços desse tipo, portanto, raramente surgiram de forma espontânea por agentes “empreendedores” privados ou por demandas “naturais” de mercado, mas frutos de missões públicas, apoiadas por políticas governamentais de longo prazo e por um alto nível de risco que o setor privado, devido a suas próprias limitações de financiamento, geralmente evita ou é incapaz de absorver.

A experiência recente no país, infelizmente, reforça essa compreensão. Nos últimos anos, políticas econômicas de austeridade, focadas na desregulamentação dos mercados e privatização de serviços públicos restringiram a capacidade do Estado brasileiro de atuar como agente indutor do desenvolvimento. Exemplo maior deste movimento é a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como o Teto de Gastos, que limitou os investimentos em áreas estratégicas como educação, saúde e

infraestrutura, congelando os gastos públicos por 20 anos.

De acordo com dados do Relatório de Transição Governamental de 2022 (GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022), o desmonte do Estado promovido pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) foi profundo e sistemático, impactando áreas essenciais como saúde ², educação ³ e assistência social ⁴. Um dos legados mais perversos desse período foi o retorno do Brasil ao mapa da fome, com 33,1 milhões de brasileiros em situação de fome e 125,2 milhões enfrentando algum grau de insegurança alimentar em 2021.

No setor produtivo, a Operação Lava Jato, que tinha como objetivo combater a corrupção, resultou em um impacto devastador na economia brasileira. Segundo dados do Dieese (2021), entre 2014 e 2017, a Lava

² Na saúde, os cortes orçamentários de R\$ 10,5 bilhões para 2023 colocaram em risco programas fundamentais, como Farmácia Popular, Saúde Indígena e o Programa HIV/AIDS.

³ Na área da educação, o orçamento da Capes e do CNPq foi drasticamente reduzido, prejudicando o financiamento de bolsas de pesquisa e projetos científicos. O desinvestimento afetou ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve um reajuste mínimo em meio a uma inflação crescente, agravando a insegurança alimentar nas escolas.

⁴ Além disso, houve a redução de 25% no orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que comprometeu o atendimento às populações mais vulneráveis.

Jato destruiu 4,44 milhões de empregos e reduziu o PIB brasileiro em 3,6%, resultando não apenas em prejuízos diretos nos setores atingidos pela operação, mas também na queda geral da renda e do consumo, como comércio, transporte e alimentação.

Além disso, de 2015 a 2018, as maiores construtoras do país perderam 85% de sua receita, com perdas estimadas em R\$ 142 bilhões nos setores de construção civil, indústria naval e metalmeccânica, segundo estudos da UFRJ e da UERJ. A Lava Jato também resultou em uma redução de R\$ 172,2 bilhões nos investimentos públicos e privados, com a construção civil perdendo R\$ 35,9 bilhões. O impacto da operação desestruturou cadeias produtivas fundamentais, como a engenharia de petróleo e gás, e deixando um legado de destruição na indústria e na infraestrutura brasileira, que levará anos para ser reconstruída (AGÊNCIA BRASIL, 2024)

Em suma: em nome de uma lógica privatista de curto prazo, nos últimos anos o Brasil afastou-se das grandes missões que poderiam

guiar o país em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo. Essa retração das capacidades estatais comprometeu a capacidade do Brasil de enfrentar desafios globais, como a crise climática e a transição ecológica.

Ainda assim, neste cenário global de transformações e desafios, o Brasil ainda ocupa uma posição estratégica. Com vastos recursos naturais e a maior biodiversidade do planeta, um mercado interno pujante e um potencial significativo para liderar tecnologias verdes, o país está diante de uma janela de oportunidade para se tornar um protagonista na transição para uma economia neutra em carbono, com geração de emprego e distribuição de renda.

Com a vitória de Lula na eleição presidencial de 2022, o governo brasileiro volta a se comprometer com os rumos do desenvolvimento nacional. O novo governo assume a tarefa de retomar o planejamento estratégico estatal, com foco no fortalecimento da indústria brasileira, na geração de empregos qualificados e no enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. O Plano Nova Indústria Brasil (NIB) surge nesse

A Nova Indústria Brasil: Objetivos, missões e Desafios

contexto como uma resposta aos desafios estruturais, buscando reposicionar o Brasil nas cadeias globais de valor, especialmente em setores estratégicos, como a bioeconomia, a tecnologia da informação e defesa e as energias renováveis.

Com a vitória de Lula na eleição presidencial de 2022, o governo brasileiro volta a se comprometer com os rumos do desenvolvimento nacional. O novo governo assume a tarefa de retomar o planejamento estratégico estatal, com foco no fortalecimento da indústria brasileira, na geração de empregos qualificados e no enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. O Plano Nova Indústria Brasil (NIB) surge nesse contexto como uma resposta aos desafios estruturais, buscando reposicionar o Brasil nas cadeias globais de valor, especialmente em setores estratégicos, como a bioeconomia, a tecnologia da informação e defesa e as energias renováveis.

A Nova Indústria Brasil (NIB) representa uma iniciativa do governo brasileiro para promover a neointustrialização do país, buscando reverter o processo de desindustrialização precoce enfrentado desde os anos 1980. Segundo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a NIB é uma política industrial de longo prazo, estruturada a partir de seis missões estratégicas que visam aumentar a competitividade da indústria brasileira, estimular a inovação e a sustentabilidade, e fortalecer a inserção internacional do país (BRASIL, 2024).

A Nova Indústria Brasil parte do pressuposto de que a reindustrialização deve estar alinhada aos desafios contemporâneos, como a transição energética, a digitalização da economia e a busca por uma maior autonomia tecnológica. Assim, foram estabelecidos três objetivos centrais para orientar a política: (i) estimular o progresso técnico e a produtividade, gerando empregos de qualidade; (ii) aproveitar as vantagens comparativas

do país para ampliar a produção industrial; e (iii) reposicionar o Brasil no comércio internacional, reduzindo a dependência de commodities de baixo valor agregado (BRASIL, 2024).

O plano de ação da NIB propõe a mobilização de recursos financeiros por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de incentivos fiscais, além da utilização do poder de compra do Estado como indutor de desenvolvimento. A política também prevê a modernização do ambiente regulatório e a promoção de infraestrutura para a indústria nacional (BRASIL, 2024).

A NIB se estrutura sobre oito princípios fundamentais que orientam sua implementação e direcionam suas políticas: inclusão socioeconômica; equidade, em particular de gênero, cor e etnia; promoção do trabalho decente e melhoria da renda; desenvolvimento produtivo e tecnológico e inovação; incremento

da produtividade e da competitividade; redução das desigualdades, incluindo as regionais; sustentabilidade; e inserção internacional qualificada (BRASIL, 2024).

Esses princípios refletem a necessidade de um modelo de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável. A inclusão socioeconômica e a equidade reforçam a importância da distribuição equitativa dos ganhos do crescimento industrial, garantindo que mulheres, populações racializadas e outros grupos historicamente marginalizados tenham oportunidades no novo ciclo industrial. O foco na promoção do trabalho decente e na melhoria da renda busca assegurar que o crescimento produtivo não se dê às custas da precarização das condições laborais. Da mesma forma, a sustentabilidade se apresenta como uma diretriz central, alinhando a política industrial brasileira às demandas globais por descarbonização e eficiência energética.

A estruturação da NIB se baseia em seis missões fundamentais, que buscam integrar a indústria aos desafios globais e fortalecer sua capacidade produtiva. A escolha dessas missões foi baseada na identificação de setores estratégicos para o desenvolvimento do país e na necessidade de alinhar a economia brasileira com as tendências internacionais de inovação, sustentabilidade e digitalização.

As missões:

1. Cadeias Agroindustriais Sustentáveis e Digitais:

O agronegócio é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, mas enfrenta desafios como a necessidade de aumentar a produtividade sem ampliar o desmatamento e reduzir os impactos ambientais. A digitalização e a adoção de técnicas sustentáveis podem tornar o setor mais competitivo e melhorar sua inserção nos mercados globais. Além disso, há um potencial significativo

para sofisticar a atuação agroindustrial brasileira, incorporando a produção qualificada de alimentos orgânicos e sustentáveis. O desenvolvimento de formas de agregação de valor e adensamento industrial no setor agroindustrial pode fortalecer cadeias produtivas de maior complexidade, permitindo ao Brasil capturar maior parcela do valor agregado na produção de alimentos e bioprodutos, alinhando-se às demandas do mercado global por produtos com certificação ambiental e sustentabilidade integrada.

2. Complexo Econômico-Industrial da Saúde:

A pandemia de COVID-19 evidenciou a vulnerabilidade da cadeia produtiva da saúde no Brasil, altamente dependente de insumos importados. Essa missão visa fortalecer a produção local de equipamentos médicos, medicamentos e vacinas, garantindo maior segurança sanitária e redução da dependência externa.

3. Infraestrutura Sustentável:

A expansão da infraestrutura é essencial para sustentar o crescimento da indústria. O objetivo dessa missão é investir em mobilidade urbana, saneamento e habitação, assegurando condições mais adequadas para o desenvolvimento industrial e social do país.

4. Transformação Digital da Indústria:

A baixa adoção de tecnologias emergentes reduz a competitividade das empresas brasileiras. Essa missão busca acelerar a incorporação da Indústria 4.0, incluindo automação, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial, para tornar a indústria nacional mais eficiente e integrada globalmente. Nesse contexto, a Inteligência Artificial assume um papel estratégico, sendo fundamental para otimizar processos produtivos, prever falhas, aumentar a eficiência energética e personalizar produtos e serviços. Para direcionar esse

avanço tecnológico, foi criado o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) (BRASIL,2024b), que busca estruturar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à aplicação de IA no setor produtivo, garantindo que o Brasil se posicione de forma competitiva na economia digital.

5. Bioeconomia e Transição

Energética: A crescente demanda global por soluções sustentáveis torna imprescindível que o Brasil invista na bioeconomia e na descarbonização da matriz energética. Setores como biocombustíveis, hidrogênio verde e materiais renováveis podem posicionar o país como um líder na transição ecológica global, ao mesmo tempo em que garantem uma estrutura produtiva compatível com os desafios do desenvolvimento econômico contemporâneo. A necessidade de uma transição econômica sustentável impõe a formulação de estratégias que conciliem

crescimento e preservação ambiental, impulsionando novas cadeias produtivas e fortalecendo a competitividade da indústria nacional.

6. Tecnologias para Soberania e Defesa Nacional: A dependência de tecnologias estrangeiras em setores estratégicos pode comprometer a segurança nacional. Essa missão busca fortalecer o desenvolvimento autônomo de sistemas de defesa, comunicação e infraestrutura cibernética, promovendo avanços tecnológicos com potencial de transbordamento para outras indústrias (BRASIL, 2024).

A escolha dessas missões reflete a necessidade de transformar a estrutura produtiva do país para torná-la mais resiliente, diversificada e integrada às cadeias globais de valor. A digitalização e a bioeconomia, por exemplo, são áreas estratégicas que podem impulsionar a competitividade nacional e posicionar o Brasil como referência em tecnologia sustentável. Da mesma forma, o fortalecimento da indústria da saúde e da infraestrutura visa não apenas estimular o crescimento econômico, mas também garantir que esse crescimento tenha impactos positivos diretos na qualidade de vida da população. A implementação bem-sucedida da NIB depende de um planejamento contínuo e da adaptação de suas estratégias aos desafios contemporâneos, consolidando uma transição econômica compatível com o desenvolvimento sustentável e a inserção qualificada do Brasil no cenário global.

A seguir, temos uma breve descrição dos mecanismos que envolvem os instrumentos de implementação da NIB:

INSTRUMENTO	TÓPICO	MECANISMO	DESCRIÇÃO
Financeiro	Finanças sustentáveis	Mercado Regulado de Carbono	Incentiva a descarbonização ao precificar emissões e estabelecer cotas declinantes, promovendo práticas mais sustentáveis nos setores regulados. Além disso, sua interoperabilidade com o Mercado Voluntário de Carbono fomenta o desenvolvimento de créditos de carbono. A regulamentação foi aprovada pelo PLS 412/2022 e 2.148/2015, em 2023.
		Taxonomia sustentável	Instrumento central para redirecionar capitais para investimentos voltados ao enfrentamento da crise climática. Ela define, com base científica, atividades e projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e sociais, servindo como referência comum para empresas, instituições financeiras e governos. Após consulta pública em 2023, a taxonomia será voluntária até 2026, quando se tornará obrigatória para a economia.
	Crédito e subvenção	Plano Mais Produção (P+P)	Apoia o setor industrial com linhas de crédito, equity e recursos não reembolsáveis para promover a neointustrialização e a transição ecológica. Organizado em quatro eixos — Mais Inovação, Mais Verde, Mais Exportação e Mais Produtividade — o plano conta com R\$ 300 bilhões até 2026.
		Fundos Garantidores para o programa Nova Indústria Brasil para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Fampe Inovacred)	O Fampe Inovacred apoiará o programa Nova Indústria Brasil, beneficiando empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões em projetos de até R\$ 1,5 milhão, com prazo de até 10 anos. A previsão é atender 60 mil pequenos negócios por meio de operações descentralizadas realizadas por agentes financeiros.

INSTRUMENTO	TÓPICO	MECANISMO	DESCRIÇÃO
Ambiente de negócios	Propriedade Intelectual	Reduzir o prazo de exame para decisão sobre pedidos de patentes	O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual visa reduzir o prazo de decisão sobre pedidos de patentes para 3 anos até 2025, com uma meta adicional de 2 anos até 2026. Atualmente, o prazo médio é de 6,9 anos (em dezembro de 2022), e as medidas buscam acelerar a inovação no Brasil.
		Fazer uso das informações tecnológicas disponíveis em documentos de patentes e tendências tecnológicas para subsidiar a tomada de decisão	O Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial (GTIPI) do GIPI vai elaborar dois estudos por ano de inteligência estratégica e tendências tecnológicas com potencial de contribuição para a realização das missões do CNDI.
	Infraestrutura da qualidade	Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ)	A ENIQ, com previsão de conclusão até novembro de 2024, busca aumentar a competitividade das empresas brasileiras, fortalecer a inovação, reduzir custos, melhorar a qualidade e sustentabilidade de produtos, além de qualificar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.
	Formação e capacitação	Política Nacional de Formação e Fixação de Pessoal de Nível Superior nas Empresas Industriais	Programas de educação técnica e superior, compatibilizando políticas para aumentar a participação de trabalhadores em ocupações de maior qualidade. A proposta inclui incentivar mestrados e doutorados acadêmicos em inovação, com bolsas de pesquisa diferenciadas para trabalho nas empresas e crédito não reembolsável para as empresas que os acolherem.

INSTRUMENTO	TÓPICO	MECANISMO	DESCRIÇÃO
Ambiente de negócios	Formação e capacitação	Política Nacional de Valorização dos Profissionais de Nível Médio Técnico	A política valoriza profissionais de nível técnico e propõe avaliar a educação profissional através de metodologia que inclua esses dados no Censo Educacional, além de expandir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para ampliar o atendimento.
		Qualifica PAC	Entre outras funções, cumpre ao Qualifica PAC identificar necessidades de qualificação profissional para atender às cadeias produtivas e setores econômicos abrangidos pelo Novo PAC, articulando-se com os processos de neointustrialização e transição ecológica. Também colabora para a ampliação das capacidades estatais necessárias à coordenação de investimentos, fomenta oportunidades de trabalho, facilita a implementação de políticas públicas e promove o acesso a políticas de trabalho, emprego e geração de renda (Decreto nº 11.631/2023).
	Desenvolvimento regional	Proposta de Sistema Nacional de Territorialização do Desenvolvimento Industrial a ser avaliada pelo CNDI	Elaborar Sistema Nacional de Territorialização do Desenvolvimento Industrial, a ser avaliada pelo CNDI, que inclua o mapeamento das principais aglomerações industriais regionais, arranjos e sistemas produtivos, cidades industriais relevantes e capacidades locais. Esse instrumento permitirá a elaboração, implementação e monitoramento dos impactos territoriais da NIB.

INSTRUMENTO	TÓPICO	MECANISMO	DESCRIÇÃO
Ambiente de negócios	Comércio Exterior	Promover nova institucionalidade para gerar mais benefícios à produção local decorrentes de investimentos estrangeiros	Estabelecer diretrizes e normas para estimular o capital estrangeiro a desenvolver as capacidades nacionais e evitar vulnerabilidades em áreas sensíveis à segurança nacional.
		Política Nacional de Cultura Exportadora (PNCE)	Visa aprimorar políticas públicas de comércio exterior, desenvolver programas inclusivos para ampliar a inserção de empresas nas exportações e fomentar iniciativas por meio da coordenação entre órgãos públicos e privados. Ações previstas incluem capacitação de empresas exportadoras, compartilhamento de boas práticas e fomento à participação em eventos comerciais.
Contratações públicas	Contratações públicas	Regulamentação da Nova Lei de Licitações	A Lei nº 14.133/2021 modernizou as normas de licitações, permitindo maior flexibilidade na escolha de critérios e modalidades de contratação pela administração pública, considerando o ciclo de vida do objeto. Destacam-se as margens de preferência de até 20% para produtos nacionais de inovação e a introdução do Diálogo Competitivo, que facilita contratações complexas. Esses dispositivos visam aumentar a eficiência e inovação nas aquisições públicas.

INSTRUMENTO	TÓPICO	MECANISMO	DESCRIÇÃO
Contratações públicas	Contratações públicas	Estratégia Nacional de Contratações Públicas (ENCP)	A ENCP busca tornar as compras públicas mais inclusivas, sustentáveis e inovadoras, fortalecendo instrumentos como a Margem de Preferência, o Diálogo Competitivo e as Encomendas Tecnológicas, previstos nas Leis nº 14.133/2021 e nº 182/2021. A conclusão da estratégia está prevista para o final do primeiro semestre de 2024.
		Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS)	Unidade de governança responsável por operacionalizar instrumentos baseados na demanda estatal para apoiar as missões do CNDI. A CICS aplicará mecanismos como margens de preferência, diálogo competitivo e critérios de sustentabilidade, além de articular a demanda estatal com inovações financiadas pela Finep ou BNDES, promovendo a consolidação de inovações e o desenvolvimento de mercados sustentáveis.
	Obras públicas e compras da administração direta	Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento (CIIA-PAC)	Coordenar as inovações e aquisições no âmbito do PAC, promovendo desenvolvimento sustentável através de compras públicas.

Problemáticas e Desafios da Nova Indústria Brasil (NIB)

A Nova Indústria Brasil (NIB) representa um passo fundamental na tentativa de reposicionar a indústria como eixo central da estratégia de desenvolvimento nacional. Sua implementação, no entanto, enfrenta desafios significativos que impõem ameaças sérias de seus objetivos no médio e longo prazo. Embora o plano represente um avanço em termos de formulação de políticas industriais orientadas por missões e inovação, sua concretização depende da superação de diversos obstáculos estruturais, institucionais e financeiros. Entre eles, destacam-se a limitação de recursos públicos disponíveis, a dificuldade histórica de coordenação interministerial e a necessidade de criar convergência entre políticas macroeconômicas e estratégias produtivas de longo prazo. Assim, discutir os entraves e contradições da NIB é essencial para compreender os limites e as potencialidades da nova proposta de reindustrialização do país.

Contudo, um dos principais desafios da política é superar os erros do passado, como a dependência excessiva de setores intensivos em recursos

naturais sem um planejamento de longo prazo (CANO, 1998). Para Cano (1998), o enfrentamento efetivo das desigualdades regionais exige uma reformulação mais profunda do modelo de desenvolvimento, capaz de integrar as regiões periféricas em uma lógica de desenvolvimento nacional mais equilibrada, promovendo investimentos públicos estratégicos, transferência tecnológica, infraestrutura e educação. Se a política não for bem executada, há o risco de que o país continue operando em um modelo de desenvolvimento que não gere ganhos sustentáveis em produtividade e autonomia tecnológica.

A NIB se estrutura em seis grandes missões que abordam desde a segurança alimentar até a transformação digital da indústria. Entretanto, a implementação dessas diretrizes enfrenta algumas contradições. Primeiramente, observa-se que a governança do programa ainda é fragmentada, envolvendo diferentes instâncias governamentais e setoriais sem uma articulação clara e eficaz (BRASIL, 2024).

Ademais, a política aposta fortemente no financiamento via BNDES e Finep, mas há incertezas sobre a sustentabilidade desses investimentos e sua distribuição equitativa entre setores produtivos. A história recente da política industrial brasileira mostra que o financiamento estatal nem sempre garantiu o fortalecimento da indústria nacional, pois em vários momentos os subsídios beneficiaram setores pouco inovadores ou com baixa capacidade de dinamização da economia (BRESSER-PEREIRA, 2021).

No cenário atual, o financiamento da nova política industrial também é ameaçado pela política de juros do Banco Central, que, desde sua independência de fato a partir de 2021, no governo Jair Bolsonaro, passou a operar sob uma lógica que, em nome do controle da inflação, tem mantido uma das mais altas taxas de juros do mundo, comprometendo as possibilidades de investimento nos setores produtivos. Essa orientação monetária contrasta com as necessidades de um projeto de neointustrialização e transformação tecnológica, que exige crédito acessível e coordenação entre política fiscal, monetária e industrial.

A manutenção de juros elevados desestimula o investimento privado, encarece o financiamento público e reforça uma dinâmica de valorização financeira em detrimento da produção, dificultando a construção de um novo ciclo de desenvolvimento no país.

Outro ponto crítico da NIB diz respeito à estratégia de inserção internacional do Brasil. A dependência de insumos importados, especialmente em setores de alta tecnologia, é um problema estrutural que precisa ser enfrentado com estratégias de longo prazo.

Autores como Celso Furtado (1979) argumentam que a capacidade de um país de se industrializar depende não apenas de investimentos internos, mas também da forma como se insere na economia global.

A NIB apresenta diretrizes para a inserção internacional qualificada, buscando reduzir a dependência de commodities e aumentar o valor agregado das exportações. No entanto, essa transição requer um ambiente macroeconômico favorável, o que inclui uma taxa de câmbio competitiva, políticas industriais consistentes e um esforço em pesquisa e desenvolvimento que permita a

geração de tecnologias próprias. A efetivação dessas metas depende de uma interação coordenada entre as políticas industrial, cambial e de inovação.

A NIB também propõe um compromisso com a sustentabilidade, com ênfase na bioeconomia e na descarbonização industrial. Embora a diretriz seja desejável e apresente um alto potencial de desenvolvimento para o Brasil, há desafios consideráveis na sua execução, uma vez que a transição ecológica requer uma mudança estrutural nos modos de produção, consumo e distribuição, hoje ainda muito dependentes do uso de combustíveis fósseis e recursos naturais, exigindo a realização de investimentos substanciais e um sistema de incentivos e governança bem estruturados. Por isso a atuação do Estado deve ser orientada por “missões” claras, nos termos de Mazzucato (2022), posto que os desafios atuais não podem ser respondidos apenas pela atuação de um setor específico, mas prescindem de uma coordenação integrada estratégica dos vários setores da sociedade, articulando

governo, setor privado, academia e sociedade civil em torno de objetivos comuns de transformação estrutural. Tais missões devem ser orientadas para resolver problemas sociais complexos — como a transição ecológica, a redução das desigualdades e o avanço tecnológico — por meio de políticas públicas que incentivem a inovação, direcionem investimentos e alinhem os interesses públicos e privados com metas de longo prazo.

Em suma, a NIB representa uma tentativa de retomar o protagonismo do Estado na coordenação do desenvolvimento industrial brasileiro. No entanto, a efetividade do programa dependerá da capacidade de superação dos desafios mencionados, como a fragmentação institucional, a dependência tecnológica e a necessidade de um alinhamento macroeconômico adequado. Para que a NIB não repita erros do passado e redirecione o desenvolvimento brasileiro para novos rumos, será fundamental um acompanhamento rigoroso da implementação das políticas propostas e uma constante adaptação às novas dinâmicas globais.

Conclusão

A Nova Indústria Brasil representa uma tentativa audaciosa e necessária de recolocar a indústria no centro da estratégia de desenvolvimento do país, em consonância com os desafios do século XXI. Ao resgatar o papel ativo do Estado na coordenação do desenvolvimento produtivo e adotar uma abordagem por missões, inspirada na literatura recente e nas experiências internacionais, a NIB articula diretrizes inovadoras com elementos da tradição do planejamento brasileiro. As experiências históricas, como o Plano de Metas e o II PND, oferecem lições fundamentais sobre a importância do investimento público, da articulação institucional e da soberania nacional.

No entanto, os desafios enfrentados são consideráveis. O contexto atual é marcado por restrições fiscais, instabilidade política, mudanças tecnológicas aceleradas e forte concorrência global. A insuficiência de recursos para um plano com metas tão ambiciosas, somada à necessidade de maior articulação entre os diversos atores e à construção de um ambiente institucional estável e eficiente, pode comprometer a efetividade da NIB.

Apesar desses entraves, o plano aponta caminhos possíveis para um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inovação, na sustentabilidade, na diversificação produtiva e na inclusão social. Seu êxito dependerá da capacidade do país de articular um pacto nacional em torno de uma agenda de reindustrialização comprometida com a superação das desigualdades estruturais, a transição ecológica e o fortalecimento da soberania tecnológica.

A NIB consiste, portanto, em um esforço de pensar um projeto de longo prazo para o Brasil. Para que seus objetivos se concretizem, será necessário criar formas de convergência entre as políticas macroeconômicas e as estratégias de desenvolvimento de longo prazo, superando a fragmentação institucional e a lógica de curto prazo que ainda predominam no país. Além disso, o Brasil enfrenta uma janela de oportunidade importante para qualificar sua inserção no comércio internacional, a partir da convergência entre a transição ecológica e a transição digital. Aproveitar essa oportunidade exigirá capacidade de planejamento, coordenação estratégica e mobilização de recursos, ancorados em um compromisso com um projeto de desenvolvimento nacional sustentável.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AGÊNCIA BRASIL. Lava Jato destruiu 4,44 milhões de empregos, aponta estudo. Brasília, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/lava-jato-destruiu-444-milhoes-de-empregos-aponta-estudo>. Acesso em: 3 abr. 2025.

ARAÚJO, Maria Luiza. Brasil tem 4ª maior taxa de juro real do mundo após alta da Selic. CNN Brasil, 19 mar. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-4o-maior-taxa-de-juro-real-do-mundo-apos-alta-da-selic/#goog_rewarded. Acesso em: 5 abr. 2025.

ARAÚJO, Victor L. de; MATTOS, Fernando A. M. de (Orgs.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld Bastos; COSTA, Pedro de Vasconcellos. O período JK e o Plano de Metas. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (Org.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Nova Indústria Brasil – forte, transformadora e sustentável: plano de ação para a neointustrialização 2024-2026. Brasília: CNDI; MDIC, 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028. Brasília: MCTI, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/07/plano-brasileiro-de-ia-tera-supercomputador-e-investimento-de-r-23-bilhoes-em-quatro-anos/ia_para_o_bem_de_todos.pdf/view. Acesso em: 30/03/2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teorias do Estado e a Teoria Novo-Desenvolvimentista. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2021. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2021/301-Teorias-do-Estado-e-Novo-Desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: 30/03/2025.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. v. 2. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

D'AGUIAR, R. F. Desenvolvimentismo ontem e hoje: continuidades e rupturas. Revista de Economia Contemporânea, v.15 n.2, 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Implicações econômicas intersetoriais da Operação Lava Jato. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>. Acesso em: 05 abr. 2025.

DOSI, G. et al. Innovation and Industrial Policies for Development. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FURTADO, Celso (1979) Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional.
_____. A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. Relatório final do Gabinete de Transição Governamental. Brasília, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2003.

LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Economia brasileira: estrutura, conjuntura e reformas. São Paulo: Saraiva, 2006.

LESSA, Carlos. O Plano de Metas - 1957-1960. In: COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz G. M. (Org.). Quinze anos de política econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

MAGALHÃES, Emanuel S. "Crise econômica e reprimarização". IPEA: Desafios do Desenvolvimento. Ano 9 . Edição 74 - 31/10/2012

MATTEI, Clara. A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MAZZUCATO, Mariana. Missão Economia: um guia inovador para mudar o capitalismo. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2022.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. Santiago do Chile: CEPAL, 1949. Disponível em: <https://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acesso em:

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL, À LUZ DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO ¹

Otávio Piza ²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo o estudo da evolução do pensamento político brasileiro, com enfoque no pensamento liberal, e busca avaliar, a partir do arcabouço teórico de Wanderley Guilherme dos Santos e Antonio Paim, as alternativas para compreender as possibilidades da democracia no Brasil. Para tanto, o autor busca identificar quais correntes ideológicas moldaram as ações que permitiram o desenvolvimento do aparato estatal brasileiro, e o papel que desempenharam os diversos atores políticos, sobretudo os liberais doutrinários e os militares, para a adoção de ações que nortearam a atuação do Estado sobre o território e a sociedade brasileiros, perpassando as características patrimonialistas do Estado Brasileiro. Nesse sentido, o autor se debruça sobre a importância das instituições políticas como espaços destinados, precipuamente, ao amadurecimento das correntes ideológicas, e, a partir disso, analisar as formas por meio das quais devem os atores políticos interagir buscando a construção de consensos acerca dos objetivos do Estado brasileiro e de como deve agir para persegui-los.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento liberal brasileiro; Democracia; Instituições políticas; Estado Brasileiro; Autoritarismo instrumental; Castilhismo; Patrimonialismo.

¹ Artigo resultante de um trabalho desenvolvido na disciplina "Aspectos Teóricos da Ciência Política", sob orientação do Prof. Leandro Torelli, na Pós-Graduação Lato Sensu em Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

² Pós-Graduando em Ciência Política na FESPSP e advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Abstract

This article aims to study the evolution of Brazilian political thought, with a focus on liberal thought. Using the theoretical framework of Wanderley Guilherme dos Santos and Antonio Paim, it seeks to evaluate the alternatives for understanding the possibilities of democracy in Brazil. For this purpose, the author seeks to identify which ideological currents shaped the actions that enabled the development of the Brazilian state apparatus, and the role played by the various political actors, especially the doctrinaire liberals and the military, in the adoption of actions that guided the state's actions over Brazilian territory and society, involving the understanding of the patrimonial characteristics of the Brazilian state. In this sense, the author focuses on the importance of political institutions as spaces primarily intended for debate on the maturing of ideological currents, and, from this, analyzes the ways in which political actors should interact in order to build consensus on the objectives of the Brazilian state and how it should act to pursue them.

Introdução

O presente artigo busca analisar as possibilidades da democracia no Brasil, dadas as características históricas da nossa sociedade e da nossa cultura política, à luz dos textos de Wanderley Guilherme dos Santos e de Antônio Paim.

A partir da leitura de referidos textos, é salutar perceber que a análise das correntes ideológicas que moldaram a cultura política no Brasil deve considerar a estreita relação com as circunstâncias das épocas em que foram forjadas ou emergiram no debate político.

Em conformidade com as considerações de Guilherme dos Santos, percebe-se que no Brasil as correntes ideológicas liberais foram dotadas de características que as distinguem em relação à sua forma “pura” ou, digamos, a forma por meio da qual foi construída e se desenvolveu na Europa. É relevante notar que a corrente de pensamento liberal no Brasil adotou formas diversas, a depender dos interesses práticos pretendidos em cada época.

Nesse sentido, destaca-se o trecho do artigo de Guilherme dos Santos ao abordar a evolução do pensamento na segunda metade do século XIX e a relação paradoxal entre as suas postulações e sua inserção no debate sobre o desenvolvimento econômico nacional no que se refere ao setor rural (empresários do setor cafeeiro):

No setor rural, a transição de uma economia não liberal para uma economia baseada na mão-de-obra **livre foi sendo realizada através da extensão da capacidade regulatória do Estado e não pelo abandono das regulações do Estado.** Acredito que seja redundante enfatizar que as questões nas quais havia sido convidada a participar eram precisamente aquelas das quais havia sido ocupada a se retirar, enquanto o Estado liberal nascia na Europa, isto é, dos contratos econômicos firmados por parceiros livres. Este padrão paradoxal também se observa no comportamento dos políticos, analistas e empresários preocupados com a criação de um setor econômico industrial, moderno e urbano, e que passarei a comentar agora (Santos, 1978, p. 85, grifos meus).

Especificamente após os anos 30, e para além da corrente de pensamento liberal, Antonio Paim apresenta um compilado acerca da evolução do pensamento político brasileiro a partir da Era Vargas até o período da ditadura militar. Nesse sentido, empreende importante reflexão no que diz respeito à função dos militares para o desenvolvimento econômico do Brasil de uma economia rural para uma economia urbana e industrializada.

Destaca-se, nesse sentido, a contribuição dos militares de Rio Grande do Sul (e de Vargas) ao castilhismo, sobretudo sob a perspectiva de desenvolver um aparato estatal técnico, esvaziando a esfera política do debate como centro para análise de questões primordiais para o desenvolvimento econômico do país. O trecho que expressa de forma sucinta a ideia é apresentado abaixo:

Todo o esforço de Vargas vai consistir em criar organismos onde as questões de alguma relevância passem a ser consideradas do ângulo técnico. Amadurecido o ponto de vista dos técnicos, a instituição deve assegurar a audiência dos interessados. O governo não se identificará com qualquer das tendências em choque porquanto exercerá as funções de árbitro (Barreto e Paim, 1989, p. 421).

Além disso, o autor se debruça sobre outros importantes aspectos do pensamento político no período, discorrendo sobre os fundamentos do autoritarismo, inclusive diante da “revolução” de 1964, e sobre o aspecto patrimonialista do Estado brasileiro.

Não se pode ignorar, além disso, que o pensamento político brasileiro considera a representação política no Brasil um simulacro. Daí que a abordagem sobre o Estado patrimonialista é relevante contribuição ao debate, já que incorpora para a análise a instituição “Estado”, *per se*, revelando análise profundamente complexa sobre como se articulam e se expressam os interesses de grupos e classes sociais dos atores políticos no país.

II – Considerações sobre as possibilidades da democracia no Brasil

Mais precisamente, ao formulá-lo com base no pensamento de Simon Schwartzman, o autor enuncia que *“a virtual inviabilidade do sistema representativo no período republicano evidencia a existência de um contexto que não pode ser compreendido nos termos da doutrina política clássica que centra toda a análise na sociedade civil e situa o Estado como sua expressão”* (Barreto e Paim, 1989, p. 445).

Em síntese, argumenta-se que, no Estado patrimonial, não há diferenças entre esfera política e econômica da sociedade e *“o aparelho estatal é afetado pelo gigantismo e sua estruturação antecede, historicamente, ao surgimento dos grupos de interesse autônomos e articulador que se formaram na sociedade industrial”* (Barreto e Paim, 1989, p. 454).

Em síntese, Paim conclui que o Estado brasileiro é uma realidade extremamente complexa para esgotar-se em termos dicotômicos e admitir soluções simplistas.

Diante dos cenários e argumentos apresentados por Guilherme dos Santos e Paim, analisar as possibilidades de democracia no Brasil demandaria, a meu ver, identificar as instituições por meio das quais os interesses dos denominados *“atores políticos”* foram articulados e expressados e os contextos sociais e culturais que as ensejaram.

Em primeiro lugar, é realmente atraente pensar na possibilidade de um autoritarismo instrumental como meio capaz de formar e mobilizar instituições em prol de um objetivo exterior à sua própria manutenção ou à representação de interesses circunstanciais das classes e grupos que operam tais instituições, ou que delas se valem para seus próprios interesses.

Entendo que, de fato, a construção de um objetivo de desenvolvimento econômico e nacional pressupõe a extrapolação ou a superação, pelas instituições políticas, das circunstanciais temporárias e específicas de um período.

Nesse tocante, a ideia de autoritarismo instrumental como meio poderia representar uma alternativa concreta mais eficaz àquelas proferidas pelos liberais doutrinários, no sentido de que os meios legais e instituições formais seriam suficientes para obtê-los.

Ocorre que os próprios liberais, diante das circunstâncias durante o período Vargas, atuaram para a deslegitimação do Estado como campo de debate político, na medida em que, ao considerá-lo um sistema ilegítimo, aderiam a qualquer meio para destruí-lo.

Esse argumento é importante pois revela, justamente, que a legitimidade das instituições não é algo dado de forma natural, mas, ao contrário, requer a construção de consenso e de uma cultura.

Em parte, o equívoco dos liberais que contribuiu para o protagonismo da classe militar como ator político foi apegar-se a aspectos formais, a eles relegando a bandeira da questão social, enquanto propagavam uma ideologia desvinculada da questão territorial (sob a perspectiva de Oliveira Vianna) e que sequer

encontrava correspondência na atualização teórica do pensamento, à luz das ideias keynesianas desenvolvidas para superação das crises do capital.

Se, no Segundo Império, os liberais foram induzidos a clamar pela atuação do Estado para garantia do desenvolvimento do mercado, inclusive uma atuação positiva destinada a adotar mecanismos para assegurar a liberdade de contratar e a competitividade do mercado brasileiro, no período da República esvaziam a esfera política de atuação, e passam a defender as instituições formais, a despeito de sua incapacidade (ou insuficiência) para transformar a realidade social brasileira.

A meu ver, trata-se de equívoco pensar o desenvolvimento do Brasil de forma desatrelada da questão territorial e à míngua da consideração sobre as condições materiais necessárias para o desenvolvimento de um mercado nacional. Tais aspectos são fundamentais para analisar a legitimidade social das instituições estatais (e, conseqüentemente, a descrença sobre a representação político-partidária no Brasil).

Com relação a esse ponto, tanto o pensamento autoritário como o pensamento liberal, após os anos 30, em regra dispensam a legitimação social das instituições estatais como fator que contribui para criar espaços onde se possa construir consensos sobre a superação das circunstâncias para o desenvolvimento nacional, e efetivamente implementá-las.

No entanto, em meu entendimento, o próprio Estado pode (e deve) atuar para conferir legitimação social a suas instituições.

Entender a formulação do Estado patrimonialista tem grande contribuição para esse debate, justamente porque pressupõe sua análise como instituição capaz de interferir na realidade social do país (a exemplo do papel da administração central na promoção do desenvolvimento econômico e social do país).

No Brasil, as circunstâncias que prevaleceram desde o Segundo Império até a República levaram à deslegitimação das instituições estatais (incluindo, evidentemente, as instituições representativas),

culminando na própria incapacidade de o Estado expressar e articular interesses de forma inclusiva, sem descuidar da necessária solidez para a implementação de medidas de longo prazo visando o desenvolvimento nacional. Sobre esse ponto, é de grande valia o trecho de Antonio Paim, a seguir transcrito:

As características da classe política brasileira têm muito a ver com a configuração que veio assumir a atual problemática do Estado brasileiro, isto é, a identificação da componente representativa do sistema com o afã patrimonialista; o desprestígio social do Parlamento; a consolidação de mecanismos moderadores dos conflitos de importantes grupos sociais (empresários rurais, industriais e proletariado urbano) entre si e com o Estado, sem qualquer ingerência institucional da representação política; a apropriação pela elite militar daquelas tarefas que a elite política não foi capaz de absorver e, finalmente, o encanto de parcela significativa da intelectualidade pelas soluções totalitárias, que ainda se identificam em nossa terra com a crença romântica e oitocentista na sociedade racional (Barreto e Paim, 1989, p. 455, grifos meus).

Diversos problemas apontados pelo autor em relação ao Estado brasileiro permanecem vigorosas até os dias de hoje.

Embora a Constituição de 1988 tenha representado um grande passo em direção a uma visão maximalista da democracia, assim entendida como um conjunto de valores a serem perseguidos pela sociedade enquanto reunidas sob o mesmo aparato estatal, fato é que os problemas decorrentes da formação do Estado, apontados nas leituras, por vezes reduzem a discussão política no Brasil à defesa da democracia, sob a sua perspectiva minimalista, isto é, a possibilidade de governos perderem eleições.

Portanto, reitera-se: Pensar as possibilidades da democracia brasileira requer entender como legitimar socialmente as instituições estatais, e, isso passa pela compreensão de como essas mesmas instituições são capazes de renovarem-se no sentido de tornar o Estado o legítimo espaço de expressão e articulação de interesses da sociedade.

Os liberais revelaram-se incapazes de superar as circunstâncias que limitavam a efetiva implementação de medidas visando a transformação da realidade brasileira. Essa incapacidade contribuiu para o esvaziamento da cultura política, relegada a classe militar ou de tecnocratas (quando não os dois juntos) que, por outro lado, não se preocupou em reformar instituições estatais, sob a perspectiva liberal, que permitiriam a valoração das instituições representativas (expressão política do liberalismo) como condição para exercício do poder.

Para além disso, a classe burguesa no Brasil não se consolidou como atora política capaz de expressar e articular interesses no e pelo Estado. Nesse ponto específico, Guilherme dos Santos apresenta uma conclusão adequada:

É possível que antigos projetos economicamente liberais tenham sido prematuros pela inexistência de um ator político organizado, em cujo proveito um Estado liberal poderia operar. E também é possível que tal ator tenha sido criado ao longo da constituição de um mercado nacional integrado. Em qualquer caso, projetos economicamente liberais podem ser obsoletos, hoje, se se considera as demandas por prioridades coletivas, antes que privadas, o problema de maximizar a justiça social e, sobretudo, se se considera o desafio representado pelas corporações transnacionais. (...). Assim, embora seja possível que exista agora uma burguesia nacional brasileira, integrada via mercado interno, parece ser altamente improvável que venha a ser suficientemente forte para conquistar o monopólio ideológico da organização militar, do sistema educacional e da burocracia pública – o que tornaria viável a implementação de uma ordem liberal em sentido clássico. (Santos, 1978, p. 116, grifos meus).

Dito isso, o autor aponta a necessidade de que se proponham formas alternativas de organizar as relações econômicas de tal modo que a justiça social se possa ajustar à liberdade política.

Diante dos argumentos colacionados acima, as possibilidades da democracia no Brasil estariam vinculadas à construção de alternativas concretas (especialmente em relação a formas de organização das relações econômicas) para que as instituições estatais se ajustem a novas demandas sociais, de forma perene, visando a sua legitimação social, e por conseguinte, dos atores políticos que por meio dela operam e se organizam para expressar e articular os interesses diversos na sociedade.

Em outras palavras, o tema remonta à questão acerca da atual desconfiança das pessoas nas instituições representativas, conforme aponta Adam Przeworski em recente artigo intitulado “Quem Decide o que é democrático?”.

Entendo que o fortalecimento da democracia demandaria que atores políticos adotem medidas para a construção de espaços onde os interesses de grupos sociais possam se articular, e os conflitos possam ser solucionados, com uma perspectiva real de que as ações adotadas possam reverter em resultados materiais e concretos para os envolvidos. Os espaços onde essas relações são mantidas devem ser vistos como espaços onde possam ser formados atores políticos, com capacidade para influir efetivamente na vida das pessoas que participam ou sejam representadas nesses espaços, a exemplo do que outrora foram a igreja católica, os sindicatos e a universidade.

Essas alternativas, em minha opinião, decorreriam da identificação de novos meios (e.g., meios de comunicação, a atuação estatal em determinados setores e serviços, os sistemas de participação em proposições legislativas), por quais o Estado deve interagir com as relações e formas sociais e econômicas (considerando sobretudo a estrutura de sua

administração e a relação entre os entes federativos), tendo como objetivo, em primeiro lugar, o seu fortalecimento como espaço de construção de consensos acerca do desenvolvimento brasileiro, e, em segundo lugar, a implementação de medidas necessárias para tanto, com objetivo de, no longo prazo, superar as bases patrimonialistas do Estado brasileiro, e buscar o desenvolvimento com a verdadeira emancipação de seu povo.

Bibliografia

PAIN, Antonio e BARRETO, Vicente. Evolução do pensamento político brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. Quem decide o que é democrático. *Journal of Democracy em Português*. vol. 13, n. 2, p. 1-20, out./2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

“PATH DEPENDENCE”, ESTADO AMÁLGAMA E AUTORITARISMO INSTRUMENTAL NO BRASIL¹

Danielle de Alcantara Farias ²

Resumo

Discute-se a progressão histórica institucional do Brasil, empregando os princípios de “dependência de trajetória” de Douglass North, juntamente com as análises críticas de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos, ambos reconhecem que as classes dominantes brasileiras criaram instituições para preservar privilégios e hierarquias, contudo, ressaltam a capacidade de transformação. Analisa-se a independência como um processo híbrido que rompeu com a ordem colonial, mas manteve práticas excludentes, também sobre o liberalismo político no Brasil, que foi adaptado para sustentar o poder das elites, combinando práticas autoritárias e liberais. Argumenta-se sobre os conceitos de “autoritarismo instrumental” e “estado amálgama” que explicam como o poder foi usado de forma autoritária para atingir objetivos específicos enquanto preservava o status quo.

PALAVRAS-CHAVE: Path dependence. Liberalismo. Autoritarismo instrumental. Estado amálgama.

¹ Artigo originado de um trabalho desenvolvido na disciplina “Estudos Brasileiros sobre História e Política”, orientado pelo prof. Leandro Torelli, na pós-graduação de Estudos Brasileiros da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

² Historiadora graduada pela PUC-SP, cursando Pós-graduação em Estudos Brasileiros na FESPSP. Email: danielleicopesquisa@gmail.com

Abstract

The historical institutional progression of Brazil is discussed, using Douglass North's principles of "path dependence", together with the critical analyses of Florestan Fernandes and Wanderley Guilherme dos Santos, both of whom recognize that the Brazilian ruling classes created institutions to preserve privileges and hierarchies, but emphasize the capacity for transformation. Independence is analyzed as a hybrid process that broke with the colonial order, but maintained exclusionary practices, as well as political liberalism in Brazil, which was adapted to sustain the power of the elites, combining authoritarian and liberal practices. The concepts of "instrumental authoritarianism" and "amalgam state" are argued, explaining how power was used in an authoritarian way to achieve specific objectives while preserving the status quo.

KEYWORDS: Path dependence. Liberalism. Instrumental authoritarianism. Amalgam state.

Introdução

A análise da história do Brasil sob a perspectiva do desenvolvimento institucional, utilizando o conceito de path dependence, revela como os comportamentos políticos e sociais estabelecidos após a independência continuam a influenciar o país. As escolhas feitas ao longo do tempo consolidaram padrões que ainda hoje perpetuam desigualdades e dificultam a plena realização da democracia. O Estado brasileiro, historicamente marcado pela centralização política, patrimonialismo e exclusão social, foi moldado por um modelo colonial de instituições extrativas, voltadas para maximizar os lucros da metrópole e das elites locais.

Integrando o texto “As Implicações socioeconômicas da independência” de Florestan Fernandes à análise institucionalista

de Douglas North nos dá uma perspectiva crítica e sociológica. Enquanto North se concentra nas “regras do jogo” e na dinâmica histórica das instituições, Florestan aprofunda a análise das estruturas sociais e dos conflitos que moldam essas instituições no contexto brasileiro. Além disso, dialogar com o texto “Ordem Burguesa e Liberalismo Político” de Wanderley Guilherme dos Santos nos oferece um entendimento mais profundo das dinâmicas políticas e institucionais do Brasil. Wanderley aborda a consolidação do liberalismo político no país ao longo do tempo, destacando a relação entre ordem burguesa e exclusão social, e como as instituições e a ideologia liberal foram moldadas para manter a hierarquia social.

Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o tema, com o objetivo de aprofundar as concepções historiográficas, ampliando o entendimento sobre a “instituição brasileira”. Essa abordagem visa não apenas ao amadurecimento intelectual e à preparação para futuras pesquisas na pós-graduação, mas também a contribuir para o debate acerca das transformações sociais.

Princípios Centrais da Teoria Institucional de Douglas North e o Conceito de “Path Dependence”

Douglas North diferencia instituições de organizações.

- **Instituições:** Regras formais (leis, constituições) e informais (costumes, normas culturais) que estruturam as interações humanas.

- **Organizações:** Entidades como governos, empresas ou partidos políticos que operam dentro dessas regras.

As instituições surgem para reduzir as incertezas nas interações sociais e econômicas, criando previsibilidade e incentivando a cooperação. Regras bem definidas favorecem contratos e transações, permitindo maior eficiência econômica.

North popularizou a aplicação do conceito de “dependência de trajetória” no estudo de instituições. Ele argumenta que as escolhas institucionais feitas em um momento histórico geram padrões que condicionam o futuro, tornando mudanças significativas difíceis e custosas. Esse processo explica por que algumas nações permanecem em ciclos de subdesenvolvimento e outras não.

North discute como as instituições podem ser inclusivas, promovendo oportunidades amplas e desenvolvimento, ou extrativas, beneficiando elites restritas às custas da maioria. Assim, as instituições moldam o desenvolvimento econômico, político e social. North enfatiza que as instituições — compreendidas como as “regras do jogo” de uma sociedade — desempenham um papel central na organização e no progresso de uma nação.

Os conceitos da teoria institucional de Douglas North são extremamente úteis para compreender a trajetória histórica, política e econômica do Brasil. Sob a perspectiva de North, o Brasil é um caso clássico de como

instituições moldadas por decisões históricas continuam a influenciar negativamente o desenvolvimento político, social e econômico.

Desde o período colonial, as instituições no Brasil foram desenhadas para atender a interesses extrativistas e centralizadores, criando um sistema de desigualdades econômicas e sociais que persiste até hoje. O patrimonialismo e o clientelismo são exemplos de regras informais que coexistem com regras formais, afetando o desempenho institucional do Estado e limitando sua capacidade de oferecer oportunidades amplas e equitativas.

“Path Dependence” e Florestan Fernandes

Para Florestan Fernandes, no texto “A Revolução Burguesa no Brasil”, a independência brasileira representou uma grande revolução no sentido jurídico-político, rompendo com o paradigma colonial, mas, ao mesmo tempo, mantendo muitos de seus aspectos na sociedade brasileira. Observa-se a mistura de elementos novos com antigos na formação da “sociedade nacional”, agora com imposições e necessidades de “dentro para fora”.

Como elemento revolucionário, a independência impulsionou principalmente o surgimento da política liberal. No entanto, o principal revés foi a persistência da “economia da escravidão” e o latifúndio baseado na monocultura profundamente enraizada na elite brasileira. A política patrimonialista continuou fortemente presente na “nova sociedade republicana”, ou seja, os interesses das elites, segundo o autor, “tosca e egoísta” sobrepujavam os “interesses nacionais”.

Essa perspectiva a independência pressupunha lado a lado um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. (FERNANDES, F., 1981)

Somente após a transformação do senhor rural em cidadão é que o liberalismo agiu como elemento transformador da realidade histórica, assim sendo, a utopia liberal serviu de condição socio dinâmica de formação de consolidação da sociedade nacional.

As mudanças estruturais dos mais diversos níveis indicam que mesmo que a revolução tenha preservado traços das velhas estruturas, elas não se mantiveram intactas, além disso, esse novo contexto político forçou a sociedade colonial a mudar seus níveis de organização de modo a convertê-la numa sociedade nacional. Assim, segundo o autor, o liberalismo foi revolucionário, pois seus ideais eram contrários de uma sociedade colonial que tinha como estrutura a escravidão, o império da dominação senhorial.

O amálgama social brasileiro, ao combinar na mesma composição forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado, as elites dos estamentos senhoriais colocavam-se a serviço da inovação cultural e se comprometiam, com processos históricos-sociais que transcendiam às situações e os papéis sociais que elas viviam. (1981)

Ou seja, mesmo com a persistência da escravidão e do patrimonialismo, atuando, o velho e o novo, as permanências e rupturas, o sistema estamental e o competitivo. A forma como o liberalismo é apropriado pelas elites dominantes, que lançava as bases para o desenvolvimento do capitalismo, serviu como amálgama dos interesses das elites para a formação de uma integração nacional e na própria formação do Estado Nacional. Essa integração, em vez de representar igualdade ou harmonia, levou a uma estrutura social caracterizada por grandes desigualdades, que, contudo, eram ocultadas por uma fachada de coesão.

O conceito de path dependence é central para explicar como as decisões institucionais históricas moldaram o capitalismo brasileiro recente de forma subordinada, mantendo instituições elitistas e uma ordem social excludente. Segundo Florestan Fernandes, o Estado brasileiro foi incapaz de realizar uma verdadeira “revolução burguesa”, pois houve uma escolha deliberada das elites para manter o trabalho livre em condições precárias e garantir a exploração econômica. Essas instituições perpetuaram hierarquias raciais e sociais, sustentando o racismo estrutural e a exclusão social até os dias atuais.

Douglass North fala sobre a “resistência institucional à mudança”, e Florestan indica que essa resistência foi um esforço consciente das elites para preservar privilégios. Para ele, o Brasil passou por uma “modernização conservadora”, onde as mudanças institucionais foram superficiais e orientadas a manter o status quo, limitando a formação de instituições inclusivas.

Florestan vê essa resistência como parte de um “conservadorismo das elites”, que controlam as instituições para evitar transformações profundas. Ele critica a ideia de que a modernização no Brasil foi linear e progressiva, argumentando que, em vez disso, foi conduzida por elites que mantiveram estruturas arcaicas adaptadas às novas exigências do capitalismo.

Assim a impossibilidade de romper frontalmente com o passado de eu ficar claramente por um certo futuro é que impôs o estado amálgama. Por ser um amálgama, ele preencheu as funções mutuamente exclusivas e inconsistente a que devia fazer face, estendendo a organização política e a ordem legal através e além do vazio histórico deixado pela economia colonial, pelo mandonismo e pela anomia social. À medida que se realizou nesta direção foi criado condições políticas ou culturais para a depuração paulatina dos ingredientes inconsistente e conflitantes entre si (1981).

“Path Dependence” e Wanderley Guilherme dos Santos

“A práxis liberal no Brasil,” de Wanderley Guilherme dos Santos, discute sobre as complexidades e desafios do liberalismo no contexto brasileiro. O autor examina como as ideias liberais foram adaptadas e implementadas no Brasil, se afastando dos princípios teóricos originais com duas correntes destoantes, o “liberalismo doutrinário” e o “autoritarismo instrumental”, quando as elites liberais frequentemente defendem ideais doutrinários de liberdade e igualdade — características fundamentais do liberalismo —, mas, na prática, recorrem ao autoritarismo para garantir a manutenção da ordem.

O detalhe do processo brasileiro de independência é, segundo o autor, que o país não intencionava o republicanismo, tão pouco o estabelecimento de uma sociedade rousseuniana, mas a autonomia política da elite, o que já é controverso ao conceito liberal que busca uma identidade básica de interesses entre todos os membros de uma

determinada comunidade tal que a agregação desses interesses resultaria no bem-estar coletivo, também com a garantia de processos sociais articulados pelo mercado, os quais garantiriam a identificação do máximo ganho social.

Douglas North explicaria a formação da ordem burguesa no Brasil como um processo de dependência de trajetória, para Wanderley, a “ordem burguesa” brasileira não resultou de uma transição democrática inclusiva, mas de um arranjo conservador. A classe dominante utilizou elementos do liberalismo político, como o voto e a representação, para institucionalizar sua hegemonia e excluir setores populares. O liberalismo no Brasil, assim, adaptou-se às exigências de controle social, garantindo a ordem sem ruptura, assim o liberalismo político no Brasil não foi um instrumento de emancipação, mas um mecanismo de manutenção da hierarquia social, com o objetivo de submeter as instituições públicas ao que seriam os interesses e meios de servi-los.

A deformidade do liberalismo político no Brasil ocorreu de forma a garantir que a ordem social prevalecesse sobre demandas democráticas.

A adoção de práticas liberais, como eleições e divisão de poderes, serviu mais para legitimar a dominação das elites do que para promover inclusão social.

O autor chama a atenção para a não existência do ator -burguesia - organizada, com o objetivo de moldar o aparelho do Estado simultaneamente à estrutura da sociedade de acordo com a lógica do mercado aqui no Brasil. Lembrando que quando se fala em “burguesia”, a ideia é grupo relativamente organizado e não uma substância personalizada.

O liberalismo político, portanto, não significou democratização, mas adaptação às exigências do capitalismo e dos interesses particulares em detrimento aos interesses e necessidades do Estado, a modernização conservadora foi possível porque as elites conseguiram moldar instituições formais sem alterar significativamente as bases da desigualdade.

As transformações do cenário econômico, com a reintegração do

Brasil ao comércio internacional através do café e as pressões pelo fim do tráfico negreiro, obrigaram a elite local a mudar as regras, promovendo o surgimento gradual da mão de obra livre por meio da imigração europeia.

O estado liberal brasileiro oferecia assim pobres resultados, por conta da monopolização do poder político por pessoas com baixa qualidade moral (SANTOS, W. G, 1978)

O estado liberal brasileiro apresentou resultados insatisfatórios devido à monopolização do poder político por indivíduos de baixa qualidade moral. No entanto, segundo o autor, isso não era uma questão de comportamento, mas sim uma questão institucional e as instituições podem ser reformadas, corrigidas e transformadas.

O autoritarismo instrumental, conceito elaborado pelo autor, descreve uma forma de autoritarismo empregada como um meio temporário para atingir metas específicas, Wanderley afirma que sinais de autoritarismo instrumental

aparecem desde o início da história independente do Brasil.

Esse tipo de autoritarismo é considerado “instrumental” porque é percebido como um meio para alcançar “metas”, como a criação de uma sociedade mais “justa”. A ideia é que, uma vez alcançados esses objetivos, o autoritarismo seria abandonado em favor de um sistema democrático. A visão do autoritarismo como uma forma política temporária define a diferença entre o autoritarismo instrumental e outras abordagens políticas não democráticas.

Dois aspectos distinguem o autoritarismo instrumental tanto dos liberais doutrinários quanto dos outros autoritários:

Acreditam que a sociedade não se desenvolve de forma natural e precisa seguir direções definidas e guiadas pelos tomadores de decisão. Assim, a presença do Estado é indispensável para garantir que os objetivos estabelecidos pelos representantes da sociedade sejam atingidos. Defendem que o uso

autoritário do poder é o meio mais rápido para construir uma sociedade liberal e, uma vez alcançada essa meta, o caráter autoritário do Estado poderia ser questionado e eliminado.

O autor sugere que os primeiros projetos de liberalismo econômico no Brasil podem não ter sido bem-sucedidos porque não havia um grupo político organizado que pudesse se beneficiar de um estado liberal. Com o tempo, e com a criação de um mercado nacional integrado, esse grupo pode ter surgido. No entanto, atualmente, esses projetos de liberalismo econômico podem estar desatualizados devido a novas demandas por prioridades coletivas e necessidade de justiça social.

Conclusão

A análise do Estado brasileiro a partir das perspectivas de Douglas North, Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos revela a complexa relação entre estruturas institucionais, conflitos sociais e ideologias políticas.

Douglas North explica como a dependência de trajetória condiciona a evolução das instituições brasileiras, reforçando desigualdades e limitando mudanças estruturais. No entanto, essa abordagem estruturalista não considera plenamente o papel das classes sociais e dos movimentos populares, que Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos incorporam em suas análises.

Para Florestan, as instituições brasileiras foram moldadas por uma modernização conservadora que manteve o controle das elites, enquanto Wanderley destaca como o liberalismo político foi instrumentalizado para consolidar a ordem burguesa e restringir a participação popular. Ao dialogar com Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos, a teoria institucionalista ganha profundidade, destacando-se os fatores históricos que dificultam mudanças, Florestan e Wanderley enfatizam que essas instituições são mantidas por interesses de classe e estratégias deliberadas de exclusão.

Esses autores convergem ao mostrar que a resistência à mudança institucional não é apenas uma inércia histórica, mas também um esforço consciente das elites para preservar privilégios. O patrimonialismo, o racismo estrutural e a exclusão social são produtos de instituições criadas para manter hierarquias econômicas e políticas. A análise do Estado brasileiro permite compreender que a perpetuação de desigualdades não é mero reflexo do passado, mas o resultado de um processo contínuo de manutenção de privilégios.

Momentos de ruptura histórica, como a Constituição de 1988, ilustram que pressões populares e crises institucionais podem abrir brechas para mudanças. Embora o avanço democrático tenha enfrentado limitações impostas pelas elites, ele também revelou o potencial transformador das lutas sociais. O desafio, portanto, reside em superar as instituições excludentes e construir mecanismos que promovam inclusão social, igualdade e participação política efetiva.

Bibliografia

- COELHO, A. L. e VIANA, J. P. S. L. *Considerações sobre os conceitos de estado e governo na ciência política.* In: DANTAS, H. e LUZ, J. (Orgs.) *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. p. 35-49.
- FERNANDES, F. *As implicações socioeconômicas da Independência.* In: _____. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica.* 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 31-85.
- GALA, P. *A Teoria Institucional de Douglass North.* *Revista de Economia Política.* São Paulo, v. 23, n° 2, abril-julho/2003.
- SANTOS, W. G. dos. *A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa.* In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político.* São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 67-117.

RAIZES DO SUBDESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A POBREZA BRASILEIRA ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO QUE AINDA PERPETUA

Carla Monize Almeida Brito

Resumo

Este artigo analisa o impacto da colonização e suas consequências estruturais para a economia brasileira, com foco na formação de um capitalismo desigual e combinado que persiste até os dias atuais. O estudo examina como a colonização e o modelo subsequente de capitalismo dependente e excludente contribuíram para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas no Brasil, considerando os desafios propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 10, que busca reduzir as desigualdades dentro e entre os países. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica dos estudos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, para compreender como as dinâmicas de exploração e marginalização, originadas no período colonial, moldaram as estruturas econômicas contemporâneas. O artigo conclui que a perpetuação das desigualdades é resultado de um sistema econômico historicamente voltado à concentração de riqueza e exclusão social, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam redistribuição de renda e inclusão social para mitigar essas disparidades.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização; Economia Brasileira; Desigualdades Sociais.

Introdução

Segundo o relatório da Oxfam, 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, enquanto os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país. A problemática central que sustenta esse debate está em compreender como o modelo econômico colonial, adaptado ao capitalismo moderno, contribuiu para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas no Brasil, configurando um entrave ao desenvolvimento sustentável e uma grande concentração de riquezas.

Esse artigo parte da hipótese de que a estrutura econômica implantada durante o período colonial, marcada pela exploração de riquezas naturais e pela utilização da mão de obra escrava, consolidou um modelo de concentração de riqueza e exclusão social. Esse modelo, ao se adaptar às dinâmicas do capitalismo global, manteve a marginalização de amplas camadas da população, particularmente nas periferias urbanas e em regiões historicamente negligenciadas.

O objetivo principal deste estudo é investigar como as dinâmicas

de exploração e marginalização, originadas no período colonial, continuam a moldar a economia brasileira contemporânea, limitando as possibilidades de um desenvolvimento mais equitativo. Além disso, o artigo busca examinar alternativas viáveis para superar as desigualdades históricas à luz das metas estabelecidas pelo ODS 10, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica de obras de referência, como as de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Essa base teórica possibilita uma leitura crítica da formação histórica da economia brasileira e de seus desdobramentos, destacando como os padrões de exploração e exclusão estabelecidos durante a colonização ainda influenciam as desigualdades sociais, regionais e econômicas. Por meio dessa análise, busca-se evidenciar a relação entre o legado histórico colonial e os desafios contemporâneos de implementar políticas públicas que enfrentem as disparidades estruturais e promovam o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento

1. Projeto colonial

O subdesenvolvimento brasileiro não pode ser visto como uma simples ausência de progresso, mas sim como o resultado de processos históricos e econômicos que consolidaram a pobreza e a desigualdade estrutural no país. Visto que a economia brasileira foi moldada através de um modelo colonial e essa base histórica fez com que se perpetuasse as dinâmicas de concentração de riqueza e exclusão social. Sendo assim, a pobreza brasileira é um fenômeno construído e sustentado por estruturas econômicas voltadas para a dependência e a exploração. Esse processo histórico, que remonta à época colonial, é fundamental para compreender as condições de vida atuais, especialmente nas periferias urbanas, como as favelas, que refletem as desigualdades estruturais ainda presentes na sociedade brasileira.

Esse sistema, como Milton Santos argumenta, não pode ser analisado de forma isolada; ele envolve um processo de “exteriorização” da economia brasileira, em que as

relações internas foram subordinadas às exigências externas. “O espaço brasileiro foi organizado para atender às demandas externas, configurando uma integração subordinada ao mercado internacional.” (SANTOS, 1994).

A colônia brasileira foi organizada para atender aos interesses da metrópole, o foco principal estava na extração de recursos naturais e no cultivo de produtos tropicais, com uma economia voltada unicamente para o comércio exterior. Esse processo, como Caio Prado Jr. aponta, transformou o Brasil em um mero ponto de exploração, sem incentivo à formação de uma economia nacional autossustentável. O autor ressalta que “toda a organização econômica e social da colônia foi montada de modo a atender às necessidades da economia europeia, sendo o Brasil apenas um entreposto de exploração.” (PRADO, 1942, p.118).

Esse modelo que foi implantado no Brasil colônia, tinha enquanto base a monocultura e o trabalho escravo, o que acabou gerando uma economia

altamente concentradora, que excluía vastos setores da população. Para Celso Furtado, a plantation não apenas servia ao mercado externo, mas também criava uma estrutura econômica que fazia parte da perpetuação a desigualdade, pois “o sistema de plantation era um modelo econômico que excluía a população da renda gerada, reservando-a a um pequeno grupo vinculado ao comércio exterior.” (FURTADO, 1959). Esse sistema não tinha uma função unicamente econômica, mas também tinha cunho social e político, pois foi responsável pela criação de elites agrárias que controlavam os meios de produção e o acesso ao poder.

2. Resquícios coloniais

Passado esse período, com a independência e a transição para o capitalismo, as estruturas herdadas do período colonial permaneceram, consolidando o subdesenvolvimento como um fenômeno estruturante. Para Furtado, o subdesenvolvimento não é um estágio natural, mas uma forma

particular de inserção na economia mundial, podendo ser entendido como uma integração desigual dos países periféricos à economia capitalista global. Enquanto as economias centrais evoluíram para modelos industriais mais complexos, o Brasil permaneceu dependente de exportações de produtos primários, como café, açúcar e, posteriormente, minérios, reforçando sua posição subordinada. Esse processo, também discutido por Caio Prado Jr., mostrou-se incapaz de promover uma integração social ou econômica que rompesse com as dinâmicas de pobreza, pois a sociedade brasileira foi organizada em moldes que privilegiam uma classe dominante estreita, mantendo vastos setores da população em condições de marginalidade (PRADO, 1945). Ou seja, a pobreza no Brasil, está longe de ser um fenômeno natural ou inevitável, pois ela é resultado de escolhas políticas e econômicas que reproduzem a exclusão. Ambos os autores enfatizam que o controle

das elites sobre os recursos e a perpetuação de um sistema desigual impedem o desenvolvimento pleno da sociedade. Furtado ainda destaca que a concentração de renda, aliada à falta de políticas redistributivas, cristaliza as disparidades, por outro lado, Caio Prado Jr. denuncia que o caráter externo da economia colonial inviabilizou uma organização que favorecesse o desenvolvimento interno (PRADO, 1942).

Esse modelo externo da economia colonial teve impactos profundos nas condições de vida da população local. A falta de uma estrutura econômica voltada para o mercado interno e para o desenvolvimento das capacidades produtivas locais, resultando em um país com profundas desigualdades sociais e econômicas. A concentração de terra e riqueza, associada à exploração do trabalho escravo, criou um sistema desigual, onde as elites agrárias monopolizavam a riqueza gerada, enquanto as grandes massas populares eram mantidas à margem.

Nessas margens que se constituíram as favelas, que nascem como espaços de perpetuação dessas desigualdades estruturais, que representam os efeitos modernos de um modelo econômico excludente e concentrador. As favelas são, de certa forma, reflexos das dinâmicas de pobreza e exclusão social que datam do período colonial. Assim como a economia colonial priorizava atender às demandas externas em detrimento das necessidades internas, as favelas emergem como espaços de marginalização que reproduzem essa lógica excludente. Elas surgiram no Brasil como resultado direto de um processo histórico de urbanização acelerada e desordenada, onde a maioria da população não teve acesso a oportunidades econômicas e sociais proporcionais. Desde o período escravista, as populações negras e pobres foram sistematicamente excluídas dos centros urbanos e relegadas a áreas periféricas, sem acesso adequado a serviços básicos como educação, saúde e saneamento.

Esses territórios marginalizados funcionam como campos de concentração modernos, onde a pobreza e a violência se entrelaçam, refletindo uma exclusão sistemática que se perpetua. A segregação espacial das favelas é uma continuidade das estruturas de poder, onde a organização social favorece uma classe dominante e mantém a maioria da população à margem. E “a sociedade brasileira foi organizada em moldes que privilegiam uma classe dominante estreita, mantendo vastos setores da população em condições de marginalidade.” (PRADO, 1945). Inclusive “a continuidade dessas estruturas de poder reflete a falta de uma verdadeira transformação social e econômica após a independência, mantendo a dependência do Brasil em relação ao mercado externo e dificultando o desenvolvimento inclusivo do país” (ARAÚJO; MATTOS, 2021).

As favelas, assim como o Brasil colonial, são marcadas pela ausência de um planejamento urbano voltado

para a inclusão. O desenvolvimento urbano, nas periferias, ocorre de forma desorganizada e sem o fornecimento de serviços essenciais para a dignidade humana. Sendo assim, chamar as favelas de “campos de concentração” não é um mero exagero, esse termo reflete como esses territórios acumulam pobreza, violência e exclusão. Assim como no passado colonial, onde vastos setores da sociedade estavam subordinados a um pequeno grupo, as favelas representam áreas onde a exclusão é sistematicamente mantida por um Estado incapaz — ou indiferente — de implementar políticas redistributivas. As condições de vida nessas áreas refletem a continuidade das disparidades econômicas e sociais estruturadas desde a colonização. A concentração de renda e a falta de políticas inclusivas cristalizam desigualdades sociais. A desigualdade de renda foi consolidada pela própria estrutura do sistema econômico implantado no período colonial (FURTADO, 1959).

Nos dias de hoje, a lógica de concentração de renda e a exclusão das periferias continuam a ser uma marca do subdesenvolvimento brasileiro. A falta de acesso a serviços públicos essenciais como saúde, educação e saneamento nas favelas é apenas um mero reflexo dessa exclusão histórica e estrutural.

Um dos principais aspectos da exclusão social no Brasil é a presença massiva do trabalho informal, particularmente nas favelas. Esse setor da economia, caracterizado pela falta de proteção social e pelas condições precárias de trabalho, é um reflexo claro da incapacidade do Estado em garantir a inclusão das camadas mais pobres na economia formal. Esse tipo de trabalho é o resultado de uma série de mecanismos segregadores, como a baixa escolaridade, a falta de acesso à qualificação profissional e a discriminação racial. Essas barreiras estruturais dificultam a ascensão social e a inclusão plena no mercado de trabalho, perpetuando as desigualdades de renda e a falta de oportunidades.

A informalidade no mercado de trabalho, que afeta principalmente os moradores das favelas, está diretamente ligada à ausência de políticas de redistribuição de renda e de fortalecimento do mercado interno. Isso contribui para um ciclo vicioso de pobreza, onde os trabalhadores informais enfrentam uma série de dificuldades para melhorar suas condições de vida. A concentração de renda, aliada à falta de políticas públicas adequadas, impede que uma parte significativa da população tenha acesso a uma vida digna e a oportunidades de ascensão social.

No contexto contemporâneo, a inserção do Brasil na economia global como fornecedor de commodities perpetua a lógica colonial. Os lucros derivados da exportação não se traduzem em melhorias concretas para a população que vive nas favelas, onde o impacto do subdesenvolvimento é mais visível. O caráter externo da economia colonial inviabilizou uma organização que favorecesse o desenvolvimento interno (PRADO, 1942). Esse caráter externo ainda se reflete na ausência

de investimentos sólidos em infraestrutura e políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza nas periferias urbanas. O crescimento econômico, quando ocorre, raramente chega a esses territórios, reforçando um ciclo de exclusão.

3. ODS 10

O conceito de desenvolvimento sustentável, presente no ODS 10, que busca reduzir desigualdades dentro e entre os países, enfrenta desafios estruturais profundos na realidade econômica brasileira. Esse objetivo abrange não apenas a redução da disparidade de renda, mas também a promoção da inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou qualquer outro status. Atualmente o Brasil apresenta um dos maiores índices de Gini do mundo, com 0,494 (IBGE, 2022). A persistência da colonialidade, que se manifesta em diversas dimensões sociais, culturais e econômicas, é um dos principais entraves à concretização dessa ODS.

Como apontam os autores, a estrutura econômica brasileira, historicamente orientada para atender aos interesses do capitalismo global, consolidou uma sociedade profundamente desigual. Desde os primórdios da colonização, o país foi moldado por uma lógica econômica voltada para a exploração de recursos e a concentração de riqueza nas mãos de elites, em detrimento do desenvolvimento interno. Essa dinâmica, ao privilegiar a exportação de commodities e a dependência de mercados externos, negligenciou a construção de um mercado interno forte e inclusivo, fundamental para a concretização do ODS 10.

No contexto atual, essa herança histórica ainda se reflete em uma das maiores concentrações de renda do mundo. Segundo dados recentes, o 1% mais rico da população detém uma parcela significativa da renda nacional, enquanto as camadas populares enfrentam pobreza estrutural e exclusão social. O ODS 10 destaca a necessidade de adotar políticas públicas que

promovam a redistribuição de renda, a equidade no acesso a recursos e oportunidades e a eliminação de barreiras sociais que perpetuam as desigualdades. Entretanto, no Brasil, a implementação dessas políticas é dificultada por um sistema político e econômico que frequentemente favorece as elites econômicas, canalizando recursos públicos para atender aos seus interesses.

Além disso, o objetivo de reduzir desigualdades entre os países também encontra obstáculos no modelo econômico brasileiro, que permanece dependente da exportação de produtos primários. Essa dependência limita a capacidade do país de investir em setores estratégicos e em políticas públicas que promovam inclusão e sustentabilidade. Como Celso Furtado argumenta, romper com essa lógica requer uma reorientação das prioridades econômicas, com foco na diversificação da produção e no fortalecimento do mercado interno, elementos essenciais para superar a desigualdade estrutural.

A desigualdade de renda é apenas uma das manifestações do problema abordado pelo ODS 10. A exclusão social de grupos historicamente marginalizados, como as populações indígenas, quilombolas e periféricas, reforça a necessidade de medidas que garantam não apenas equidade econômica, mas também justiça social e acesso a direitos básicos. A precarização do trabalho, o desmonte de políticas de proteção social e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade intensificam as desigualdades, dificultando a construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, a concretização do ODS 10 no Brasil exige uma mudança estrutural que vá além de políticas pontuais. É necessário enfrentar a concentração de poder econômico e político, redistribuir recursos de forma justa e valorizar as populações marginalizadas como protagonistas do desenvolvimento. Apenas com ações integradas e focadas na redução das desigualdades será possível avançar rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e transformador.

Considerações

Assim, romper com o ciclo de pobreza e exclusão no Brasil exige uma abordagem estrutural que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e redistributiva. A superação do subdesenvolvimento brasileiro demanda políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda, a industrialização interna e a inclusão social (ARAÚJO; MATTOS, 2021). Essas medidas incluem o fortalecimento do mercado interno, a inclusão das classes populares no mercado de trabalho formal e a implementação de políticas que garantam direitos básicos, como educação, saúde e saneamento. Tais ações são essenciais para mitigar os efeitos das desigualdades históricas oriundas do modelo colonial, que perpetua estruturas de exclusão e concentração de riqueza até os dias atuais.

O Brasil enfrenta o desafio de repensar seu modelo econômico, rompendo com a lógica colonial que ancora sua economia na dependência de mercados externos e na exploração de uma força de

trabalho precarizada. Essa lógica funciona como um mecanismo que reforça e perpetua desigualdades, dificultando o cumprimento dos ODS, em especial o ODS 10, que visa reduzir desigualdades dentro e entre os países. A manutenção de um sistema econômico centrado na concentração de riqueza e na exportação de commodities impede que o país avance rumo a um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

As consequências dessa estrutura desigual são claras: exclusão social, concentração de renda, altos índices de violência, pobreza e segregação. Para superá-las, é imprescindível que o Brasil adote políticas públicas que combinem crescimento econômico com inclusão social e justiça distributiva. Isso inclui reformas estruturais que assegurem o acesso universal a direitos fundamentais, como saúde e educação de qualidade, além de investimentos em infraestrutura social e urbana, com ênfase nas áreas mais vulneráveis. Políticas de redistribuição de renda e uma reorientação econômica que

valorize o mercado interno e promova a sustentabilidade são igualmente essenciais.

Mais do que crescer economicamente, o Brasil precisa de um modelo de desenvolvimento que enfrente as raízes históricas das desigualdades e promova a integração das camadas mais vulneráveis à economia formal. Para isso, será necessário diversificar sua base econômica, reduzindo a dependência de commodities e incentivando setores mais dinâmicos, inclusivos e sustentáveis. Apenas por meio de uma abordagem que combine justiça social, equidade e sustentabilidade será possível construir uma sociedade mais justa e superar os desafios impostos pelas dinâmicas históricas e estruturais do país.

Referências

ARAÚJO, Rafael; MATTOS, João. *A colonialidade e o subdesenvolvimento no Brasil contemporâneo.* Revista Brasileira de Economia Política, v. 40, n. 2, p. 215-230, 2021.

DE QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. *Sobre as Origens da Favela (The origins of the 'favela').* Mercator, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

OXFAM Brasil. Desigualdade S.A. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/os-cinco-homens-mais-ricos-do-mundo-dobraram-suas-fortunas-desde-2020-enquanto-cinco-bilhoes-de-pessoas-ficaram-mais-pobres/>.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1945.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1994.

OS IMPACTOS DA DEPENDÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO SOB OS OLHARES DE CELSO FURTADO E DE RUY MAURO MARINI ENTRE OS ANOS DE 1969 E 1974 ¹

Henrique Kildare Fukuhara ²

Resumo

Este artigo analisa o impacto da colonização e suas consequências estruturais para a economia brasileira, com foco na formação de um capitalismo desigual e combinado que persiste até os dias atuais. O estudo examina como a colonização e o modelo subsequente de capitalismo dependente e excludente contribuíram para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas no Brasil, considerando os desafios propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 10, que busca reduzir as desigualdades dentro e entre os países. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica dos estudos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, para compreender como as dinâmicas de exploração e marginalização, originadas no período colonial, moldaram as estruturas econômicas contemporâneas. O artigo conclui que a perpetuação das desigualdades é resultado de um sistema econômico historicamente voltado à concentração de riqueza e exclusão social, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam redistribuição de renda e inclusão social para mitigar essas disparidades.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização; Economia Brasileira; Desigualdades Sociais.

¹ A grande parte deste texto foi apresentada e discutida no XII Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 10ª Conferência Internacional de História Econômica, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e pelo Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da UFOP.

² Graduando no curso de ciências econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Contato: henriquekildare@usp.br.

Resumo

Dependency theory, which emerged in Latin America in the 1960s, rethought the region's underdevelopment conditions. Since, a line of critical thought was formed, composed of several authors and strands. In this research, we will focus on two authors: Celso Furtado and Ruy Mauro Marini, who develop Latin American economic and social thought. This article intends to theoretically recover part of the contribution of both compensators to this theory and, therefore, we will focus on the impacts of dependence on the labor market in Latin American countries. Given the lack of rupture and even a deepening of the dependence and underdevelopment of the countries in the region, the initiative intends to revisit issues that can serve as a starting point to elucidate the Brazilian reality and that of Latin America today.

KEYWORDS: Dependency Theory. Celso Furtado. Ruy Mauro Marini.

Introdução

A teoria da dependência surgiu na América Latina durante a década de 1960 a partir de uma demanda teórica para analisar e explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região. Theotônio dos Santos (2023), ao fazer um balanço do que foi a teoria da dependência em 1998, vai descrever a incapacidade analítica e metodológica de teorias que estavam em voga desde o fim da Segunda Guerra Mundial e não conseguiam compreender os caminhos latino-americanos. Essas teorias eram desde as chamadas “teorias de modernização” até a uma parcela do pensamento marxista. Nas palavras do autor:

A característica principal de toda a literatura que discutimos até agora era, contudo, sua visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento. O “atraso” dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização (Santos, 2023, p.24).

No entanto, no começo da década de 1960 essas linhas de análise perdem a proeminência, pois o capitalismo não consegue reproduzir casos bem-sucedidos de desenvolvimento e de modernização em suas ex-colônias, que estavam em processo de independência em relação às suas metrópoles desde a Segunda Guerra Mundial (Santos, 2023). Mesmo os países latino-americanos, que já tinham conquistado a sua independência política no século XIX e apresentavam altas taxas de crescimento econômico, estavam condicionados pela sua dependência econômica e política da economia internacional (idem). Dessa forma, não conseguiam romper com a miséria, o analfabetismo e a péssima desigualdade de renda. Assim sendo, Theotônio afirma que “era necessário buscar novos rumos teóricos” (Santos, 2023, p. 24).

Os “novos rumos teóricos” foram encontrados, para uma parcela de autores, justamente na teoria

da dependência. É imprescindível lembrar que, desde os anos 1930, as economias latino-americanas, sob a influência da crise econômica mundial iniciada em 1929, seguiram o caminho de uma industrialização via substituição de importações, ou seja, uma industrialização caracterizada pela substituição de bens importados das potências econômicas por uma produção nacional. Em seguida, acabou o fim do ciclo depressivo do sistema capitalista internacional – marcado pela crise de 1929 e por duas guerras mundiais – a economia mundial entrava em um período de reestruturação e integração através da hegemonia estadunidense. Dessa forma, o capital, então concentrado nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca por investimentos que se orientavam para o setor industrial e com base de operação a grande economia norte-americana e o seu poderoso Estado Nacional, além das instituições estabelecidas em Bretton Woods (Santos, 2023). Nesse contexto, Theotônio conclui que

Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60. Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento (Santos, 2023, p. 25-26).

Dessa maneira, a teoria da dependência foi um esforço crítico para entender as limitações de desenvolvimento das economias latino-americanas condicionadas por um período histórico em que a economia internacional estava constituída sob a hegemonia de poderosos blocos de capitais e poderosas forças imperialistas, tornando-se um ponto de auge nas ciências humanas da América Latina, por conta de sua originalidade temática, metodológica e a sua práxis mais realista. Nesse contexto, Bresser-Pereira (2010) divide a teoria da dependência em três grupos: a versão da superexploração; a da dependência associada e a nacional dependente. A primeira contaria com as contribuições, por exemplo, de Ruy Mauro Marini, de Vânia Bambirra e de Theotônio dos Santos; a segunda seria do Fernando Henrique Cardoso junto com o Enzo Faletto e, por último, a terceira contaria com Celso Furtado e Osvaldo Sunkel ³.

Trataremos, assim, das interpretações dependentistas de dois autores, Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, que contribuíram com um valor inestimável para o pensamento econômico e social brasileiro e latino-americano. Estudaram a questão da dependência e do subdesenvolvimento profundamente, e analisaram a América Latina a partir de elementos estruturais, os quais se reproduzem no processo histórico desde a inserção da região no mercado capitalista internacional e assinalam os pontos da dinâmica dessas formações econômicas-sociais responsáveis pela reprodução do seu subdesenvolvimento. Ambos criaram interpretações próprias e foram grandes autores de suas vertentes.

Celso Furtado foi um dos expoentes do estruturalismo latino-americano, uma escola de pensamento econômico criada, no âmbito da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), durante

³ Outros autores fazem divisões diferentes. Kay (2018), por exemplo, identifica duas vertentes na teoria da dependência: a estruturalista e a marxista. Além disso, alguns autores relatam uma vertente caribenha (Kay, 2018; Santos, 2023).

as décadas de 1940 e 1950, e preocupada com questões ligadas ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Fundada em 1948, a CEPAL tinha em seus primeiros anos de existência o argentino Raúl Prebisch, que foi decisivo na elaboração das ideias principais para as atividades de pesquisa da Comissão para os anos seguintes. Furtado foi um dos integrantes pioneiros da equipe de trabalho inicial da CEPAL e atuou para a consolidação e ampliação do corpo teórico cepalino.

No entanto, passados alguns anos a crise da industrialização por substituição de importações e a crise política do Brasil colocaram em xeque as ideias da CEPAL e de Furtado dos anos 1950. A onda de governos autoritários em toda a América Latina demonstrou os obstáculos políticos e o papel das burguesias nacionais para a preservação de dependência da região. Ademais, as multinacionais estavam cada vez mais presentes nas economias latinas,

especialmente na brasileira. Essa nova quadra histórica demandava do autor, exilado após o Golpe Militar de 1964 no Brasil, uma reavaliação de algumas de suas teses ⁴. Dessa maneira, Furtado, a fim de compreender a dinâmica e a estrutura das economias subdesenvolvidas, incorporaria o sentido de dependência, dando uma nova amplitude e renovação sobre o que era o subdesenvolvimento. Esse ato em relação a sua trajetória intelectual pode ser caracterizado como um ato de ruptura com as suas ideias trabalhadas na década de 1950 (Manzatto; Saes, 2021).

Na trajetória de Ruy Mauro Marini também fica evidente uma aproximação e distanciamento do corpo teórico do nacional-desenvolvimentismo, que era tão bem representando pela CEPAL. Durante a sua formação na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), vinculada à Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Marini foi profundamente

influenciado pelo pensamento desenvolvimentista, em particular pela orientação intelectual de Alberto Guerreiro Ramos ⁵. Contudo, recebeu uma bolsa de estudos do governo francês, e viajou para a França em 1958 para estudar no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, o SciencesPo. Nesta nova quadra de sua vida acadêmica, iniciou os estudos de Marx e dos marxistas, tornando-se propriamente um comunista. A partir dessa inflexão teórica, Marini construiu uma identidade intelectual rebelde, caracterizada tanto pelo rigor metodológico quanto pela originalidade de seu conteúdo, reunindo as bases para uma reflexão própria e inovadora sobre os dilemas latino-americanos à luz das leis do marxismo.

Assim sendo, ao retornar para o Brasil em 1960, o autor entrou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), onde conheceu Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Além disso, em 1962 integra-se à Universidade de Brasília (UNB), que reuniu quatro integrantes da teoria marxista da dependência - além de Marini e dos dois já citados acima, inclui-se André Gunder Frank ⁶. Em 1964, amargura o primeiro exílio da sua vida e vai para o México, onde realizou trabalhos na expoente Universidade Autônoma do México (UNAM). Desse modo, Marini vai se desenvolvendo teórica e metodologicamente de acordo com as transformações da região latino-americana, ao ponto de estar preparado para realizar o debate da dependência na década de 1970 ⁷.

⁴ A autocrítica não ocorrerá apenas para Furtado. Como atenta Bielschowsky (2004, p. 422), “os economistas e intelectuais que se opunham ao golpe de 1964 passariam a formular suas ideias de maneira mais acabada, integrando o projeto de ‘desenvolvimento, distribuição de renda e justiça social’ em novos modelos de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro (modelos de dependência e estagnacionismo)”.

⁵ Marini ao estudar na EBAP relata: “Figura marcante era ali Alberto Guerreiro Ramos, professor de sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas ideias que se originavam de Bandung e da Cepal; sua influência sobre mim, naqueles anos, foi absoluta” (Marini, 2022a, p. 78-79).

⁶ Para ver o papel da UNB na formação da teoria marxista da dependência, ver (Rosso, Seabra, 2017).

⁷ Ao analisar o surgimento da teoria da dependência, Mantega diz que essa “nova vertente analítica despontava num momento em que a ideologia desenvolvimentista, em grande parte compartilhada pelo Modelo Democrático-Burguês, começava a fazer água, frustrando as expectativas de progresso social ou de desenvolvimento [...]” (Mantega, 1984, 210). Bielschowsky (2004, p. 415), em modo semelhante, relata a crise do desenvolvimentismo, do ponto de vista prático e teórico: “A conjuntura de instabilidade política e crise econômica (crise monetário-financeira em 1961-62 e recessão em 1963) e o maior grau de politização alcançado pelo país quebraram o poder de atração que o projeto desenvolvimentista original exercera, nos anos 50, sobre o pensamento econômico”. A partir disso, outras formas de pensamento econômico foram pensadas, enquadrando a teoria da dependência nesse esforço.

De certo modo, os dois pensadores possuem algumas semelhanças no curso intelectual de suas vidas. Ao longo de suas jornadas de análise, se aproximaram e se distanciaram do corpo teórico do nacional-desenvolvimentismo, que mostra na prática o seu esgotamento na década de 1960. A partir desta, os autores tiveram que procurar novos rumos teóricos, os quais são encontrados nas suas interpretações sobre a dependência.

Longe de analisar todo esse debate, o objeto aqui é analisar apenas uma parte, a qual se atenta para as perspectivas de ambos os pensadores para a dimensão das relações de trabalho. Afinal, se os trabalhadores do centro do capitalismo conseguem reproduzir condições de vida e de trabalho melhores, nos subdesenvolvidos as condições seriam bem piores. Então: quais seriam os impactos da dependência dos países

periféricos latino-americanos nos seus mercados de trabalho? É o que este artigo pretende discutir sob a luz da produção dos dois autores entre 1969 e 1974. Neste período, destaca-se o livro *Subdesenvolvimento e revolução*⁸ (1969) e o ensaio *Dialética da dependência* (1972) escritos por Marini, enquanto em Furtado pode-se visualizar a obra *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1973) e o livro *O mito do desenvolvimento econômico* (1974). É certo que a discussão dos autores reflete um contexto histórico específico do século passado e necessita-se de um olhar mais crítico e apurado para compreender os fenômenos sociais de hoje nos países da América Latina, o que sairia dos fins desta pesquisa.

⁸ Para esta pesquisa, é utilizada a quinta edição mexicana de 1974, que foi corrigida e ampliada pelo autor, publicada pela Editora Insular.

Quais são os impactos da dependência no mercado de trabalho sob ótica de Furtado e de Marini entre os anos de 1969 e 1974?

Celso Furtado e Ruy Mauro Marini foram teóricos da dependência de diferentes vertentes, como discutido acima. Embora não participaram da mesma corrente – e nem poderiam, pois foram influenciados por teorias e métodos diferentes; Marini pelo marxismo e Furtado pelo estruturalismo –, todo dependentista reuniu ideias comuns. Nesse sentido, ambos compreenderam o fenômeno do subdesenvolvimento não como uma condição primeira de uma evolução etapista, como entendido, por exemplo, pelas “teorias de modernização” à lá Rostow (1961), mas sendo um tipo específico de desenvolvimento engendrado pelo capitalismo como sistema internacional. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não era, para eles, a ausência de desenvolvimento, mas estaria intrinsicamente relacionado com a expansão capitalista dos países centrais, fazendo com que o desenvolvimento

e o subdesenvolvimento fossem aspectos distintos de um mesmo processo universal, conforme já colocado por André Gunder Frank (1966). Além disso, a dependência não seria apenas um fenômeno externo, pois as relações de dependência dos países da periferia com os países do centro do capitalismo teriam consequências negativas para os primeiros, com grandes repercussões sociais, inclusive no mercado de trabalho, como será visto. Dessa forma, a dependência também se manifestaria em diferentes formas na estrutura interna dos países.

A conceitualização do que é dependência para os autores leva, em alguns casos, a resultados sobre como as forças produtivas são transformadas por esse processo e como a exploração dos trabalhadores periféricos alimenta a situação dependente. Para Marini,

a caracterização do que é dependência coloca esta como um processo histórico iniciado no século XIX, com raízes no colonialismo, tornando-se a situação de dependência diferente da situação colonial. O próprio pensador relata:

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas sobretudo no XVIII, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês) (Furtado, 1962, p. 90-91), somente no curso do século XIX, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente ¹⁰ (Marini, 2022c, p. 172).

É a partir desse momento que as relações entre os países latino-americanos com os países do centro do capitalismo conformaram a

estrutura da divisão internacional do trabalho do século XX, dando sentido para o desenvolvimento da região como um todo. De outro modo, é a partir de então que se configura a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2022c, p. 171). Além disso, o pensador atenta para a dificuldade de sair desse quadro, já que, para ele, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (idem).

A situação dependente latino-americana revelava um caráter contraditório em sua dinâmica, pois a inserção da América Latina na economia mundial contribuía para

que o eixo da economia dos países centrais se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, “que acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Marini, 2022, p.175). No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana se dava através de uma maior exploração da classe trabalhadora, isto é, de uma maior taxa de mais-valia absoluta, que seria a raiz da contradição do capitalismo dependente dos países da América Latina.

No fundo, Marini estava descrevendo como as economias latino-americanas, subordinadas na divisão internacional do trabalho, transferem valor para o centro do capitalismo via um intercâmbio desigual ¹¹. Afirma ele que

No segundo caso - transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas -, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (Marini, 2022c, p.183).

A transferência de valor da periferia para o centro fazia com que surgisse um “mecanismo de compensação”, nas palavras do pensador, no interior dos países periféricos. Assim, Marini estrutura o conceito da superexploração, que é, para praticamente todos os integrantes da teoria marxista da dependência, incluindo o próprio pensador, a base de qualquer formação econômica-social do capitalismo dependente ¹², pois

¹⁰ Isso faz sentido se pensarmos que foi apenas com o avanço do capitalismo industrial que se consolidou os fundamentos da divisão internacional do trabalho do século XX.

¹¹ É bom notar que intercâmbio desigual é diferente de deterioração dos termos intercâmbio. Embora sejam categorias diferentes, elas podem ser entendidas como complementares.

¹² Em seu posfácio, Marini (2022b, p.231-232) conclui que “a tese central que ali se sustenta, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”.

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a parte de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2022c, p.185).

necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. Dessa maneira, Marini coloca que

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2022c, p.189).

A superexploração seria um mecanismo particular desenvolvido nas economias latino-americanas pelos capitalistas para reverter a sua perda da taxa de lucro na relação de dependência econômica com o centro do capitalismo. Isso se dá, segundo o próprio Marini (2022c, p.188), por três mecanismos: pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e pelo que ele chamou de “expropriação de parte do trabalho

Sob esse ângulo, Marini demonstrou que o intercâmbio desigual não era apenas a transferência de valor, mas de uma parte da mais-valia da periferia ¹³. Além disso, o capital estrangeiro, aproveitando-se da condição do trabalhador periférico, isto é, das altas taxas de mais-valia apresentadas, se reorientava para realizar investimentos nas bases industriais construídas nesses países ¹⁴.

¹³ “A transferência de valor é uma transferência de mais-valia” (Marini, 2022c, p.185).

¹⁴ A industrialização dependente, segundo Marini (2017, p.39), teria uma das características básicas a reorientação do capital estrangeiro “ao setor industrial desses países, devido tanto às elevadas taxas de mais-valia que ali se apresentam, quanto à possibilidade que oferecem para os países avançados de exportar aos países dependentes não somente bens de consumo corrente, mas também bens intermediários e de capital”.

Furtado chegou a conclusões semelhantes, embora não usou categorias advindas do marxismo, ao analisar a industrialização latino-americana, sob a direção de empresas dos países cêntricos, a partir da Segunda Guerra Mundial. Antes de avançarmos, é importante entender como Furtado definiu dependência: uma “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior” (Furtado, 1974, p. 84). Para ele, a dependência possui inicialmente um caráter cultural, para depois se manifestar em aspectos tecnológicos, financeiros, comerciais e outros. Assim, a existência de uma classe dirigente que importa padrões de consumo dos países centrais, os quais possuem um nível de acumulação de capital muito mais alto e forças produtivas muito mais desenvolvidas, torna-se problemática para os países periféricos. A respeito desse processo, Furtado denomina-o de modernização: um “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo

de acumulação de capital e progressos nos métodos produtivos” (Furtado, 1974, p.81).

O processo de modernização, causado pela dependência cultural das classes dominantes, se torna central para a análise quando as economias periféricas partem para a “substituição de importações”, já que, anteriormente, a diversificação dos setores modernizados era financiada com o excedente tido pelo comércio exterior. Na fase da industrialização, surge uma disparidade de nível e de variedade de consumo entre a minoria modernizada e a massa da população, incorporando-se à estrutura produtiva interna dos países. Em outras palavras, nesse momento histórico incorporam-se tecnologias e processos produtivos do centro, especializados na produção de bens sofisticados, para o espaço produtivo interno dos países periféricos.

Nesse contexto, Furtado vai analisar a entrada das transnacionais nas economias da América Latina. “A rápida industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção

de empresas dos países cêntricos, que se observa a partir do segundo conflito mundial e se acelerou no último decênio” (Furtado, 1974, p.26), trata-se de uma das principais consequências para a periferia da transformação do capitalismo do período pós-guerra. A penetração dos conglomerados, sobretudo, os norte-americanos, nos setores manufatureiros da América Latina já ocorrera posteriormente à grande depressão dos anos trinta. Porém, com a Segunda Guerra Mundial essa penetração ganhou uma escala mais intensa, principalmente em países que já tinham construído uma base industrial, como o Brasil. Desse jeito, Furtado coloca um dado que ajuda a entender melhor essa nova quadra da região:

Existe alguma evidência de que as empresas estrangeiras- na sua grande maioria conglomerados norte-americanos- controlam de 50 a 75 por cento das indústrias dinâmicas, isto é, das indústrias que lideram o processo de desenvolvimento na América Latina (Furtado, 1973, p.53).

Assim, dada a transnacionalização das grandes empresas para a periferia, o autor relata que estas aproveitaram a condição do trabalhador latino-americano para aumentar a sua competitividade, ou seja, a entrada de investimento estrangeiro direto buscou por meio da utilização da força de mão de obra barata dos países dependentes baixar os custos de produção dos seus bens comercializados internacionalmente. Em outro ângulo, é como se “a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende à periferia, conseguisse, na realidade, incorporar à economia do centro os recursos de mão de obra barata da periferia” (Furtado, 1974, p.48-49). Ao pagar salários mais baixos do que pagaria no seu país de origem, as grandes empresas aumentam o seu lucro na venda de seus produtos. Um exemplo emblemático desse fenômeno, é a instalação no lado mexicano da fronteira de empresas estadunidenses, as quais utilizam a mão de obra local ao nível de salários do México e,

posteriormente, vendem as suas produções nos Estados Unidos. Parece não haver um dado exato sobre a relação entre os salários pagos pelas grandes empresas na América Latina e o que elas teriam pagado se elas utilizassem a mão de obra nos países centrais, podemos, no entanto, ter uma noção:

Mesmo pagando salários algo acima do 'preço de oferta' local da mão, as grandes empresas obtêm, na periferia, uma força de trabalho consideravelmente mais barata do que nos países cêntricos. Estima-se, por exemplo, que os salários pagos pelas grandes empresas no sudoeste da Ásia, para tarefas semelhantes, correspondem a um sexto dos pagos na Alemanha e a um décimo dos pagos nos Estados Unidos. Com respeito à América Latina (excluída a Argentina) o diferencial deve ser semelhante (Furtado, 1974, p.65).

Desse modo, a grande empresa que produz bens manufaturados, na periferia, para o centro

do capitalismo possui uma margem de manobra, seja para autofinanciamento e/ou para expandir o seu mercado, tanto maior quanto mais baixos são os salários pagos para os seus trabalhadores (Furtado, 1974). Em qualquer dos dois casos, maior a margem, maior é o valor adicionado que fica fora do país periférico onde a indústria está instalada. A taxa de exploração da força de trabalho periférica não teria apenas um componente interno, mas externo também. Como atenta o economista, "Tudo se passa como se o trabalho fosse um recurso que exporta, sendo a taxa de salário o preço de exportação" (Furtado, 1974, p.65).

A situação é parecida, consoante o autor (1974), com a emigração de mão de obra periférica para o centro. Ao buscar melhores condições de trabalho, os trabalhadores da periferia foram para o centro ocupar postos de trabalho, porém recebiam

salários mais baixos do que os que prevaleciam no país onde estavam, mas salários superiores aos que predominavam nos seus países de origem. Para se ter uma noção, “em vários países da Europa Ocidental a mão de obra estrangeira, considerada como ‘temporária’, aproxima-se de 10 por cento da força de trabalho, alcançando, no caso da Suíça, um terço da mão de obra não-especializada” (Furtado, 1974, p.49).

Na realidade, Furtado estava atento para a exploração da mão de obra pelas transnacionais nos próprios países da periferia, que estão em condição de dependência e não conseguem romper com o subemprego estrutural nem “homogeneizar” os padrões de vida para as suas populações, mas também nos países centrais, já que os trabalhadores da periferia, ao aspirar melhores condições de vida

que a estrutura ocupacional dos seus países de origem não oferecem, emigram para o centro, porém são estigmatizados e remunerados abaixo da média salarial dos trabalhadores originários do país cêntrico. Em ambos os casos, a periferia do sistema adiciona valor para o centro.

Em resumo, tanto Furtado quanto Marini estavam preocupados com a transferência de valor da periferia para o centro via exploração do trabalhador, embora Marini seja mais específico: não seria meramente valor, seria uma parte da mais-valia. Além disso, ambos chegam a uma conclusão parecida de que a exploração dos trabalhadores da periferia não seria a mesma que os trabalhadores do centro estariam submetidos, pois esses teriam uma exploração mais intensa. Desse modo, estaria, para os dois pensadores, a condição precária do trabalhador periférico como um pilar

¹⁵ Duas passagens que destacam essa ideia em Marini e em Furtado, respectivamente: “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida” (Marini, 2017, p.52) e “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (Furtado, 1974, p.94).

fundamental para a dinâmica das economias subdesenvolvidas.

Outro olhar que os autores desenvolvem para analisar a questão do mercado de trabalho e, claro, a própria reorientação do capital estrangeiro na região para explorá-lo, é a importação de uma tecnologia do centro para compor a industrialização latino-americana, que não conseguiu romper com a dependência na região. Dada a especificidade do nosso modelo adotado de industrialização, feita a partir da “substituição de importações” e, além disso, usando uma tecnologia de outro processo histórico, ou seja, totalmente exógena, tornaram-se os caminhos percorridos pelos países latino-americanos diferentes dos líderes da primeira Revolução Industrial.

Como disse Furtado, a difusão tecnológica, no período de substituição de importações que a periferia estava realizando e à luz do processo de modernização, “não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim

com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade” (Furtado, 1974, p.82). Marini, nesse ponto, tem uma conclusão análoga: “O desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade (Marini, 2017, p.37). Assim, os dois pensadores concordam que, ao importar uma tecnologia mais desenvolvida de outro processo de acumulação mais avançado para a produção interna de bens de consumo que seriam consumidos, na maior parte, pelas classes dominantes, o modelo de industrialização assumido pelos países latino-americanos não criou a demanda de empregos necessária, muito pelo contrário: foi uma industrialização poupadora de mão de obra.

Nos dados ofertados pelos pensadores evidencia-se este processo, nas palavras de Furtado:

“entre 1938 e 1948 o crescimento de um por cento da produção industrial acarretava aumento de 0,62 por cento no emprego industrial; a mesma relação, no decênio dos cinquenta foi de 1 para 0,26” (Furtado, 1973, p.16). Enquanto Marini nos oferece um dado estático, mas que pode ser interessante para capturar o quanto o setor industrial estava gerando de empregos na década de 1960:

Isso explica que, segundo dados oficiais, a população com mais de 10 anos tenha aumentado, entre 1960 e 1970, em 17 milhões de pessoas, das quais 7 milhões ingressaram na estrutura de emprego, sendo que, entre elas, menos de 4 milhões foram absorvidas por setores diretamente produtivos (aproximadamente 2,5 milhões pela indústria e o restante pela agricultura) e pouco mais de 1 milhão de pessoas se inseriu nos serviços vinculados à produção (incluindo o comércio, onde se oculta, como se sabe, boa parte do desemprego disfarçado); o remanescente foi para atividades improdutivas (Marini, 2017, p.32).

Dessa forma, a importação de uma tecnologia do centro, que atendia aos padrões de consumo das classes ricas e não tinha nada ver com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país, criou grandes problemas estruturais. Ao poupar mão de obra, a consequência é natural: amplia-se o exército industrial de reserva, com grandes impactos negativos na definição dos salários. Sobre estes últimos, Marini expressa que a “indústria latino-americana se deparou com um mercado reduzido, e tratava de compensá-lo através do uso abusivo da relação entre preços e salários” (Marini, 2017, p.60). Furtado, seguindo uma lógica parecida, compreende que a própria industrialização criou “condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência” (Furtado, 1974, p.82).

Considerações finais

Celso Furtado e Ruy Mauro Marini apresentaram análises notavelmente convergentes em alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho nos países dependentes. Embora seja natural a existência de pontos de convergência e divergência entre diferentes abordagens, a semelhança de suas conclusões é surpreendente, considerando suas distintas fontes teóricas e metodológicas.

Os trabalhadores dos países latino-americanos teriam, para ambos os pensadores, condições de trabalho e de vida bem piores do que os trabalhadores do centro do capitalismo. Um denominador comum de causa entre os dois é a especificidade do modelo de industrialização da periferia, que incorporou uma tecnologia exógena poupadora de mão de obra. Nesse sentido, a classe trabalhadora periférica se viu prejudicada, pois as economias não conseguiam diminuir drasticamente o exército industrial de reserva de suas sociedades, a fim de disputar melhores direitos trabalhistas.

Para Furtado, essa questão é chave para compreender as dificuldades dos trabalhadores da América Latina - inclusive, dá mais ênfase que Marini. Assim, a transnacionalização das grandes empresas é fundamental para entender o fenômeno de transferência de valor, pois essas quando são estendidas para a periferia conseguem capturar para o centro os lucros da mão de obra barata. É bem verdade que Furtado também estava preocupado com a emigração dos trabalhadores periféricos para o centro, pois estes seriam também subjugados para receber salários inferiores, e o centro novamente captaria mais lucros - consideração que não vemos em Marini.

Marini adota uma diferente abordagem e estrutura o conceito de transferência de mais-valia, que seria algo mais preciso do que simplesmente valor, a partir da troca desigual entre os países dependentes e os países do centro e da superexploração, que seria um "mecanismo de compensação" para a perda de lucro dos capitalistas internos dos primeiros países.

Como Furtado, também entende que os trabalhadores da periferia teriam uma excessiva exploração -embora não formulou, diga-se de passagem, um conceito como o de "superexploração". Ademais, um ponto comum entre os dois é a análise que evidencia o papel que os capitais estrangeiros assumiram para o papel de transferência de recursos obtidos com os salários baixos da periferia para o centro do capitalismo, como fica bem claro com a investigação das "grandes empresas" de Furtado.

Segundo os autores, não dá para superar o quadro de dependência e de subdesenvolvimento dos países latino-americanos mantendo a intensa exploração de seus trabalhadores. Afinal, se os trabalhadores da periferia não conseguem conquistar condições de trabalho melhores e, mais especificamente, salários superiores ao preço de procura, o nosso modelo econômico contribuiria para aumentar o fosso existente entre os países do centro e os países da periferia, e dentro desta aumentar a já extrema desigualdade de renda. Nesse sentido, encontramos outro ponto em comum entre ambos: a

precariedade dos trabalhadores retroalimentaria o subdesenvolvimento.

Dado o problema colocado, divergiram na formulação de projeto político para enfrentá-lo. Marini propôs o processo revolucionário que superasse o modo de produção capitalista e encaminhasse para o socialismo. Furtado, no entanto, nunca saiu dos limites da democracia tradicional burguesa. Para ele, o Estado deveria recompor a sua atuação na economia e na sociedade para garantir justiça social, e como o seu entendimento de dependência tem um aspecto cultural, para sair do quadro dependente os povos da periferia deveriam mudar os seus padrões de consumo.

É claro que toda essa discussão é datada em um período histórico diferente do nosso. No entanto, alguns fenômenos estudados nessa época por esses dois intelectuais brasileiros se mantêm até o presente. Embora não seja o objetivo deste trabalho fazer um resgate crítico dessas interpretações, ele pode indicar futuras investigações que possam ser mais bem compreendidas à luz dessas abordagens.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004).

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. As três interpretações da teoria da dependência. *Perspectivas*, v. 38, p. 17 - 48, jul./dez. 2010.

FRANK, André G. O desenvolvimento do Subdesenvolvimento. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, Set. 1966.

FURTADO, C. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, p. 451 - 462, Set./Dez. 2018.

MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MANZATTO, R.; SAES, A. M. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, p. 182- 205, Abril 2021.

MARINI, R. M. "Dialética da Dependência". STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. (Org.). Ruy Mauro Marini: "Dialética da Dependência" e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022c.

MARINI, R. M. "Memória". STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. (Org.). Ruy Mauro Marini: "Dialética da Dependência" e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022a.

MARINI, R. M. "Sobre a Dialética da Dependência". STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. (Org.). Ruy Mauro Marini: "Dialética da Dependência" e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022b.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e Revolução. 6. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

ROSSO, S. D.; SEABRA, R. L. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 1029 1050, janeiro 2017.

ROSTOW, W.W. Etapas do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Theotônio dos. Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2023.

DESMISTIFICANDO O MILAGRE: UMA ANÁLISE SOBRE O LEGADO DO MILAGRE ECONÔMICO NO BRASIL

Pedro Dib Aguiar

Resumo

O artigo a seguir foi redigido com o intuito de melhor contextualizar o período do Milagre Econômico e a partir de evidências empíricas provar que foi criada uma falsa noção sobre os anos de 1968 a 1973, quando Emílio Garrastazu Médici ocupou o cargo de Presidente do Brasil. Médici protagonizou o projeto militar de industrialização, que se provou falho já que mesmo com um avanço exponencial na indústria, no crescimento do PIB e diminuição da inflação, tais ganhos não se mostraram duradouros e sim efêmeros, portanto ineficazes quanto a real melhoria do país e em contrapartida, para viabilizar este crescimento fulminante, o envolvimento de capital externo tornou-se cada vez maior (causando severo endividamento), eventualmente resultando na década perdida. Partindo de uma análise econômica baseada nos escritos de Paul Singer, economista que viveu e documentou o período, mostra-se como a crise causada pelo milagre, é uma crise de modelo, uma crise crônica de gestão. Em sequência estuda-se as evidências empíricas que mostram que a ditadura militar se beneficiou da propagação midiática de falsas interpretações acerca do milagre. Por fim, conclui-se que o Milagre Econômico foi romantizado e indica a falta de medidas focadas na fomentação de uma economia sustentável e a instauração da cultura de trabalho digno (contemplados na ODS nº8). Estes dois últimos aspectos se mostram incompatíveis com realidade brasileira que continuamente sofre com a precarização de sua população, projetos avassaladores de acumulação primitiva por parte das elites, e a repetida subalternização do Brasil em relação a interesses externos.

PALAVRAS-CHAVE: Milagre Econômico; Ditadura Militar; Capital Externo; Significante Vazio; Brasil.

Introdução

O presente trabalho contempla uma análise histórica, econômica, sociológica e política do período da história brasileira denominado como Milagre Econômico (1968-1973), um período de avanços no desenvolvimento das indústrias nacionais e também de aquecimento econômico. Por quanto, o nome “Milagre econômico” faz com que tome-se ciência do fato de que este período ficou marcado positivamente no imaginário popular, e este fato por si só carrega pouca relevância, mas ao levar em consideração o contexto hegemônico do país, que vivenciava uma Ditadura Militar e portanto, levando em consideração o modus operandi do fascismo, se torna relevante a seguinte pergunta: Foi construída uma narrativa ao redor deste momento econômico que faça que o período seja romantizado no imaginário popular?. Em outras palavras, questionamos o legado do milagre, buscando elucidar sobre a construção de um possível significativo vazio atrelado a este momento histórico.

Contextualizando a discussão, via o front histórico, sociológico e político analisaremos a realidade contextual

da Ditadura Militar. De que forma se deu o milagre econômico, como o fenômeno impactou a população, e se há evidências empíricas direcionadas à supracitada pergunta estruturante da pesquisa, no caso, se houve de fato, manipulação da narrativa popular. No front econômico, focaremos na mudança na indústria nacional, as flutuações de dados como o PIB e inflação, por último, se os ganhos do período foram mantidos após a queda da ditadura.

Em suma, efetuamos nossa análise sob a perspectiva da ODS N°8: Trabalho decente e crescimento econômico. Com a intenção de contrastar a realidade contemporânea com a realidade experienciada pelo povo brasileiro enquanto instaurada a ditadura militar no país e também, melhor elucidar sobre o porquê da dificuldade brasileira de estabelecer oferta de trabalho digno e não precarizado para sua população, juntamente levando em evidência o crescimento econômico durante a ditadura, a fim de entender como se deu o desenvolvimento/ crescimento econômico do país e as reverberações deste período.

Contexto Histórico

O Brasil, anterior a 1968 (início do milagre), estava vivendo sob a gestão estatal de Juscelino Kubitschek, que ficou no poder entre 1956 e 1961. Seu governo ficou marcado sobretudo pela implementação do chamado Plano de Metas ou Programa de Metas, uma política econômica que visava uma maior fluidez na gestão econômica do país.

A tentativa foi de solidificar o processo de consolidação do capital industrial, na intenção de prevenir que o Brasil sofresse uma industrialização restringida, ao mesmo tempo exaltando o setor de insumos. O lema remanescente deste período foi o de “50 anos em 5”.

Plano de Metas - Estimativa do investimento total - 1957-61, (US\$ milhões)

METAS	PROD. INTERNA	IMPORTAÇÃO	TOTAL	%
Energia	1.374,52	862,20	2.236,72	42,39
Transporte	941,41	582,60	1.524,01	28,88
Alimentação	59,84	130,90	190,74	3,61
Ind. Básica	433,67	742,00	1.175,66	22,28
Educação	149,99	0,00	149,99	2,84
TOTAL			5.277,13	100

— (LESSA, 1973); (RABELO, 2008, pg 49).

Conclui-se que já havia intenção de implementar uma rápida aceleração econômica e não coincidentemente, essa intenção foi compartilhada durante os anos do milagre, fazendo com que os dois períodos fossem marcados pelo aumento do envolvimento de capital externo no funcionamento/manutenção da economia, o que por si só foi bem problemático, pois após o fim da ditadura a dívida externa era excessiva, o que eventualmente destrinchou na agravção da crise inflacionária na Década Perdida (anos 80), que teve com um dos principais agravantes uma excessiva dependência em relação aos empréstimos externos e uma vulnerabilidade à inflação, afetando principalmente o mercado internacional do petróleo, de forma que foram subalternizados economicamente os países da América Latina, que se viam como compradores e não produtores de petróleo, em sua maioria.

O Milagre Econômico

Nos anos 1960 e 1970, o Brasil experimentou uma rápida expansão do produto interno bruto (PIB), alimentada por uma combinação de investimentos externos, empréstimos internacionais e uma expansão do setor industrial. Conhecido como milagre econômico, o período fica (em primeiro momento) marcado pelo alto desenvolvimento econômico e índices de crescimento altos. Durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), no contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a mesmo sendo instaurada após de O golpe de março de 1964 ¹, que teve como alvo o então presidente João Goulart (ou Jango, como era popularmente conhecido) e o mesmo que é exilado, achando asilo no Uruguai. Após a falta de reação dos players políticos (com exceção dos militares), a ditadura foi tomando forma, solidificando sua possessão sistêmica da hegemonia brasileira por meio de 17 Atos Institucionais, o mais famoso deles sendo o AI-5, o qual permitiu que toda pluralidade político

¹ O golpe de Estado no Brasil em 1964 foi a deposição do presidente brasileiro João Goulart por um golpe militar de 31 de março a 1.º de abril de 1964, pondo fim à Quarta República (1946-1964) e iniciando a ditadura militar brasileira (1964-1985).

partidária brasileira fosse aniquilada, a fim de restringir, anular e eliminar toda e qualquer oposição ao regime.

As causas do milagre econômico brasileiro foram a intervenção estatal na economia, a partir das práticas keynesianas de investimentos em obras públicas e na indústria pesada, siderúrgica, hidrelétrica e petroquímica. O fim do milagre econômico brasileiro está ligado à conjuntura de uma crise internacional, no caso relacionada à crise do petróleo que ocorreu entre 1973 e 1974.

Entre 1967 e 1974 o Brasil viveu o período conhecido como “milagre econômico”, quando o país teve anos de alto crescimento. Um dos pilares deste período era o investimento externo direto, o qual cresceu significativamente” (Lago, 2014, p. 233)

O milagre ficou marcado por investimento estatal em obras públicas (nominalmente obras como a Usina de Itaipu e a Transamazônica e indústria pesada.

Pontos Positivos e Negativos do Milagre

É de interesse metodológico explicitar sobre toda a pluralidade do fenômeno conhecido como milagre econômico, e a fim de nada deixar a desejar no que se diz respeito à uma compreensão fidedigna em detrimento de uma visão fortuita. Listamos os principais aspectos/impactos econômicos do milagre, separando os entre os positivos e negativos. Para tanto, iniciando com os pontos positivos, observa-se entre os anos de 1960 e 1973 um crescimento (PIB) de 9,8% para 14% ao ano, já a inflação caiu de 19,46% para 15,6%, acompanhado por um aumento nas exportações e reservas cambiais, causando um aquecimento na economia observado num aumento de arrecadação tributária. Negativamente, o país sofreu com o aumento da concentração de renda, crescimento da dívida externa ², fracassos na construção de grandes obras públicas e claro, a repressão extremamente violenta e bárbara

¹ Levando para uma economia extremamente sensível e fragilizada que sofreu profundamente com a crise do petróleo e na década perdida, assim ficou marcado os anos 80 na história brasileira.

sofrida pela sociedade civil, de forma que os anos de ditadura e a mãos dos militares ficassem encharcadas de sangue. Se faz impossível, sociologicamente ignorar a violência do regime, por mais que não seja estritamente o foco do presente texto.

O papel do capital externo como agravante da subalternização

É importante mencionar que o aumento de capital externo na economia durante a década de 70 foi de certa forma, uma condenação, no sentido que ao tempo que aumentava o fluxo de capital externo em território nacional, também aumentava-se a dívida externa, caracteriza-se o envolvimento do capital externo como condenação pois este vulnerabilizou a economia do país, na medida que a questão inflacionária é agravada com o passar dos anos, fortalecendo e alimentando um ciclo de endividamento e recessão. Portanto, fica claro um problema na narrativa criada acerca do milagre, já que o mesmo buscou relaxar pontos de estrangulamento da

economia, mas na prática acelerou o processo contrário, engessando a manobrabilidade de todo o aparato econômico brasileiro e novamente subalternizando um país, que historicamente via colonização, já sofria com a condição de subordinado geopolítico. Evidenciado essa narrativa, é o fato histórico de que o país almejou uma aproximação com os Estados Unidos (processo que ganhou momentum extra com a ascensão dos militares ao poder) em detrimento de um fortalecimento das relações com outros países da América Latina, de certa maneira curvando-se perante o imperialismo estadunidense, que se camufla atrás do significativo vazio da “proteção da democracia”, não à toa os EUA apoiaram o golpe de 1964. Uma democracia apoiando uma ditadura. Irônico como, na tentativa de automatizar e tornar independente a economia/indústria brasileira, quem sai perdendo é o próprio povo brasileiro, não os militares. O Estado brasileiro se mantém firme em atirar no próprio pé, desde que o pé baleado seja daqueles que não estão em cargos de liderança do país.

Desmistificando o milagre: Paul Singer

Paul Singer (1932-2018), influente economista, vivenciou em primeira mão o “Milagre Econômico”, e em 1973, escreveu “As contradições do milagre” que aparece como capítulo de seu livro: *A Crise do Milagre*. Nesta obra, o autor analisa e elabora uma série de críticas para com o modelo econômico vigente na década de 70, uma delas aponta que a crise do milagre é uma crise de modelo, já que veio a sofrer com uma solução de continuidade.

De fato houveram avanços notáveis no período, mas que na falta de sustentabilidade, aparece como o obstáculo, um quadro de desabastecimento, sobretudo da mão de obra, até mesmo da pouca qualificada, nos campos da construção civil, agricultura, na fabricação de cimento e etc (Singer, 1973). Singer destaca que o auge do milagre foi a produção exacerbada de automóveis, ao mesmo tempo que este pico de produção automobilística só foi viabilizado por um esgotamento de matérias primas, que resultou

numa carência de borracha que por extensão, causou uma falta de pneus, o que aponta como fator agravante da crise, o resfriamento repentino de uma economia rapidamente aquecida. Entre agosto e setembro de 1973, a produção de automóveis caiu de 40.085 para 34.598 unidades, os utilitários/caminhonetes foram de 20.548 para 18.532 unidades. Os dados levantados por Singer apontam uma insustentabilidade de modelo, que não tinha como manter o nível de produção acelerado desfrutado até então. O efeito desmoralizador pode ser percebido no campo pecuaristas, frigoríficos, açougues que no contexto de 1973, haviam reduzido a oferta de carne mediante a realização de um protesto aos preços oficiais, os fabricantes de refrigeradores operaram 15% abaixo de sua capacidade produtiva.

Singer identifica que essas repercussões são consequências de uma inflação reprimida, o que não necessariamente é uma crise, podendo indicar um auge conjuntural. Entretanto, a questão

se tornou efemeridade por conta da acumulação (primitiva) de capital e expansão da atividade produtiva excessivos, se chocando com outras barreiras “físicas” da economia que não dialogavam com atos de política econômica, pois alargou aspectos que não poderiam ser alargados, tanto quanto foram (Singer 1973). Estas condições repercutiram em conflito com diferentes grupos detentores das áreas de produção, causando um estrangulamento da economia, o oposto do que foi almejado. Outro ponto importante que Singer analisa é a dependência crescente do Brasil em relação ao capital estrangeiro, com um aumento significativo da dívida externa, como já citado anteriormente. Por último, Singer descreve como o modelo econômico adotado durante o regime militar (1964-1985) foi insustentável a longo prazo, pois priorizou o crescimento quantitativo em detrimento do desenvolvimento qualitativo, o que levou a uma série de crises econômicas nos anos seguintes. Ele aponta para a concentração de riqueza, o aumento da dívida externa

e a falência do sistema financeiro como evidências de que o “milagre” não era, na realidade, uma solução duradoura para os problemas estruturais do país.

Desmistificando o milagre: Análise prática da propaganda

Remetendo a pergunta inicial e estruturante deste artigo, “Foi construída uma narrativa ao redor do milagre econômico que faça que o período seja romantizado no imaginário popular?” Se faz necessário aprofundar-se sobre a contextualização do caráter midiático/propagandista da época. Os regimes autoritários encontram em seus *modus operandi* a necessidade de controle da narrativa, o que em alguns momentos se expressa num revisionismo histórico. Em relação à Ditadura Militar brasileira, essa necessidade operativa foi de certa forma camuflada, em comparação a outros regimes autoritários do século XX.

Após a solidificação do golpe, a propaganda não foi abandonada, mas sim profissionalizada. A agência do governo, AERP, canalizou o otimismo da população, representado mais agudamente nos anos do “milagre brasileiro” para criar campanhas que mantivessem a população unida em volta do projeto dos militares. Todas essas proposições giram em torno do processo de legitimação que se tornou necessário buscar a todo tempo, criar um consenso em torno do que estava acontecendo no Brasil. Era necessário justificar não exclusivamente o uso do Estado por um governo que tinha chegado até lá por fins não democráticos, mas também a perseguição dos ditos terroristas e de todos aqueles fossem tidos como perigosos aos ideais do regime. Mais uma observação pode ser reafirmada: a falta de um retorno da sociedade, impedido pelo AI-5, forneceu munição para as críticas contra as campanhas governamentais. Na ausência de um contraponto, a agência predominava. (NETTO, 2009)

Assim, a propaganda comercial, mesmo a primeira vista, não partindo diretamente do governo, ajudou na criação de um falso sentimento de harmonia e prosperidade na sociedade. A classe hegemônica fez uso dela para ajudar a conter forças sociais que na realidade rumavam para um confronto direto. Os exemplos contidos nesse artigo mostraram algumas confluências entre os ideais que nortearam os rumos da AERP e as propagandas produzidas em agências comerciais. Através dessas propagandas, criava-se à idéia de que o país caminhava a passos largos para o primeiro mundo. O processo de separação entre trabalho e consumo exercido pela publicidade ocultava as lutas que eram travadas por detrás dos produtos. (NETTO, 2009)

Observa-se portanto na perspectiva do autor citado, há a ideia de que a relação entre o regime e a propaganda é de natureza dúbia, mas que mesmo assim não é passível de desconsideração o fato de que

na prática o regime se beneficiava da narrativa proferida via AERP. Entretanto há aqueles que afirmam que a relação autoritarismo da época e a narrativa da mídia é de fato estreita, mas sobretudo real.

[...] governo promoveu insistentemente, através da propaganda, a ideia força de crescimento econômico do país, calcando-se especialmente no chamado “milagre econômico”, que segundo a mística do período, decorria do “processo revolucionário” iniciado em 1964. Logo, buscava-se alcançar ou manter as bases do consenso entre a sociedade e o Estado em torno do processo de desenvolvimento econômico. Assim sendo, o governo do General Emílio Garrastazu Médici, fez uso da propaganda, produzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), visando alcançar consenso e apoio do maior número possível de setores da sociedade brasileira. (ALVES, 2013)

Conclui-se que há evidências não apenas conjecturais de que fiel ao modelo de operação fascista, houve tentativas de controlar as perspectivas populares em relação ao chamado Milagre Econômico. Aliando isto ao fato da existência de críticas de Paul Singer, via quesitos práticos, que criticou a fragilidade da longevidade do sistema adotado. Singer corrobora o que foi descrito nas citações anteriores, por concordar que houve a propagação de um legado positivo do período, entretanto na verdade, este legado é um que carece de legitimidade.

O Milagre Econômico em contraposição da ODS n°8: A crise do trabalho digno e da economia sustentável no Brasil

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de N°8 redigido pela ONU, tem como diretriz reforçar práticas não estritamente focadas no mercado, e sim práticas que almejam uma construção de uma economia que não seja forçada a servir interesses destrutivos de mercado e produção. Para que a ODS de N°8 se torne uma realidade, é necessário que as condições de trabalho, impostas pelos estados nação, sejam avaliadas quanto à proporção que um indivíduo, em média, passa trabalhando e não vivendo. Viver é mais do que simplesmente existir — assim como o crescimento econômico não implica, por si só, em fortalecimento hegemônico ou desenvolvimento real de uma nação. Como discutido ao longo deste artigo, o chamado Milagre Econômico revelou-se incapaz de atender às necessidades concretas

da população brasileira. Sob o discurso do progresso, o Estado brasileiro adotou — e continua a adotar — medidas que, de forma análoga à lógica malthusiana, aprofundam mecanismos de acumulação primitiva por parte das elites político-econômicas. Estas, por meio da exploração sistemática da população, seguem concentrando poder e recursos de forma quase absoluta.

A crise do milagre passa a ser entendida como uma crise de modelo (Singer, 1982), já o próprio milagre, é produto de uma crise de modelo crônica no que diz respeito à gestão administrativa do país, onde repetidamente as questões humanitárias sofrem religiosamente com a presença da extrema-direita, conservadorismo, integralismo, neoliberalismo. Estes players

Conclusão

políticos não obstatamente são passíveis da classificação de fascista, e o que tudo indica, há a intenção de que o golpe de 1964 não seja o único na história do Brasil ².

Portanto o Milagre Econômico foi um período de extremo regresso quanto aos princípios de trabalho digno e economia sustentável (o que é de se esperar de um regime ditatorial militar), entretanto o milagre faz parte de um contexto, onde em média, tais princípios e iniciativas (ODS N°8) já sofrem com uma falta de responsabilidade estatal, em especial quanto ao bem estar da sua população. Por extensão normaliza-se que o Estado não cumpra o papel de Estado, e sim o papel de uma empresa glorificada, onde a hierarquia top-down é absoluta.

A fim de sintetizar as análises trabalhadas no artigo, respondendo a pergunta estruturante: “Foi construída uma narrativa ao redor do milagre econômico que faça que o período seja romantizado no imaginário popular?”. É possível, a partir dos dados, estatísticas e levantamentos apresentados responder de que sim, o milagre foi romantizado via uma representação midiática não fidedigna. A realidade empírica do governo de Emílio Médici, foi a de que os ganhos econômicos (além de não se mantiverem) não necessariamente eram ganhos populares, e ao contrário, foi incentivado uma perspectiva individualista a partir da exaltação do consumo que acabava por beneficiar o regime militar já que retirava-se o foco das desigualdades salariais, insustentabilidade

³ Recentemente, perto da finalização deste artigo, foram cometidos atentados contra o atual governo do presidente Lula, assim como foram descobertos e estão sendo investigados esquemas relacionados a um possível golpe político, encabeçado por Jair Messias Bolsonaro.

Referências bibliográficas

no uso de matérias-primas, precárias condições trabalhistas e a crescente dependência em relação ao capital externo na economia nacional. O legado do milagre não é de positividade e otimismo, e sim de uma agravação de crises cambiais que viriam a fragilizar e impedir que o Brasil se desenvolvesse plenamente, resultando na Década Perdida. Em suma, o período de 1968 e 1974, em diversos campos do saber, se mostrou incompatível com a ideia de economia sustentável e trabalho digno, além disso, enfatizando justamente o enfraquecimento destas pautas, este sim, o verdadeiro legado do milagre econômico, que reverbera continuamente até os dias atuais, logo que o trabalho digno e a economia sustentável continuam sendo prejudicados com a vitória do capitalismo e as práticas neoliberais que cercam a realidade trabalhista. A relação do milagre com a ODS nº8 é justamente de contraposição.

ALVES, Regilany da Silva. Propaganda, Legitimação e Violência Simbólica no Governo Médici (1969-1974). In: XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371342235_ARQUIVO_Anpuh.pdf

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e nação na propaganda do “milagre econômico”. Revista de História Brasileira, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 195-224, 2002.

COSTA, Leonardo Henrique. A economia brasileira no pós-1990: um estudo sobre as políticas econômicas. Revista Economia e Ensaios. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/39250/26076>.

CUNHA, Edgar de. O mito do milagre econômico: análise do período de crescimento no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora X, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=r6eWBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=mito+do+milagre+economico&ots=nFhrYOJ0hP&sig=zYyxwGkW5B_N2OwBKyWsV1CCK7I. EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FELÍCIO, Rubens N. O conceito de ‘milagre econômico’ no Brasil: mito e realidade. Revista de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/?lang=pt>.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do ‘milagre’, 1967-1974. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Coord.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MARTINS, Antônio. A produção e o uso de recursos naturais no Brasil: uma análise crítica. Revista Scripta Alumni. Disponível em: <https://revistahom.uniandrade.br/index.php/ScriptaAlumni/article/view/1435>.

MARTINS, Ricardo Carlos. A estrutura da economia brasileira no século XXI. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/3148>.

MORAES, Silvana. Políticas públicas e seus impactos no desenvolvimento econômico no Brasil. Anais do Simpósio ANPUH. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875180_ad173eeaaaf260e3d302fea0677d70474.pdf.

PEREIRA, Renata. Desafios do crescimento e desenvolvimento brasileiro. 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4102>.

RABELO, Ricardo Fonseca. Plano de Metas e Consolidação do Capitalismo Industrial no Brasil. E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p. 44-55, dez. 2002/ jul. 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/download/101/>

ROCHA, Sérgio André. Acesso do Brasil à OCDE e a Política Fiscal Internacional Brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional: O Brasil na OCDE, n. 28, p. 29, set./dez. 2020.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Mito do Milagre Econômico: A ascensão do Brasil no contexto internacional. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/210>.

SANTOS, Maria Helena. O capitalismo brasileiro e suas contradições: uma análise das relações econômicas. Revista de Humanidades e Ciências Sociais, 2000. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2106>.

SILVA, Fábio de Oliveira; LIMA, Hélio Pinto de. A produção de riqueza e desigualdade no Brasil: uma análise das políticas de crescimento econômico e desenvolvimento social. Revista Brasileira de História. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/qbC8MGQQ6rW8Q8ZWJXp45Nw/?lang=pt>.

SILVA, Gabriel Pereira. Estruturas de poder e o papel do Estado no Brasil. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32367>.

SILVA, João Antônio da. Crescimento e desenvolvimento no Brasil: políticas e desafios. XI ANPEC-Sul, 2008. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos_servidor/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-07-crescimento_desenvolvime.pdf.

SILVA, Pedro Oliveira. A crise da economia brasileira: um estudo histórico e contemporâneo. Anais do Simpósio ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772191_216d86e982b183df175885fcb-ed874fb.pdf

SINGER, Paul. A crise do "milagre" - 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TRABALHO ESCRAVO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: DOIS PONTOS QUE NÃO CONVERGEM NO IDEAL DE DIGNIDADE DO POVO BRASILEIRO

Luciana Elizabete dos Santos
Mário Henrique Renó Faria

Resumo

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre o processo de formação da mão de obra no Brasil após a abolição da escravidão em 1888, com enfoque nas dinâmicas históricas, econômicas e sociais que moldaram essa trajetória. Discute-se como o processo de expansão colonial contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, integrando as colônias à divisão social do trabalho por meio das feitorias. Analisou-se os ciclos de exploração econômica e as dificuldades em formar um mercado interno capaz de sustentar uma economia nacional autônoma. Também são abordados os desafios de romper com um sistema escravagista enraizado e estruturalmente estabelecido. Foram apresentados dados relativos ao trabalho análogo à escravidão, evidenciando sua persistência e impacto no PIB brasileiro como um reflexo das heranças coloniais e reprodução das desigualdades históricas. Por fim, o artigo propõe alternativas para o enfrentamento da escravidão moderna, alinhadas ao objetivo 8 da Agenda 2030 da ONU, que visa promover o trabalho decente e o crescimento econômico inclusivo e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão moderna; Desenvolvimento econômico; Agenda 2030; Trabalho digno.

Introdução

A abolição da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, não erradicou as práticas de exploração do trabalho. Ao contrário, o capitalismo contemporâneo, em sua dinâmica de acumulação, engendrou novas formas de subjugação, culminando em novas condições análogas à escravidão. Em 25 de setembro de 2015, a ONU e os 193 Estados-Membros participantes da Organização (Campos, 2015), a fim promover o enfrentamento dos “[...] principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelas pessoas” (Nações Unidas Brasil, 2024) assinaram a Agenda 2030 que possui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e diversas metas¹. O objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico – com suas 12 metas, sendo 11 aplicáveis ao Brasil, visa a “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (IPEA, 2019b), tendo a

meta 8.7 direcionada à erradicação do trabalho análogo à escravidão, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, sobretudo, em suas piores formas.

A existência do trabalho análogo à escravidão foi admitida inicialmente em 1995 (IPEA, 2019a) e, desde então, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho fiscaliza as denúncias e lavra autos de infração. Atualmente, setecentos e vinte e três empregadores que contrataram pessoas sob estas condições estão na Lista Suja atualizada do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT, 2024a). Esse tipo de trabalho está caracterizado como crime no Código Penal Brasileiro sob o artigo 149, que recebeu nova redação através da Lei nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003, e tem como pena “...reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.” (Brasil, 2003).

Mesmo com intensa atividade do GEFM, que, desde sua criação, flagrou 63,5 mil trabalhadores nessa situação

¹ Para conhecer os objetivos e respectivas metas, acesse: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Formação do capitalismo brasileiro e a escravidão moderna

(SIT, 2024b), de acordo com o grupo internacional Walk Free, cerca de 1,05 milhão de brasileiros ainda trabalham sob essas condições (Walk Free, 2023, p. 90).

Este ensaio pretende refletir como a exploração capitalista moldou o trabalho livre para o trabalho análogo à escravidão, promovendo a não industrialização da economia brasileira, já que setores como agricultura, agropecuária e moda são os maiores mercados exportadores com trabalhadores nesta condição conforme o *Global Slavery Index* do Grupo Walk Free (2023, pp. 153-171). As discussões a respeito do tema foram feitas por meio de uma revisão bibliográfica das obras: *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior, *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado e *Economia Brasileira*, de Antônio Lacerda, José Rego e Rosa Marques.

Caio Prado Júnior escreve que, para compreendermos um objeto de estudo escolhido, devemos observar “[...] a linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação [...]” (Prado Jr., 1961, p. 13) e os acontecimentos secundários que o permeiam. O autor discute que o processo expansionista europeu instituiu uma nova ordem na constituição do mundo moderno, no qual o povoamento do território americano representa apenas um episódio dentro da expansão capitalista ²(Prado Jr., 1961). Como um dos intérpretes do Brasil dos anos 30, Caio Prado Júnior não se propõe a analisar somente os fenômenos localizados, mas também atribuir a eles determinado sentido, que se reflete no modelo de organização de sua época (metade do século XX) e, por que não, na nossa, no século XXI.

² Aníbal Quijano, no entanto, defende a ideia de que a vitória do capitalismo ao se constituir enquanto o modelo hegemônico de organização social se deve justamente a sua exploração na América utilizando como instrumentos a criação ideia de raça e da divisão sexual do trabalho, necessários para reproduzir o tipo de padrão global de controle do trabalho (Quijano, 2005).

A criação de novas rotas marítimas e a formação dos Estados modernos tiveram como ímpeto a expansão comercial, e não uma ideia de povoamento. Estes novos territórios das Américas, pois, foram integrados no sistema colonial através do estabelecimento de feitorias. Essa necessidade de manter as feitorias e organizar a produção de gêneros no território fez com que surgisse a necessidade de um povoamento (Prado Jr., 1961). O vasto território “descoberto por Portugal” na parte tropical das Américas foi o que permitiu aos colonos portugueses buscarem mão de obra, considerando que a população portuguesa não era suficiente para realizar a exploração. A mão de obra escrava foi constituída primeiramente por mouros em território português e indígena na América. E foi Portugal o Estado precursor na utilização de escravos negros africanos. Nesse sentido, o caráter mercantil de exploração se constitui de tal maneira que

[...] será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. (Prado Jr., 1961, p.25).

O intuito então foi explorar os recursos naturais existentes e de grande valor comercial para vender no comércio europeu, garantindo, assim, altas taxas de retorno (Prado Jr., 1961). A este sentido inicial, o autor defende que foram criadas amarras difíceis de romper, que se reproduzem na organização econômica nacional, e, logo, na divisão social do trabalho.

Lacerda *et al.* (2010) irão discutir que a constituição do capitalismo brasileiro se deu, pois, pela via colonial. O que viabilizou a

acumulação primitiva de capital no modo de produção capitalista colonial foi uma estrutura marcada pela escravização de pessoas negras retiradas de seus territórios e alienadas em latifúndios de monocultura pelo atraso econômico; pela ausência de revoluções democrático-burguesas; e pela não passagem do feudalismo para o capitalismo, considerando que este já estava inserido no sistema controlado pelo capital. Os autores discutem que foi a partir do final do século XVII, quando traficantes de escravos, primeiro portugueses, substituídos por franceses e, posteriormente por ingleses, que passaram a atender a demanda do mercado colonial brasileiro.

A teoria dos ciclos econômicos indica que houve flutuações das atividades de atuação das colônias. Essas atuações são marcadas por período de expansão e crise e, no caso brasileiro, podem ser divididas

em três tipos: extrativas, de produção agrícola e mineradora. Destes, podem-se destacar os ciclos da produção açucareira, de extração do ouro e da produção cafeeira. Em todos os ciclos a mão de obra predominante era a escrava. Embora no ciclo de extração aurífera o trabalho escravo tenha tido mudanças, comparado ao período anterior, possibilitando algum tipo de mobilidade social, no ciclo do café a utilização de mão de obra escrava africana e o tráfico negreiro encontram-se no seu auge até sua abolição em 1888³ (Lacerda *et al.*, 2010).

O histórico dos ciclos de exploração colonial refletiu no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo que uma das principais dificuldades foi a formação de um mercado interno. Por se tratar de uma economia majoritariamente apontada

³ SOUZA, Fernanda. Dia Internacional para Relembrar o Tráfico de Escravos e sua Abolição. CARLOTAS. Disponível em: <https://carlotas.org/bra/dia-internacional-para-relembrar-o-trafico-de-escravos-e-sua-abolicao/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

para o mercado externo, e que geraram grandes fluxos de capital para as Metr6poles e, ap6s a independ6ncia, para o centro do capitalismo, n6o s6o pela exporta76o de produtos como tamb6m pela importa76o de mercadorias, a economia brasileira acabou n6o logrando frutos para investir em seu pr6prio mercado de consumo nacional, muito menos no desenvolvimento econ6mico e social (Lacerda *et al.*, 2010). Segundo os autores

O pa6s permanecia povoado por uma massa humana em sua maioria escravizada ou vivendo de subsist6ncia, impossibilitado de formar um contingente consumidor relevante que gerasse o mercado local nos moldes daqueles dos pa6ses de capitalismo desenvolvido (Lacerda *et al.*, 2010, p. 45).

No per6odo que antecedeu a aboli76o, Celso Furtado ir6 descrever a escravid6o como base no sistema secularmente estabelecido e com estabilidade estrutural (Furtado, 2007). Nesse contexto, havia um discurso vigente que defendia o seguinte

[...] um escravo era uma "riqueza" e que a aboli76o da escravatura acarretaria empobrecimento do setor da popula76o que era respons6vel pela cria76o de riqueza no pa6s (Furtado, 2007, p. 199).

Ap6s instituída a aboli76o, o autor tamb6m descreve que n6o houve qualquer tipo de incentivo para que a popula76o negra rec6m liberta se deslocasse em massa para as zonas que participavam do momento incipiente de industrializa76o do pa6s. Pelo contr6rio, essa popula76o foi segregada deste processo, e o foco do

Estado brasileiro foi direcionado para incentivar a imigração europeia. Celso Furtado reforça que não houve praticamente nenhuma alteração na organização da produção e sequer algum tipo de distribuição de renda. Tratou-se, pois, de uma medida de caráter político e que instituiu desde o início do processo de colonização um sistema de assimetria de poder baseado na ideia de raça (Furtado, 2007).

Estes são fatores importantes para se compreender como a sociedade brasileira foi formada por uma cultura escravocrata e colonial. A seguir, mostraremos como esses elementos continuam presentes na contemporaneidade através da exploração do trabalho análogo a escravidão.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴,

para que o trabalho seja considerado decente faz-se necessário superar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais, garantir governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável, a partir dos objetivos traçados pela organização

Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho; criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens; melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; fortalecer o tripartismo e o diálogo social (OIT, 2024).

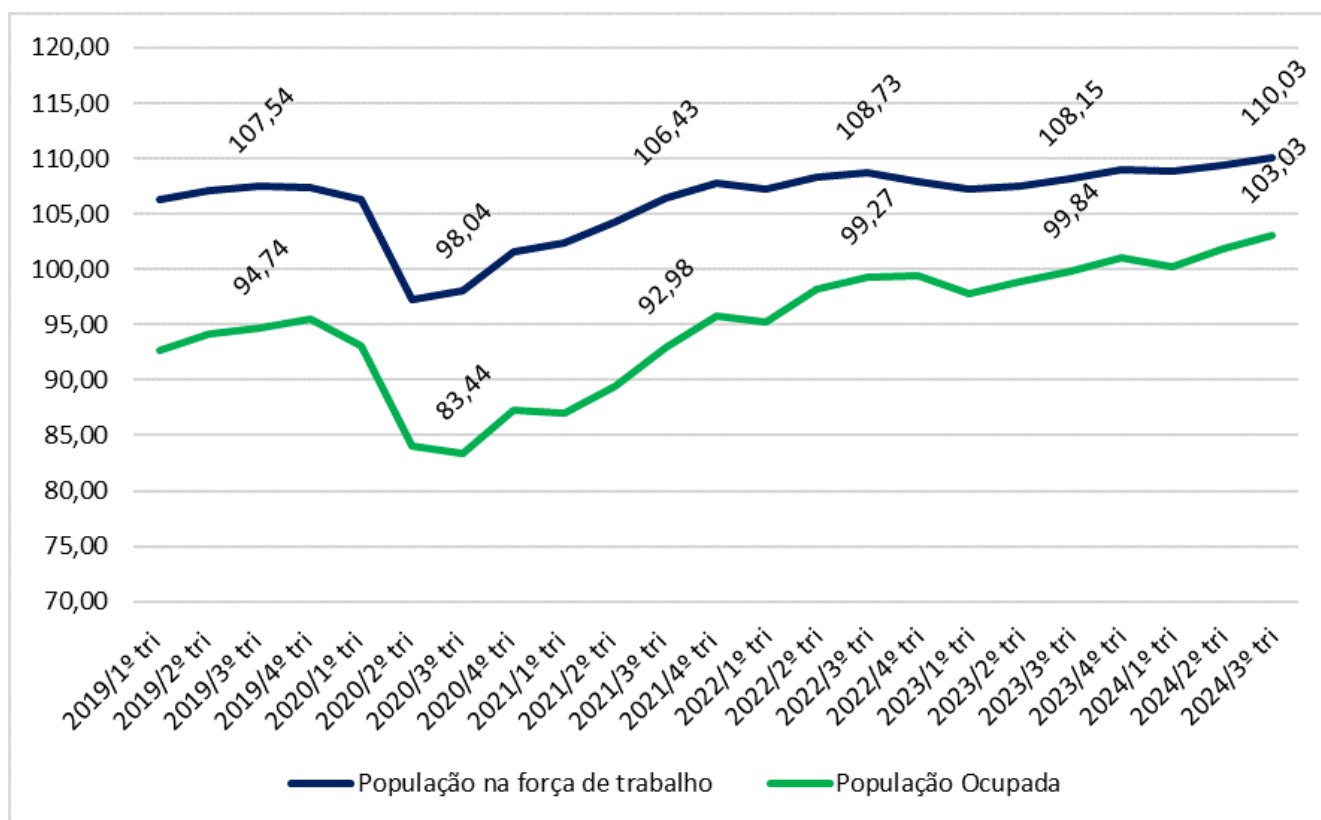
Por isso, a atuação da OIT é perante governos, organização de empregadores e sindicatos dos 187 Estados-membros, permitindo que todas as partes sejam ouvidas e haja diálogo social (OIT, 2024).

⁴ A OIT é uma agência das Nações Unidas, criada em 1919. Para saber mais, acesse: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil/conheca-oit>.

Mesmo o Brasil aumentando em 1,73% a população na força de trabalho e a ocupação dessa população aumentar 3,19% no terceiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023 (ver gráfico 1), com intensa atividade do Grupo Especial de

Fiscalização Móvel (GEFM) desde sua criação, resgatando 61.305 pessoas (SIT, 2024b) e da criação do Sistema Ipê para denúncias em parceria com a OIT, cerca de 1,05 milhão de brasileiros ainda trabalham em condições análogas à escravidão (Walk Free, 2023, p. 90).

Gráfico 1 - Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho



— Fonte: PNAD Contínua - Painel. (IBGE, 2024)

É considerado trabalho escravo aquele em que a pessoa é submetida,

[...] de forma isolada ou conjuntamente, a trabalho forçado; jornada exaustiva; condição degradante de trabalho; restrição, por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto, no momento da contratação ou no curso do contrato de trabalho; retenção no local de trabalho em razão de: cerceamento do uso de qualquer meio de transporte; manutenção de vigilância ostensiva e apoderamento de documentos ou objetos pessoais. (Ministério da Economia, 2020)

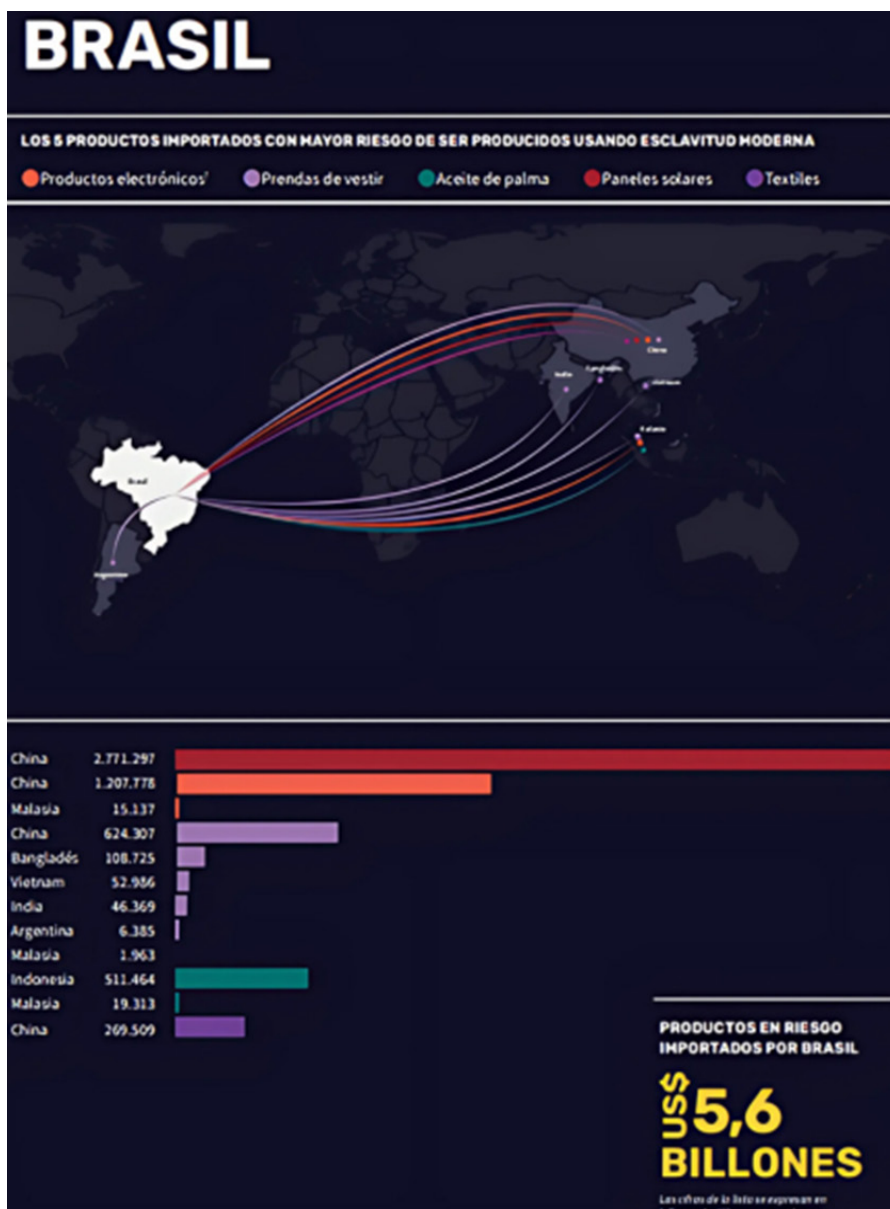
O capitalismo fundado no atraso econômico e, principalmente, social favorece a cooptação de pessoas, pois a partir do momento em que não existe a possibilidade de qualificação profissional e nem ascensão econômica acima da linha da fome pela ausência do Estado, estas se sujeitam ao trabalho escravo

a fim de garantir que não sejam mais uma boca na família que passa por necessidades na entressafra e para garantirem que ao menos algum ganho chegue à família (Martins, 2023). Para Martins (2023, p.11), o Brasil vive um subcapitalismo do qual a maldade é parte estruturante e há “[...] indícios do atraso social e da falta de identificação de quem dela se vale com a condição humana”, demonstrando que a luta pela terra está travada entre quem nela quer trabalhar para sobreviver contra quem dela quer ter rentabilidade.

De acordo com o Global Slavery Index do Grupo Walk Free, o Brasil importa cerca de US\$ 5,6 bi de produtos que correm risco de terem sido obtidos através da escravidão moderna dos seguintes países: China, Malásia, Bangladesh, Vietnã, Índia e Argentina (ver mapa 1). Por outro lado, Argentina, Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do

Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos consomem cerca de US\$ 10,7 bi de produtos brasileiros que podem ter sido obtidos com trabalho escravo moderno (Walk Free, 2023, p. 153-171).

Podemos perceber que tanto países centrais quanto periféricos fornecem meios para que essa roda continue a girar, favorecendo sempre os empregadores e não os trabalhadores.



Mapa 1 - Produtos importados com de risco de produção usando a escravidão moderna ⁵

— Fonte: Global Slavery Index (Walk Free, 2023, p. 155)

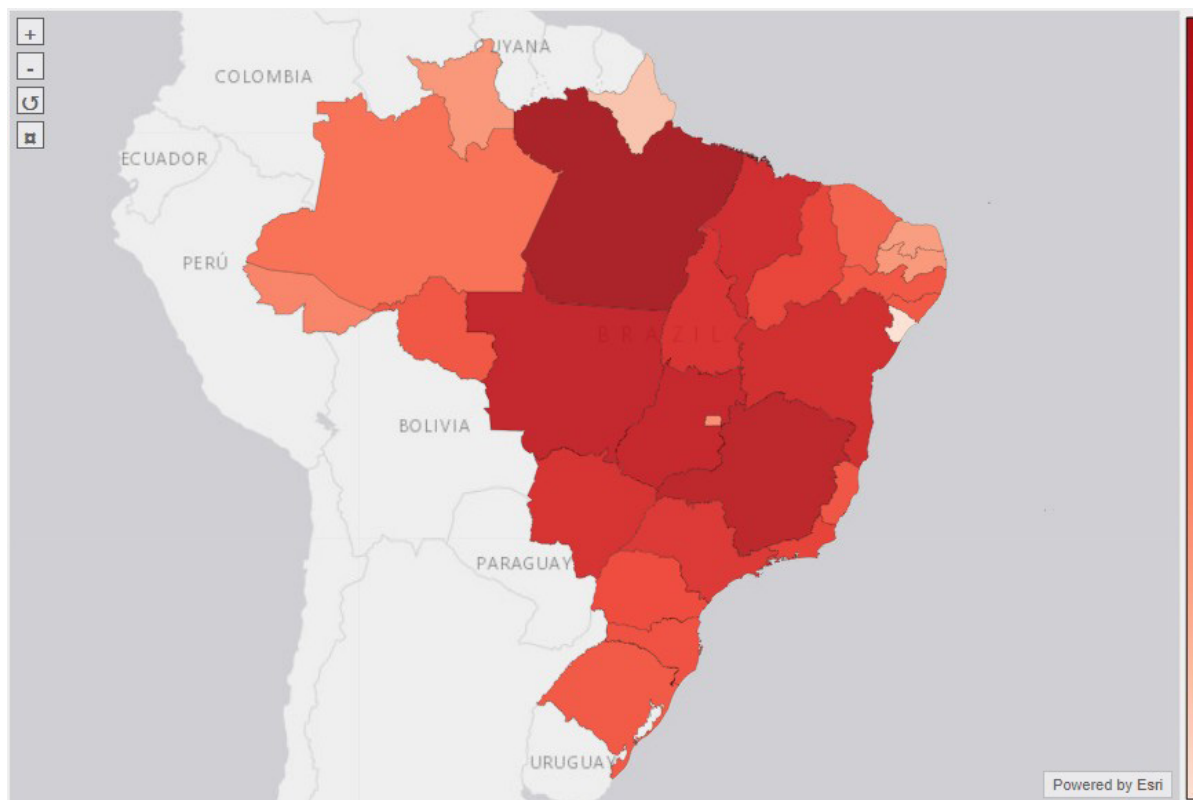
⁵ A importação de itens eletrônicos aplica-se unicamente a computadores portáteis e de mesa e a aparelhos celulares.

No mapa 2 podemos identificar que o trabalho escravo está presente em todo território brasileiro, tendo somente dois estados com baixo nível de trabalhadores resgatados: Sergipe (14) e Amapá (37). Muitos estados, inclusive o Distrito Federal, estão na casa de centenas de trabalhadores resgatados, enquanto estados como Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina estão na casa dos milhares. Mas não podemos tirar conclusões definitivas apenas olhando mapas e dados, pois a extensão territorial dos estados e especificidades como a floresta amazônica dificultam a fiscalização. Podemos também supor que regiões mais desenvolvidas possuam meios para fiscalizar com mais assertividade, e que os mecanismos jurídicos para denúncia sejam mais acionados. Além disso, muitas pessoas resgatadas não compreendem que foram

escravizadas, elas acreditam que o que recebem é em retorno da força de trabalho que empregam.

Com a aprovação da Lei nº 13.467 que regulamentou a reforma trabalhista (Brasil, 2017), os empregadores tiveram suas obrigações afrouxadas enquanto os direitos dos trabalhadores foram restringidos, visando o crescimento econômico do país. É quase impossível haver crescimento econômico se tributos não são direcionados a políticas redistributivas, como o Programa Bolsa Família, no qual famílias conseguem apoio financeiro para sair da fome e da pobreza. Além disso, se de toda a renda advinda das exportações com suposto trabalho escravo, US\$ 10,7 bi, tivesse parte usada para o pagamento de FGTS, INSS, 13º salário, férias, alimentação e transporte, seria possível que essas pessoas pudessem alcançar a dignidade que é explícita no artigo 3º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Mapa 2 - Total de trabalhadores resgatados entre 1995 e 2023



— Fonte: Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. (SmartLab, 2023)

Considerações finais

As discussões teóricas propostas pelos autores selecionados neste artigo mostram como a sociedade brasileira foi fundada através da exploração do trabalho escravo. Uma vez iniciado o processo de exploração colonial através da instituição de feitorias, estava claro o intuito mercantil na extração de recursos. O povoamento no território brasileiro deu-se, pois, como consequência desse processo

de organização da produção dentro da colônia.

Os grandes ciclos econômicos que existiram no Brasil até o fim do século XIX, voltados para exploração de produtos primários, foram, majoritariamente, realizados através da mão de obra negra de origem africana. Estes

ciclos estavam subjugados na ordem internacional da divisão do trabalho e foram os que permitiram o desenvolvimento do capitalismo global. Após a abolição, a grande massa de trabalhadores libertos foi largada à própria sorte no território brasileiro. Dessa forma, como proposto por Caio Prado Júnior, o processo colonial engendrou um determinado sentido para o desenvolvimento econômico brasileiro. Mas não só isso, moldou e racializou a forma pela qual o trabalho é realizado, uma vez a maior parte da população resgatada de trabalhos análogos a escravidão, cerca de 80%, são de pretos e pardos⁶.

Nesse contexto, não se pode imaginar somente o aumento do acesso aos postos de trabalho para investir no mercado interno, mas, principalmente, garantir que esse acesso seja feito através de condições de trabalho dignas. Celso Furtado descreve que a superação da condição de subdesenvolvimento deve, como premissa fundamental, romper com a dependência dos países do centro do capitalismo. Dessa forma, um

modelo de desenvolvimento voltado para substituição das importações não é viável se as condições materiais do trabalho e as estruturas internas dos mercados não estiverem em parâmetro de competitividade (Furtado, 2013).

Com o intuito de cumprir o objetivo 8 dos ODS, deve-se buscar romper com o sentido posto pelo processo colonial de exploração da força de trabalho. Algumas das medidas que precisam ser tomadas podem ser: criação de políticas de investimento em infraestrutura de trabalho, que permita crescimento econômico nacional; garantir proteção social aos trabalhadores, e fiscalização das condições de trabalho; permitir canais de denúncia e punições efetivas a empregadores que sujeitarem os contratados em condições de trabalho análogo a escravidão.

Em relação às medidas citadas acima, requer-se um esforço conjunto de governos, empresas, sociedade civil e órgãos internacionais. O tema do trabalho digno deve ser encarado como transversal, como base para qualquer outra medida que vise alterar a forma pela qual se organiza o trabalho no Brasil.

⁶ DA SILVA, Camila Rodrigues. De cada 10 resgatados do trabalho escravo, 8 são negros. Alma Preta. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/de-cada-10-resgatados-do-trabalho-escravo-8-sao-negros/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Brasília, DF: DOU, 12 dez. 2003. n.242, Seção 1, p.01. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=12/12/2003>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: DOU, 14 jul. 2017. n. 134, Seção 1, p. 01-07. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/07/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=96>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CAMPOS, Ana Cristina. EBC - Empresa Brasil de Comunicação S.A. Todos os países da ONU adotam a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/paises-adotam-na-onu-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FURTADO, Celso. O problema da mão de obra IV. Eliminação do trabalho escravo. In: _____. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.198-205.

_____. Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais. In: Celso Furtado: Essencial. São Paulo: Cia das Letras/Penguin, 2013, p. 135-150.

IBGE. PNAD Contínua - Painel. 2024. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CADERNOS ODS: ODS 8 promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. o que mostra o retrato do Brasil? Brasília: Livraria Ipea, 2019a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190920_cadernos_ODS_objetivo_8.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de desenvolvimento sustentável: 8. Trabalho decente e crescimento econômico. 2019b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. A empresa mercantil, colonial e escravocrata. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.) Economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 18-37.

_____. Os ciclos econômicos. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.) Economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 p. 37-52.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista*. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Aos 25 anos, grupo especial de fiscalização móvel do trabalho lança novo sistema para denúncias*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/aos-25-anos-grupo-especial-de-fiscalizacao-movel-do-trabalho-lanca-novo-sistema-para-denuncias>. Acesso em: 25 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 nov. 2024.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. *Brasil: Promovendo a justiça social e o trabalho decente*. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PRADO JR., Caio. *O sentido da colonização*. In: *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, 6. ed., p. 13-26.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.118-142.

SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Ministério do Trabalho e Emprego (ed.). Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista suja do trabalho escravo)*. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Radar SIT: painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no brasil. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil*. 2024b. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SMARTLAB. *Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas*. 2023. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>. Acesso em: 25 nov. 2024.

WALK FREE. *Minderoo Foundation Limited (ed.). The Global Slavery Index 2023*. 2023. Disponível em: <https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2023/07/01130932/Global-Slavery-Index-2023-Spanish.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.



FESPSP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

2025

PROCESSO SELETIVO

GRADUAÇÃO

Administração

Sociologia e Política

Biblioteconomia

Gestão de Patrimônio Cultural

Saiba mais e inscreva-se!



A MORADIA COMO DIREITO OU MERCADORIA? REFLEXÕES SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA E O NEOLIBERALISMO

Fernanda Leonel

Fernando Morgato de Oliveira

Jose Henrique Lopes Brasílio

Resumo

O artigo analisa os impactos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no contexto da política habitacional no Brasil, nos governos Lula e Dilma, destacando suas contribuições e limitações sob a ótica do neoliberalismo. Examina-se como o programa, apesar de fornecer acesso à moradia para famílias de baixa renda e contribuições ao setor da construção civil, reproduziu dinâmicas de segregação urbana e reforçou padrões de exclusão socioespacial. Também discute-se a relação entre o modelo neoliberal progressista que fundamentou a política habitacional e a manutenção das desigualdades estruturais. A partir da análise de dados do período de 2010 a 2020, reflete sobre as previsões das metas de acesso universal à moradia dignas previstas pelo ODS 11 e discute as limitações do programa na redução do déficit habitacional.

Introdução

O acesso à moradia no meio urbano é um problema comum em inúmeras regiões do mundo. Segundo o Banco de Desenvolvimento da América Latina, “Das cerca de 600 milhões de pessoas que vivem na região e no Caribe, aproximadamente 120 milhões vivem em assentamentos, em habitações inadequadas e informais: uma média de 23 a cada 100 pessoas”.

Por esse motivo, vê-se a importância central da promoção de soluções para o enfrentamento dessa realidade. O ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), assinado pelo Brasil, estabelece o compromisso de “Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários ¹ (IPEA)”.

Um imenso desafio, afinal quando se discute o acesso à moradia digna

(Nações Unidas, 1991), deve-se considerar fatores variados. Dentre eles, a posse legal da terra, a disponibilidade e acesso a serviços, materiais, instalações e infraestrutura como água potável, saneamento básico, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo, renda capaz de custear a moradia não ameaçando ou comprometendo o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes. Entre outros fatores como a habitualidade, acessibilidade urbana, localização frente a oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais (IPEA, 2019).

A análise dos critérios de moradia digna, em contraste com a realidade brasileira, possibilita um panorama sobre as raízes da desigualdade no acesso à moradia, onde a segregação é um elemento estruturador. Ela manifesta-se no espaço urbano das cidades de diferentes maneiras e mudam ao longo do tempo (Caldeira,

¹ Assentamento precário é o termo técnico utilizado pelo IPEA para designar favelas.

1997, p. 156). No início do século XX, São Paulo era uma cidade com alta concentração populacional, onde diversos grupos sociais conviviam, ainda que em condições residenciais muito diferentes: os ricos em grandes casas, e os pobres amontoados em cortiços. Entre as décadas de 1950 e 1980, o espaço da cidade foi redefinido pela divisão centro-periferia. Nesse período, ocorreu um processo de distanciamento: as classes média e alta residindo nos bairros centrais, com melhor infraestrutura urbana, e os pobres sendo deslocados para a periferia precária. A partir de 1980, se estabelece o modelo de enclaves fortificados, que, embora não negue o anterior, caracteriza-se pela proximidade espacial dos diferentes grupos sociais, ainda que separados por muros e tecnologias de segurança, e sem a circulação ou interação em áreas comuns (Caldeira, 2000).

Como consequência desse processo, em 2022 (IBGE), a segregação da população por cor ou raça nos distritos da cidade de São Paulo manifestava essa divisão. Assim na Zona Sul, o

distrito com maior população preta e parda era o Jardim Ângela (65%), uma área que historicamente têm menores índices de renda média e maiores desafios em infraestrutura e serviços públicos. Já a região oeste de São Paulo apresentava os índices mais baixos de população preta e parda. Moema (9,9%) e Alto de Pinheiros (10%) estavam entre os menores percentuais da cidade. Em 2023 (IBGE), o 1% mais rico da população tinha uma renda média de R\$20.664, 39,2 vezes maior que os 40% mais pobres. O que reflete uma distribuição de renda ainda profundamente desigual, com a manutenção de privilégios das classes mais abastadas.

Partindo de pesquisa documental e bibliográfica, este estudo busca investigar a relação da política habitacional brasileira com a segregação socioespacial no Brasil, analisando as origens econômicas desse processo e como o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) os equacionou. O recorte temporal é o período entre 2010 e 2020, com ênfase nos Governos Lula e Dilma.

Análise socioeconômica

Para compreender este fenômeno utilizaremos um arcabouço teórico de duas grandes áreas, a saber, a economia política e a sociologia. A partir da perspectiva sociológica podemos analisar aquilo que Francisco de Oliveira (2003) nomeou por funcionalização do atraso. Em outros termos, o assentamento da noção de democracia no Brasil carrega em seu âmago os mais intensos e conflituosos traços de uma nação que reluta em aceitar seu passado escravista, semifeudal e opressor.

Consolidada sob a égide burguesa norte americana, a construção de identidade nacional brasileira se organiza e reproduz, no seio de suas instituições, as mais diversas práticas discriminatórias, raciais, classistas e xenofóbicas conhecidas. Independente do viés político que o governa - progressista ou conservador-liberal - e apesar dos esforços em dirimir as desigualdades estruturais, no Brasil, o resultado, por vezes, é sempre o mesmo: o permanente e crescente lucro de alguns setores econômicos e

da elite em detrimento da manutenção da miséria, pobreza e desigualdade do resto da população.

A edificação dessa razão dualista permite há alguns grupos, que dominam as estruturas de poder institucional, de engendrar, a partir de suas vontades, inúmeras formas de barganhas e favoritismos que colocam os chefes do Executivo - independente da esfera - em situações escalafobéticas. A herança desse lugar privilegiado está na justaposição conferida a esses grupos que detém não somente as condições materiais de produção, mas também por ocuparem os mais diversos cargos técnicos de gerenciamento dos processos de elaboração, construção e implementação de propostas e mudanças institucionais.

Essas decisões caminharam, caminham e provavelmente caminharão sempre em direção a um processo de funcionalização e estruturalização do atraso (OLIVEIRA, 2003) - que versa sobre a ideia de avanço e progresso,

porém, ao fim e ao cabo, precariza as condições materiais de vida da população, em alguns casos, retirando direitos e ampliando a lógica do sistema neoliberal capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Verificaremos os efeitos desse movimento de financeirização e especulação do capital estrangeiro no capítulo quatro (04) “Minha Casa, Minha Vida”.

Deste modo, verifica-se a alteração do escopo político do projeto inicial. O que antes seria um pacote contra o problema do déficit habitacional, torna-se, a partir do lobby empresarial e do capital especulativo estrangeiro, um programa de incentivo fiscal e circular econômico. Identifica-se, aqui, uma recorrência operacional de manutenção de privilégios de alguns setores em detrimento do bem estar coletivo - analisado pelo economista João Manuel Cardoso de Mello (1998) - que comumente ficou conhecido por Capitalismo

Tardio. Para Mello, a compreensão do capitalismo periférico deve ser analisada a partir do contexto do capitalismo tardio, uma fase em que as economias periféricas são integradas ao sistema global de maneira dependente e subordinada. O desenvolvimento capitalista nessas regiões não segue o mesmo caminho dos países centrais, mas se dá por meio de uma industrialização que mantém a dependência estrutural, a concentração de riqueza e a perpetuação de desigualdades profundas. Assim, o capitalismo tardio periférico é caracterizado por uma dualidade estrutural e uma dinâmica de subordinação econômica e política ao capital internacional.

O Estado, portanto, cumpre magistralmente seu papel. Ao permitir que empresas iniciem suas atividades sem um estudo apurado negligenciam ao máximo os riscos dessas atividades, estruturando e funcionalizando o atraso.

Uma análise mais apurada revela que em toda onda de progresso e inovação, pautada pela via do desenvolvimento, o Estado está presente e seu papel, direta ou indiretamente, no modo como essas inovações surgem é um indicador de sua opulência. Mazzucato (2014, p. 50), nos revela a perspectiva de Polanyi, que havia preconizado que fora “o Estado que impôs as condições que permitiram o surgimento de uma economia [predatória] baseada no mercado”.

O capitalismo, da forma como o conhecemos hoje, é um embrião deste grande laboratório experimental do Estado em criar formas de investimentos e recursos para aumentar sua economia e expandir sua forma de atuação. Nota-se que determinadas propostas de desenvolvimento, por vezes, não são voltadas para o desenvolvimento dos cidadãos, mas, ao contrário, garantem a manutenção de concentração de riqueza na mão de determinados grupos e setores do capital, inclusive o estrangeiro.

Percebe-se, portanto, que as novas promessas do Estado e de determinados setores tinham outro caráter,

Essas promessas implicavam coisas não enunciadas, mas descobertas progressivamente: por um lado, novas formas de sujeição e de servidão e, por outro, precariedade, pobreza, individualização e desigualdade. Elas revelaram sua verdadeira natureza, desembocando no homem endividado, na recessão, nos sacrifícios, na austeridade e no autoritarismo do estado de crise permanente. (LAZZARATO, pg.233)

Ao examinar os impactos de políticas públicas direcionadas a partir desse modelo, compreende-se a profundidade da influência do mercado sobre o Estado. E, para compreender as contradições desse modelo, é necessário retornar à década anterior, durante os governos Lula 1 e 2, ao período que André Singer (2012) identifica como lulismo,

uma fase marcada por ambiguidades, que uniram conservação e mudança em uma mesma característica.

O lulismo emergiu em um contexto de extrema desigualdade e miséria, e trouxe transformações significativas para o subproletariado, ainda que moderadamente em relação às expectativas radicais. Entre 2003 e 2008, ele foi favorecido pela conjuntura econômica mundial, com expansão capitalista e o boom de commodities, mas foi moldado fundamentalmente pelas políticas internacionais do governo Lula, que priorizaram a redução da pobreza e o fortalecimento do mercado interno.

Lula adotou um caminho intermediário, optando por um neoliberalismo progressista (Fraser, 2017), ao contrário do modelo neoliberal da década anterior que aprofundou as desigualdades. Essa escolha também negou o reformismo radical do PT pré-2002. A abordagem conciliadora, beneficiou os mais pobres sem confrontar a

ordem estabelecida, liderada pelo subproletariado, garantindo apoio político para a continuidade do projeto. No segundo mandato, o crescimento econômico combinado com a redução da desigualdade consolidou o lulismo, garantindo a eleição de Dilma Rousseff em 2010 e a sustentação do projeto até pelo menos 2014 (Singer, 2012). A partir do segundo mandato de Dilma, observa-se um desgaste do governo frente a uma conjuntura de crise econômica, e uma tentativa de mudança de política voltada ao desenvolvimento da indústria. Ricardo Carneiro (2018) explica o fracasso do experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff com a interação de fatores de três ordens: estruturais, cíclicos e de política econômica.

No plano estrutural (Carneiro, 2018), a elevada abertura financeira do país tornou o ciclo doméstico fortemente dependente do ciclo de crédito global,

impactando os preços dos ativos e a expansão do crédito, tanto em moeda estrangeira quanto local. Essa instabilidade foi intensificada pelas políticas de combate à crise nos países centrais. No âmbito produtivo, a inserção assimétrica do Brasil nas cadeias globais de valor, somada à capacidade ociosa na Ásia, especialmente na China, enfraqueceu o papel do investimento nas fases de reforço econômico, deteriorando as expectativas de lucratividade.

No plano cíclico (Carneiro, 2018), o dinamismo baseado na expansão do consumo mostrou-se insustentável. Os limites de melhoria na distribuição de renda, obtidos por instrumentos como o aumento do salário mínimo e transferências de renda, sem reformas tributárias significativas, além da impossibilidade de ampliar o crédito no mesmo ritmo, evidenciaram a necessidade de ajustes no modelo de crescimento.

Para enfrentar esses desafios, uma política econômica passou a priorizar a diversificação da matriz industrial, o fortalecimento da infraestrutura e a exploração do pré-sal, buscando novas fontes de dinamismo econômico capazes de superar as limitações do ciclo anterior. Como conclui Carneiro, a proposta desenvolvimentista fundada no fortalecimento e diversificação produtiva e dos setores empresariais nacionais bem como as políticas ativas do Estado e o aumento do seu protagonismo não encontrou apoio suficiente na sociedade. “Não há mais, tout court, Estado desenvolvimentista no Brasil e muito menos uma classe empresarial cujos interesses estejam atrelados ao destino do país” (Carneiro, 2018, p. 50).

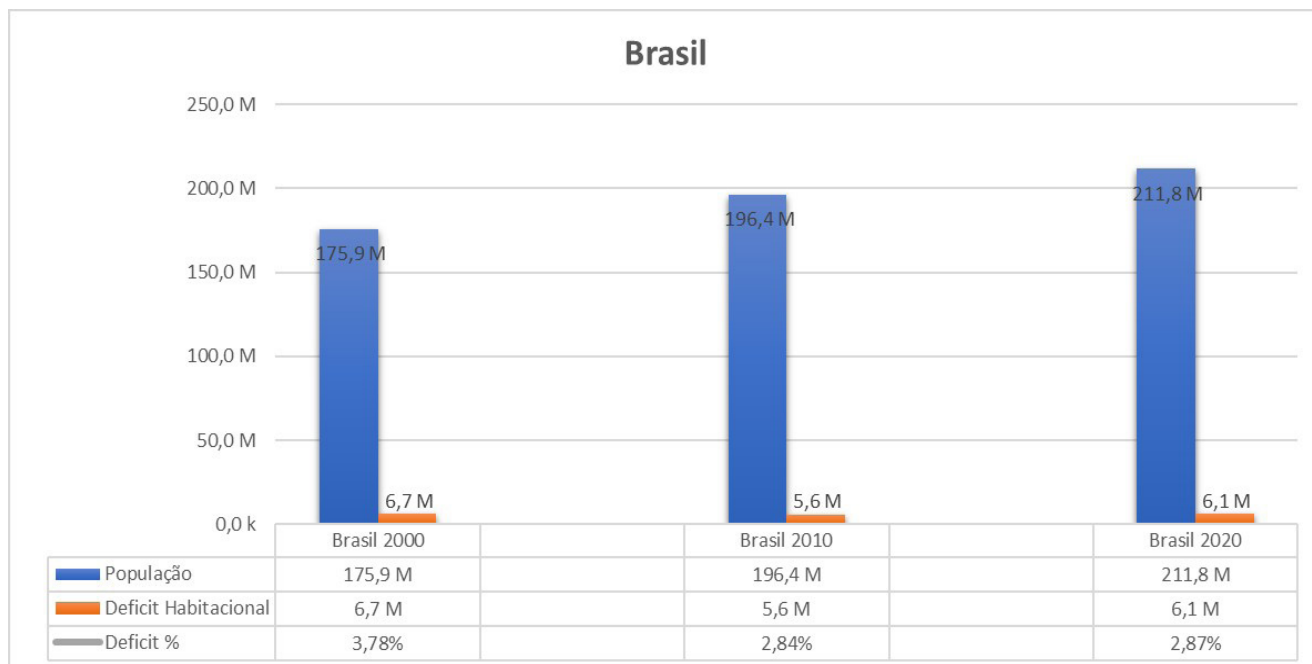
O que investigaremos agora, é como esse desinteresse pelo destino do Brasil se manifestou na execução do programa Minha Casa Minha Vida no período de 2010 a 2020.

Déficit habitacional no Brasil

O déficit habitacional no Brasil cresceu nas últimas duas décadas. Ao considerar a série histórica de dados da ONU Habitat ², como demonstra o gráfico 1, verifica-se a evolução do déficit habitacional

quantitativo ³ ao longo de três períodos: 2000, 2010 e 2020. Os dados baseiam-se na população total, no número de domicílios em déficit e na porcentagem que esse déficit representa em relação à população.

Déficit habitacional quantitativo no Brasil ao longo de 3 períodos avaliados



— Fonte: elaboração própria com dados da ONU Habitat

² Embora sejam apresentados dados da Fundação João Pinheiro (FJP) neste trabalho, é necessário destacar que a instituição utilizava uma metodologia diferente da ONU para estimar o déficit habitacional, por isso os números divulgados pelos órgãos podem variar. A principal diferença é que a FJP considerava como déficit apenas os domicílios precários e em coabitação, enquanto a ONU Habitat incluía também os domicílios com ônus excessivo de aluguel urbano e com adensamento excessivo.

³ Ao se considerar os dados de déficit qualitativo disponíveis, no caso brasileiro, eles cobrem apenas o período 2000-2010 com respectivamente, 12,9 milhões e 14 milhões de unidades. O déficit médio brasileiro é de 7%.

Em 2000, a população brasileira era de 175,9 milhões de pessoas, com um déficit habitacional de 6,7 milhões de unidades habitacionais, o que representava 3,78% da população. Em 2010, a população cresceu para 196,4 milhões, e o déficit habitacional diminuiu para 5,6 milhões de unidades, caindo para 2,84% da população. Esse dado indica uma melhoria na oferta de habitação em relação ao crescimento populacional, com um decréscimo tanto em números absolutos quanto em termos proporcionais.

No entanto, em 2020, embora a população tenha aumentado para 211,8 milhões, o déficit habitacional voltou a crescer em números absolutos, chegando a 6,1 milhões de unidades, representando 2,87% da população. Embora a porcentagem do déficit tenha se mantido relativamente estável em relação a 2010 (2,84% para 2,87%), o aumento em números absolutos indica que a quantidade de moradias aumentou.

Essa análise sugere que o Brasil conseguiu, até certo ponto, reduzir o déficit habitacional em termos proporcionais entre 2000 e 2010,

mas enfrenta novos desafios, com um aumento absoluto da demanda por moradias. Isso pode estar relacionado ao crescimento populacional e a outros fatores socioeconômicos que influenciam a capacidade de acesso à moradia.

Minha Casa Minha Vida

O programa Minha Casa Minha Vida (Rolnik, 2015), surge no final do segundo governo de Lula, 1 ano e meio antes do processo eleitoral, como uma estratégia para engatar Dilma Roussef como sucessora ao governo. A iniciativa é uma expressão de um movimento do capital, que cria forte impacto de financeirização no acesso à moradia. O mundo estava mergulhado nos efeitos da crise imobiliária de 2008 e empresários atingidos por ela, liderados pela Gafisa, intensificavam o lobby para a implementação de um pacote habitacional.

No Brasil (Rolnik, 2015), com o começo do programa Minha Casa Minha Vida, inicialmente se pretendia que o governo viabilizasse a compra de 200 mil moradias que as construtoras capitalizadas lançariam no mercado.

Ao final de 2008 Lula aumenta tanto o número de unidades para 1 milhão, quanto a parcela do programa dirigida aos setores de mais baixa renda, que inicialmente eram 20%.

É acrescentada a chamada “faixa 1”, totalmente subsidiada para a baixíssima renda e por fora do crédito hipotecário, para a qual prefeitos e governadores indicariam os beneficiários, sendo estes definidos pelos governos locais com base em seus próprios cadastros de demandas. Foi uma medida que o governo Lula se viu obrigado a atender para conseguir aprovar o pacote de medidas habitacionais no Congresso.

Entre o fim de 2008 e o início de 2009, ocupações e manifestações articuladas por movimentos sociais conseguiram obter subsídios do programa que beneficiou os movimentos de moradia, sendo eles, o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. No entanto, estes ficaram apenas com 10% do total de unidades e recursos previstos no lançamento do programa, o que

tornou o MCMV-Empresas o núcleo duro dessa política.

Em 2009 (Rolnik, 2015) ocorreram uma série de reuniões para discutir o projeto com vários segmentos (empresários do setor, prefeitos e governadores) resultando em ajustes na proposta, que começou a ser tratada não mais como “pacote”, mas como “programa” Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Como consequência, imediatamente após o lançamento do programa, as incorporadoras recuperaram o valor de suas ações na Bolsa. O setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, que além de salvá-los da derrocada, impulsionou o valor de suas ações. Após a entrega das unidades habitacionais da fase 1 do programa, essas incorporadoras começaram a deixar o MCMV, retomando seus nichos de mercado tradicionais.

Em 2013 o crédito habitacional chegou a 6,78% do PIB, superando os registros anteriores de 3,48% em 2010, no início do programa, e 1,55% em 2006 (Rolnik, 2015). Além disso (Sinduscon), o setor apresentou crescimento de 47,1% no período 2003-2013, e o PIB do mesmo período chegou a 45,9%. Ainda, foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais.

Análise de resultados

O Minha Casa Minha Vida até 2023 priorizava famílias com renda de até 3 salários-mínimos. O programa era dirigido a famílias com renda de até R\$ 1.800,00 por mês ⁴ e era dividido em diferentes faixas de renda, que determinavam o valor do subsídio e o financiamento oferecido.

No período analisado o programa MCMV reforçou uma dinâmica de segregação no país ao conceder a

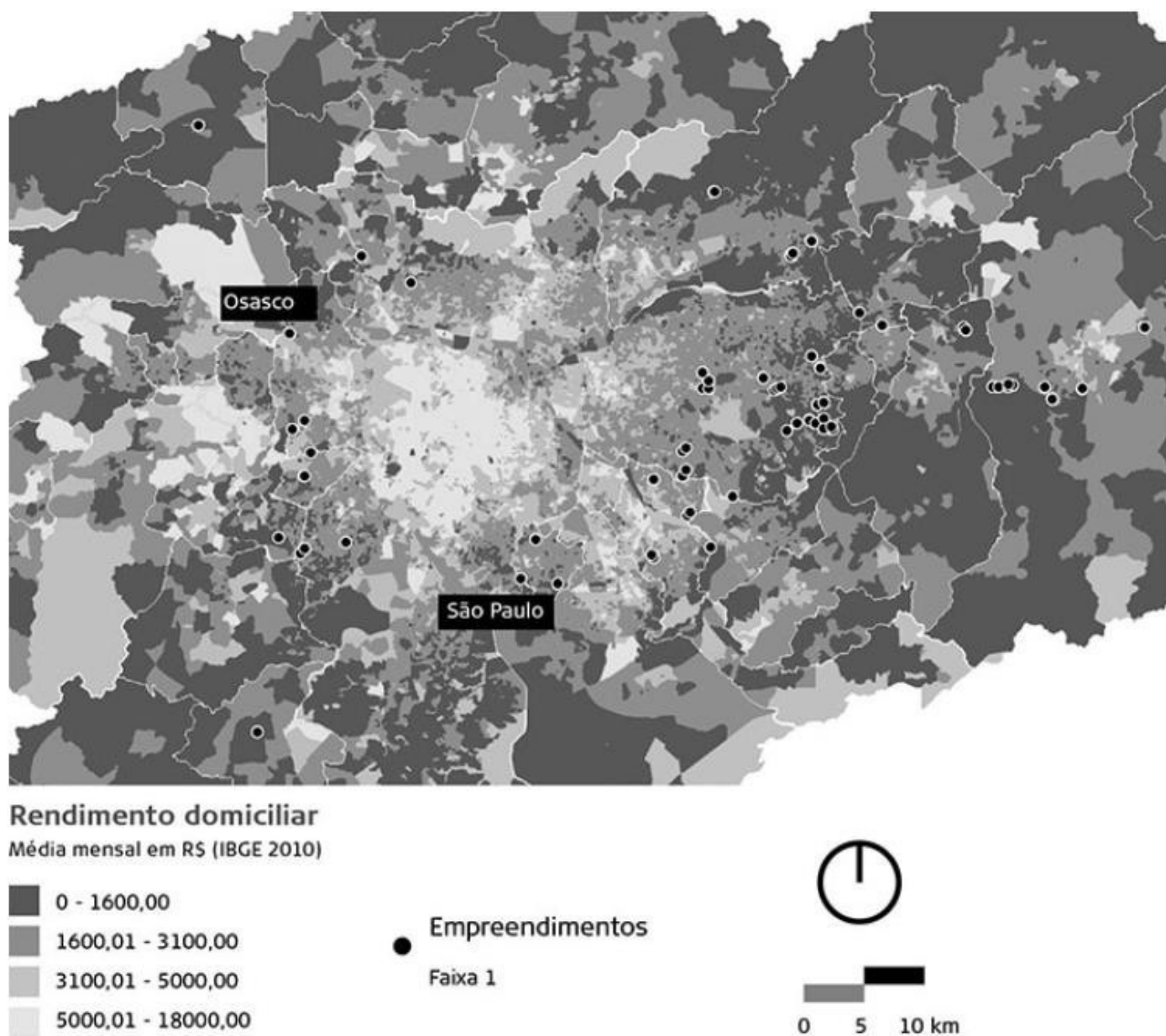
decisão sobre a localização e o desenho do projeto ao setor privado (Rolnik, 2015). Resultado desse processo é que no caso da faixa 1 do programa (Mapa 1), onde os beneficiários são os mais pobres (moradias com custos de até 76 mil totalmente subsidiadas ⁵), a decisão dos agentes, pautada na rentabilidade, resultou na construção de moradias em regiões afastadas da cidade com pouca urbanidade, além unidades padronizadas, aplicadas em massa nas diferentes regiões do país. A faixa 3 foi a que mais se aproximou das áreas centrais mais bem equipadas das cidades (Rolnik, 2015).

A análise dos dados sobre a localização dos empreendimentos na faixa 1, e dados sobre a população por cor (IBGE) confirma que as populações frequentemente removidas são as pretas e pardas. O que possibilita essas desigualdades e discriminações étnicas e raciais, que definem

⁴ O programa passou por atualizações ao longo dos anos, reflexo de atualizações da política.
Ver em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/faixa-1/Paginas/default.aspx>.

⁵ Valor praticado no período de análise da autora em 2015.

Mapa 1. Empreendimentos de faixa 1 na região metropolitana de São Paulo sobre dados de renda média domiciliar (IBGE, 2010)



— Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo demográfico - 2010, cit.

previamente o alvo de suas injustiças, é o racismo ambiental (Mathias, 2017). E ele está amplamente associado ao modelo de desenvolvimento capitalista que penaliza sistematicamente

povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras e pobres, como demonstra o custo de gastos com moradia por faixas de renda (tabela abaixo).

Tabela 1. Despesas com moradia atual: valor e comprometimento da renda familiar, por intervalos de renda dos moradores de empreendimentos do MCMV-faixa 1 no Estado de São Paulo, 2013

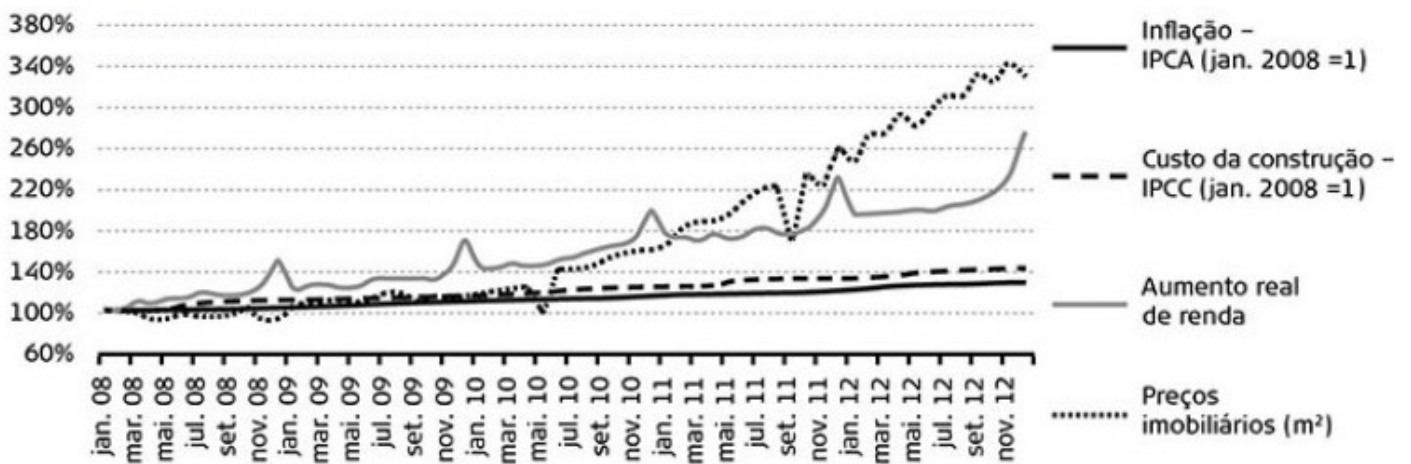
Faixas de renda (R\$)		Até 550,00	551,00 a 950,00	951,00 a 1.600,00	1.601,00 a 3.100,00	3.101,00 a 5.000,00	maior que 5.001,00
Média de renda (R\$)		340,55	781,00	1.298,79	2.159,49	3.781,67	5.600,00
Média de gastos (R\$)	Prestação	59,21	64,92	64,87	76,66	126,67	51,00
	Prestação + Condomínio	134,12	144,53	146,06	159,05	209,52	136,00
	Prestação + Condomínio + Contas	265,29	264,29	274,25	293,72	349,18	270,67
Comprometimento médio da renda	Prestação	17,4%	8,3%	5,0%	3,5%	3,3%	0,9%
	Prestação + Condomínio	39,4%	18,5%	11,2%	7,4%	5,5%	2,4%
	Prestação + Condomínio + Contas	77,9%	33,8%	21,1%	13,6%	9,2%	4,8%

— Fonte: Elaboração LabCidade, em 2013, com base em 930 questionários aplicados com moradores de empreendimentos do MCMV faixa 1 situados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Região Administrativa de Ribeirão Preto pelas equipes do LabCidade-FAUUSP, PUC-SP, Instituto Pólis e IAU-USP.

Em 2013, o valor de comprometimento da renda familiar de moradores de empreendimentos do MCMV chegava a quase 80%, o que colocava essas famílias em condições precárias de vida devido aos gastos com moradia, que antes não tinham e que a política habitacional não resolveu, muito pelo contrário. Em contrapartida, as remoções foram bastante vantajosas para o mercado imobiliário e investidores.

Conforme demonstra o Gráfico 6, elaborado por Thêmis Aragão, os preços imobiliários no Brasil passaram a crescer muito acima dos índices de inflação, dos custos de construção e do aumento de renda, que tem como origem o aumento da oferta de crédito e o crescimento da renda sobre os preços fundiários. (Rolnik, 2015).

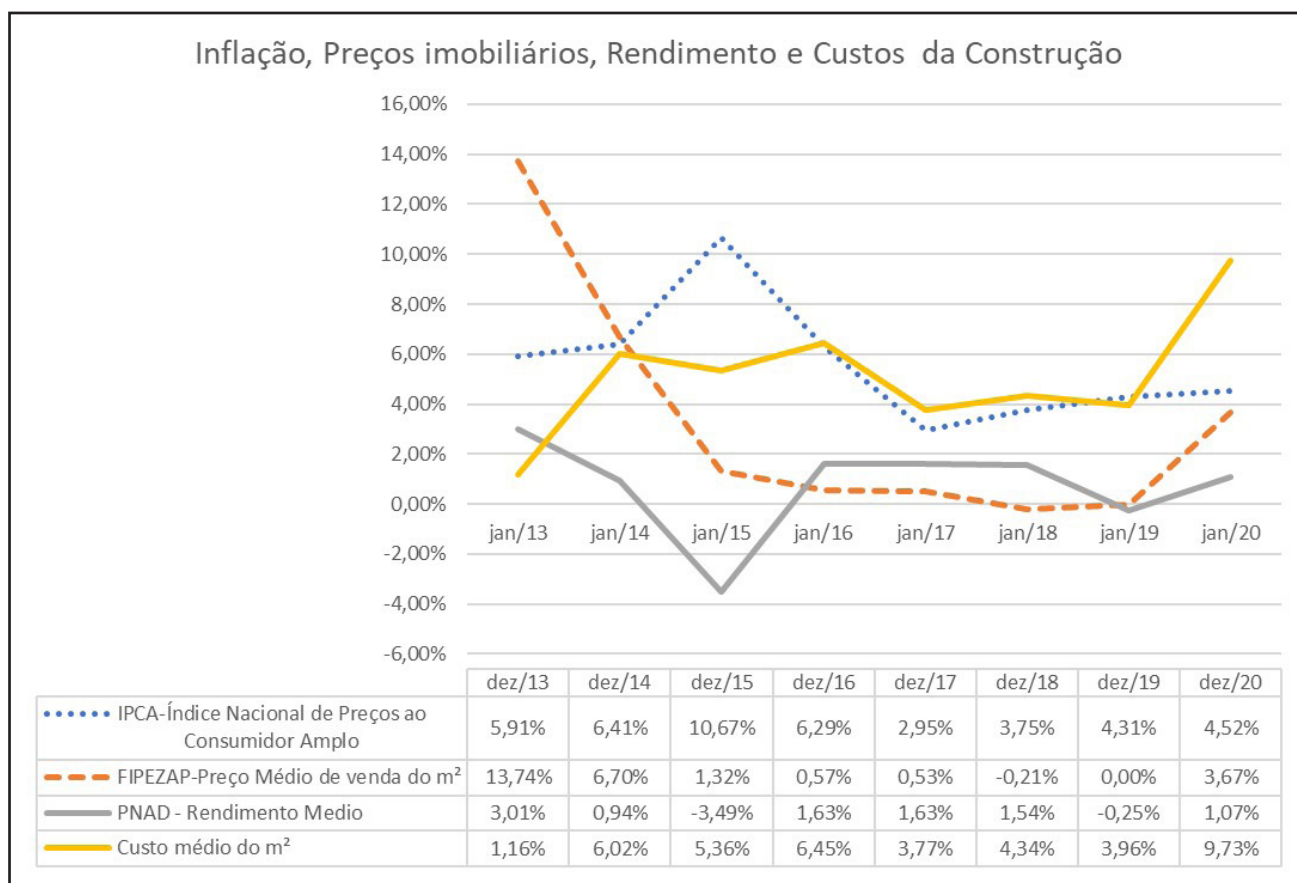
Gráfico 6. Preços imobiliários, aumento real da renda, custos da construção (IPCC) e taxa de inflação (IPCA)



— Fonte: Thêmis Amorim Aragão, *Housing Policy and the Restructuring of Real Estate Sector in Brazil*, cit.

Para uma dimensão mais abrangente do problema, levantamos a série histórica de dados que aborda o problema em discussão, conforme gráfico abaixo:

O gráfico expõe as dinâmicas da inflação (IPCA), preços médios de venda do m² de imóveis (FipeZap), custos de construção e rendimento médio (PNAD) entre 2013 e 2020, evidenciando as desigualdades



— Fonte: elaboração própria com dados do IBGE e FipeZap.

econômicas que dificultam o acesso à moradia. O ano de 2015 (pré-impeachment de 2016), foi marcado por um pico inflacionário

de 10,67%, o terceiro maior índice dos últimos 28 anos, ficando atrás apenas dos anos de 1995 (22,41%), e 2002 (12,53%).

Um dos fatores determinantes para o recorde foi o aumento de 12,03% nos preços de alimentos e bebidas, que, embora não fosse o maior percentual alto entre os grupos de despesas, exerceu o maior impacto devido ao seu peso no cálculo do IPCA. Esse aumento afetou diretamente o orçamento das famílias, especialmente as de menor renda, que destinam uma parcela significativa de seus rendimentos para alimentação.

Este contexto inflacionário limitou a capacidade de poupança e a margem para gastos com habitação, seja no pagamento de aluguel, seja na aquisição de imóveis. Além disso, o aumento do custo de vida contribuiu para agravar a vulnerabilidade econômica de boa parte da população, especialmente em áreas urbanas, onde os preços da moradia já eram altos.

Os preços do m², embora em desaceleração após o boom especulativo entre 2009 e 2012,

mantiveram-se positivos até 2017, embora em queda. O ano de 2018 teve queda de -0,21% e 2019 o setor não apresentou crescimento (0,00%). Os custos da construção, por sua vez, cresceram ao longo do período, oscilando entre 01,16% em 2013 e 9,73% em 2020. Essa alta nos custos reflete a pressão do setor de construção, alimentada pelos aumentos nos preços de insumos, e representa um obstáculo adicional ao desenvolvimento de habitação popular.

Em contraste com os aumentos nos custos de construção e preços imobiliários, a renda média da população apresentou uma forte retração de - 3,49% em 2015, evidenciando os impactos da crise econômica daquele período. Essa queda reflete significativamente o aumento do desemprego em 2015 (12,7%) e a redução do poder de compra das famílias brasileiras.

O desalinhamento entre a evolução dos preços imobiliários e a renda

média torna-se ainda mais crítico ao considerar o peso da inflação sobre itens básicos como alimentos, que reduziram a capacidade das famílias investirem em moradia. Como resultado, muitas foram empurradas para periferias urbanas ou assentamentos informais, aprofundando o processo de segregação socioespacial.

Os dados de 2010 (IBGE) já mostravam uma clara divisão social e racial nas zonas da cidade de São Paulo. O Jardim Ângela, na Zona Sul, tinha 60,1% de pessoas pretas e pardas, refletindo uma área predominantemente periférica e marcada por grandes desafios socioeconômicos. Já o Alto de Pinheiros, na Zona Oeste, com apenas 8,3% de população preta e parda, estava entre os bairros mais ricos e bem estruturados, com melhor infraestrutura e maior acesso a serviços essenciais como saúde e educação.

Em 2022, essa tendência de segregação se aprofundou. O Jardim Ângela viu a presença de pessoas pretas e pardas aumentar para 65%, enquanto no Alto de Pinheiros, esse percentual subiu para 10%. Esse pequeno aumento na Zona Oeste, é insuficiente diante das disparidades existentes, já que o crescimento da população preta e parda nas periferias está associada a um aumento da exclusão socioeconômica nessas áreas.

O aumento nos preços imobiliários e nos custos de construção tem um impacto direto na segregação. Segundo a Fundação João Pinheiro (2022), o ônus excessivo do aluguel (quando mais de 30% da renda familiar é destinada ao aluguel) é o componente que mais cresce e representa 52% do déficit total no país, chegando a quase 70%, na Região Metropolitana de São Paulo.

Para as classes mais altas, a valorização do m² nas áreas centrais, como Alto de Pinheiros, pode ter representado um atrativo para novos investimentos, mantendo a exclusão dos grupos de renda mais baixos, predominantemente negros e pardos, nesses espaços urbanos. Já para as classes populares, o aumento dos preços no mercado imobiliário e a inflação reforçam a dificuldade de acesso à moradia, especialmente em áreas bem localizadas e com maior acesso a serviços urbanos.

Além dos custos de habitação e das taxas de inflação, a segregação social também é reforçada pela falta de infraestrutura e do custo do transporte na cidade de São Paulo. A cidade enfrenta um sistema de transporte público ineficaz e insuficiente para atender à demanda crescente. Com cerca de 5 milhões de pessoas sendo transportadas pelas linhas de trem, metrô e ônibus intermunicipais da Grande São Paulo

(SPTRANS, 2024), o deslocamento diário entre a periferia e o centro torna-se não apenas um desafio logístico, mas também uma questão de saúde e qualidade de vida. As pessoas que moram nas áreas mais periféricas, como o Jardim Ângela, precisam enfrentar longas e exaustivos deslocamentos para acessar serviços e empregos, o que acentua a desigualdade no acesso à cidade.

Essas mudanças, por sua vez, têm um impacto econômico significativo nas famílias de baixa renda, já que grande parte do orçamento mensal é consumida no transporte, além do tempo perdido com longas jornadas. Para muitas famílias, o alto custo de habitação nas áreas centrais e a falta de infraestrutura nos bairros periféricos criam um ciclo vicioso de exclusão e impossibilidade de ascensão social.

O índice de Gini, que mede a concentração da distribuição de renda em uma população, ajuda a compreender as dimensões da desigualdade no período(2010-2020), e as mudanças que ocorreram após 2015. O valor do indicador do índice varia de zero (perfeita igualdade) a um (máxima desigualdade).

Entre 2012 e 2015, o Índice de Gini caiu de 0,540 para 0,524, refletindo uma tendência de redução na desigualdade. Esse avanço foi impulsionado por políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, que ampliou o poder aquisitivo das famílias mais pobres, além de reajustes de salários e um mercado de trabalho aquecido.

A partir de 2016, o Brasil entrou em um cenário de crise econômica e política que interrompeu os avanços. O Índice de Gini subiu, atingindo 0,545 em 2018, o maior nível da série histórica. Fatores como a recessão econômica, o desemprego elevado

e os cortes em políticas sociais marcaram o período. Enquanto os 40% mais pobres enfrentaram perda de poder aquisitivo e vulnerabilidade crescente, o décimo mais rico da população preservou ou aumentou sua renda, acentuando a disparidade.

Entre 2019 e 2021, o Índice de Gini apresentou oscilações, alternando momentos de aumento e queda. A pandemia de COVID-19 trouxe um impacto significativo, com aumento inicial da desigualdade devido à retração econômica e perda de empregos. No entanto, programas emergenciais, como o Auxílio Emergencial, promoveram uma redução temporária da desigualdade, ao injetar recursos diretamente para as camadas mais vulneráveis. Apesar disso, a instabilidade econômica e as medidas emergenciais mantiveram o cenário de desigualdade estrutural.

Os dados refletem um cenário de desigualdade crescente, no qual famílias de baixa renda enfrentam

barreiras econômicas para acesso à moradia digna, um direito fundamental reconhecido pelo ODS 11 da ONU. A combinação de inflação elevada, custos crescentes de construção e estagnação ou queda da renda agravam as condições de desigualdade no espaço urbano.

Este contexto também revela os limites de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), que, embora tenha ampliado o acesso à moradia, priorizou áreas periféricas e mal conectadas aos centros urbanos. Isso reforça a segregação e as desigualdades estruturais vigentes, em vez de enfrentá-las.

Os dados divulgados pelo Governo Federal, sobre a quantidade de habitações cobertas ao longo de uma década (2009-2019), possibilitam compreender a efetividade das ações do programa habitacional no período, no entanto podemos questionar sua eficácia e eficiência. Se por um lado o programa Minha Casa Minha Vida

entregou 5,2 milhões de habitações, por outro, o Brasil segue enfrentando desafios significativos para lidar com o acesso à moradia.

Estimado em cerca de seis milhões de domicílios, o déficit habitacional no Brasil (FJP, 2022), envolve não apenas a falta de moradias, mas também fatores como habitações precárias, coabitação familiar e o ônus excessivo do aluguel (Rolnik, 2024).

O processo de gentrificação, ou seja, de segregação socioespacial das áreas urbanas de cidades, é caracterizado pela valorização acentuada do perímetro urbano e culmina na saída de moradores antigos em razão do aumento local do custo de vida. Uma remoção ocorrida devido a especulação imobiliária e acompanhada por políticas públicas de habitação, que foram tomadas pela ótica da financeirização, dada a conjuntura neoliberal, em que os pobres são expulsos para as regiões periféricas sem infraestrutura.

Política habitacional neoliberal

A política habitacional com viés neoliberal teve forte desempenho na consolidação do modelo urbano de diversas regiões metropolitanas⁶, bem como na reprodução de seu padrão de segregação socioespacial. Inspirado no modelo chileno onde o estado dá subsídio para que a pessoa faça compra da casa com empresas, estes programas deram espaço para agentes do setor financeiro consolidarem uma política de remoção da população de áreas centrais para regiões onde o modelo de construção das casas não tem diversidade, gerando regiões guetificadas com problemas de violência contra mulher, drogadição, dependência de álcool e outros problemas.

A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata – forma de provisão habitacional

predominante ao longo de décadas – contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas (Rolnik, 2015.)

Nesta discussão, é fundamental colocar em destaque como o desenho de políticas públicas, como a de habitação, tem seu fundamento ancorado no passado colonial do Brasil, marcado pelo racismo ambiental e na negligência do poder público somada à ganância das elites que conduziram todos os processos de transformação (não revolucionários) no Brasil mantendo

⁶ Por ocasião das obras no Rio de Janeiro, geradas pela Copa do Mundo e Olimpíadas (2014/2016), favelas foram removidas para conjuntos habitacionais na zona oeste da cidade. Essa remoção se deu tirando populações das áreas que receberam as melhorias de infraestrutura.

seus privilégios, e negligenciando e criminalizando a população negra, indígena e pobre, com impactos que são percebidos em pleno século XXI, e tem suas digitais impressas também no programa Minha Casa Minha Vida.

O encontro de soluções alternativas para garantir moradia deve abarcar diferentes atores, com ênfase nos movimentos sociais, buscando inspiração em suas lutas para construir outras formas de ocupar a cidade. Entre elas o estímulo à locação social (FJP) pode ser uma opção. Mulheres preferem residir em habitações alugadas no centro do que em habitações próprias nas periferias para ter mais tempo de convivência com os filhos, estudar à noite e chegar mais cedo em casa com segurança. E, portanto, o investimento maior no aluguel em imóvel bem localizado, compensa outros custos, inclusive os que não são possíveis de mensurar monetariamente. A reocupação humana de áreas bem servidas

de infraestrutura, acessíveis, com equipamentos públicos geralmente ociosos pelo afastamento da população, pode permitir equilibrar a oferta e a demanda sem novos investimentos.

Considerações finais

A política habitacional no Brasil apresentou avanços e desafios. Entre os pontos positivos, destacam-se o fornecimento de moradias para famílias de baixa renda e a geração de empregos no setor da construção civil, embora sem fortes impactos na redução do déficit habitacional. Quanto às limitações específicas, elas se relacionam com a insuficiência de recursos para atender toda a população de baixa renda, a concentração de empreendimentos em áreas periféricas com impacto negativo na qualidade de vida, a falta de infraestrutura básica em muitos projetos e problemas estruturais decorrentes da baixa

fiscalização. Essas questões, ressaltam a urgência de ajustes em políticas habitacionais para promover a equidade e o acesso à moradia digna.

A análise dos dados possibilita entender como a política pública expressa no programa Minha Casa Minha Vida concorreu em certa medida para um processo de gentrificação. Primeiro, como na maior parte das cidades brasileiras, empregos, serviços, oportunidades econômicas e culturais ficam concentradas nos territórios de média e alta renda, esses locais tiveram uma explosão de preços, como resultado, embora o programa tenha proporcionado o acesso à moradia às camadas mais vulnerabilizadas não chegou a alterar o lugar tradicionalmente ocupado por elas nas cidades, uma clara reprodução do padrão periférico.

No período analisado o programa MCMV reforçou uma dinâmica de segregação ao conceder a decisão

sobre a localização e o desenho do projeto ao setor privado (Rolnik, 2015) uma decisão influenciada pela elevada abertura financeira do país que tornou o ciclo doméstico fortemente dependente do ciclo de crédito global (Carneiro, 2018) onde a decisão dos agentes, pautada na rentabilidade, resultou na construção de moradias em regiões afastadas da cidade com pouca urbanidade e num processo de crescente especulação do solo urbano. O ano de 2015, que antecedeu o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, foi marcado por um pico inflacionário e queda da renda média da população, com impactos como o aumento do desemprego em (12,7%) e a redução do poder de compra das famílias brasileiras, impossibilitando o vislumbre de acesso à moradia.

O modelo neoliberal progressista (Fraser, 2017) que caracterizou a política habitacional, valeu-se da ambiguidade enquanto pôde. Assim,

no início da década de 2010, viu-se uma aparência de emancipação e justiça social, enquanto coexistia um modelo intrinsecamente desigual e punitivo. A inclusão de políticas sociais de caráter progressista nesse contexto, criou uma “aura de emancipação” que, no entanto, disfarçou e não alterou significativamente as estruturas de poder econômico, que acentuam e perpetuam a desigualdade.

A abordagem conciliadora (Singer, 2012), que sustentou o modelo que beneficiou os mais pobres sem confrontar a ordem estabelecida, perdeu apoio político no início do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015), devido a crise política, conjuntura econômica desfavorável, e o fracasso da proposta desenvolvimentista. Essa estratégia (Carneiro, 2018) previa o fortalecimento e diversificação produtiva dos setores empresariais nacionais bem como políticas ativas do Estado e o aumento

do seu protagonismo, mas não encontrou apoio suficiente na sociedade, principalmente da classe empresarial. Esse panorama geral possibilita entender a correlação entre a política habitacional de caráter neoliberal progressista, e o aumento da segregação social no Brasil. Ao analisar os dados sobre déficit habitacional e ao cruzá-los com os resultados do MCMV, vê-se que é inviável a meta de garantir o acesso para todos, à moradia digna até 2030, do qual trata o ODS 11. Em uma década as políticas não diminuíram o déficit habitacional. A análise aqui feita, está longe de capturar todas as nuances da política pública no período analisado (2010-2020), suscitando a oportunidade de análises sobre outros aspectos, como os relacionados às alterações feitas no período após 2016 nos Governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o que trabalhos futuros poderão aprofundar.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades . Portaria MCID no 724, de 15 de junho de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 113-A, p. 1, 16 de junho. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcid-n-724-de-15-de-junho-de-2023-490336536> . Acesso em: 22 nov. 2024. ([s.d.]). Recuperado 22 de novembro de 2024, de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcid-n-724-de-15-de-junho-de-2023-490336536>. Acesso em: 18 out. 2024

Britto, F. (2013) Operação Puerto Madero: Estratégias de gentrificação em Buenos Aires, ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-105278/operacao-puerto-madero-estrategias-de-gentrificacao-em-buenos-aires> (Acesso em: 15 out. 2024).

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo tardio. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista da governadora Dilma Rousseff. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (organizadores). Para além da política econômica . São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Formato digital. ISBN 978-85-9546-257-1.

CHALHOUB, Sidney. Capítulo 1: Cortiços. In: Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CMAP (2020) Relatório de Avaliação Programa Minha Casa, Minha Vida - Ciclo 2020. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/995955> (Acesso em: 6 out. 2024).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [CEPAL]. Planificación urbanística en tiempos de pandemia Cambios en cuatro ciudades latinoamericanas. 2022. 71 f. Disponível em: <Planificación urbanística en tiempos de pandemia: cambios en cuatro ciudades latinoamericanas (cepal.org)> Acesso em 6 nov. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [CEPAL]. Plan de acción regional para la implementación de la nueva agenda urbana en América Latina y el Caribe, 2016-2036. 2018. 71 f. Disponível em: <Título documento (Heading 1) (cepal.org)> Acesso em 6 out. 2024.

Drumond, D. (2019) Déficit Habitacional no Brasil, Fundação João Pinheiro - FJP | Portal da Fundação João Pinheiro. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/> (Acesso em: 14 de junho de 2023).

FRASER, N. The end of progressive neoliberalism. Dissent, New York, Spring 2017. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser/. Acesso em: 6 out. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [FJP]. Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: FJP, 2022. 478f. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1stJWtC0dMFtK_Zz0G0zFBjDgw2WxjLi/view>. Acesso em 16 abr. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2016) Cartilha Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias da FJPN. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwlxulGq/view?usp=sharing>.

Gestão Urbana SP. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/mapas-digitais-da-revisao-do-plano-diretor-ja-estao-no-portal-geosampa/>>. Acesso em: 19 nov. 2024b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - Séries Históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 27 nov. 2024.

. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Séries Históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 27 nov. 2024.

. Em 2023, a massa de rendimentos e o rendimento domiciliário per capita atingiram recorde.<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/a-noticias/201-ag-de-nao/noticias/398-em-2023-m-de-rendimento-d-por-cap-comendo-registro>. Acesso em: 27 nov. 2024.

IPEA INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html#:~:text=Meta%2011.a-,Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,nacional%20e%20regional%20de%20desenvolvimento..> Acesso em: 24 mai. 2023.

LAZZARATO, Maurizio. O Governo do Homem Endividado; tradução Daniel P.P. da Costa. - São Paulo: n-1 edições, 2017.

LÓPEZ, Pablo. Em busca de um melhor acesso à habitação na América Latina e Caribe. [S. l.]: CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2022/03/em-busca-de-um-melhor-acesso-a-habitacao-na-america-latina-e-caribe/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MARQUES, Eduardo. POLÍTICAS habitacionais no Brasil. Atualizado 01 out 2021 às 10h19. [S.l.]: Nexo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Pol%C3%ADticas-habitacionais-no-Brasil>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATHIAS, Maíra. O que é Racismo Ambiental. Revista Poli/Fiocruz. Mar./Abr. 2017. Rio de Janeiro. (Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb50.pdfB>) (Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2017/03/14/o-que-e-racismo-ambiental/>)

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU-UN STATS]. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Gráfico de Progresso 2022. 7 f. Disponível em: <Gráfico de Progresso — Indicadores dos ODS (un.org)> Acesso em: 20 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU-UN DESA]. Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2022. ONU-UN DESA, 2022. 68 f. Disponível em <— Indicadores dos ODS (un.org)> Acesso em 21 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ASSENTAMENTOS HUMANOS [ONU-Habitat]. Déficit Habitacional en América Latina y el Caribe: una herramienta para el diagnóstico y el desarrollo de políticas efectivas en vivienda y hábitat. Nairobi: ONU-Habitat, 2015. 82f. Disponível em <<https://unhabitat.org/books/deficit-habitacional-en-america-latina-y-el-caribe/>>. Acesso em 22 nov. 2024.

PULHEZ, Magaly Marques e PAGIN, Stefano. A política habitacional no Brasil em 10 pontos. Atualizado 08 dez 2020 às 14h51. [S. l.]: Nexo, 19 out. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/A-pol%C3%ADtica-habitacional-no-Brasil-em-10-pontos>. Acesso em: 6 out. 2024

ROLNIK, Raquel. Minha Casa Minha Vida e financeirização da moradia no Brasil. In: Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

VIANA, Raquel de Matos; SOUZA, Carla Cristina Aguiar de; FRANCO, Marco Paulo Vianna; SOUZA, Luiza de Marillac; RIBEIRO, Adriana de Miranda. Carências habitacionais no Brasil e na América Latina: o papel do ônus excessivo com aluguel urbano. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 29, ed. 56, p. 287-305, 2019. DOI <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n56p287>. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/18972/14411>. Acesso em: 16 out. 2024.

AS DIFERENTES FORMAÇÕES ECONÔMICAS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL E DOS EUA

Bruno Ferreira Silva
Davi Beznos Nogueira

Resumo

O presente artigo analisa as diferenças entre Brasil e Estados Unidos em seu processo de formação econômica, considerando os aspectos históricos, sociais e culturais que embasaram essas trajetórias. Enquanto a colonização brasileira, liderada por Portugal, priorizou a exploração de recursos naturais, a dos EUA, comandada pela Inglaterra, foi de povoamento, que anteferia a ocupação do território. Esses métodos de dominação influenciaram as ordens econômicas e sociais de ambos os países, incluindo a utilização de mão de obra escravizada, a estrutura fundiária e seus sistemas administrativos particulares.

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) simbolizam um compromisso global para enfrentar os desafios mais urgentes do mundo. Este artigo aborda os ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), conectando-os às raízes históricas e econômicas do Brasil.

O ODS 1 inclui metas como erradicar a pobreza extrema, reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza e implementar sistemas de proteção social para os mais vulneráveis. Já o ODS 10 visa reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, para garantir igualdade de oportunidades e eliminar barreiras discriminatórias.

No contexto brasileiro, esses objetivos estão profundamente ligados ao modelo econômico colonial, baseado na exploração de recursos naturais e no uso de mão de obra escravizada. Esse sistema consolidou desigualdades sociais e econômicas que ainda persistem. Em contraste, outras colônias, como as do norte dos Estados Unidos, seguiram um modelo de povoamento que permitiu maior autonomia econômica e social.

Este artigo analisa como as heranças do modelo colonial brasileiro contribuíram para a perpetuação da pobreza e das desigualdades, contrastando-o com o desenvolvimento de outras nações, principalmente os EUA. A análise se baseia no pensamento de autores como Furtado (2005), Holanda (1936) e Lacerda et al. (2010), além de estudos recentes sobre heranças coloniais e desenvolvimento econômico.

Contexto histórico e econômico

A colonização brasileira seguiu uma lógica extrativista desde o início, com destaque inicial para o pau-brasil e, posteriormente, para a cultura da cana-de-açúcar, que se tornou o motor econômico do período colonial. Esse modelo, conforme argumentado por Stuart Schwartz (1985), criou uma economia de plantation, com produção voltada principalmente para o mercado externo, reforçando a dependência da metrópole portuguesa. Essa dinâmica gerou um sistema econômico concentrador, no qual a riqueza e o poder estavam nas mãos de poucas elites agrárias.

A colonização de povoamento que se inicia na América no século XVII constitui, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão de obra europeia que um conjunto de circunstâncias tornou relativamente barata nas ilhas Britânicas. Ao contrário do que

ocorrera com a Espanha e Portugal, que se viram afligidos por uma permanente escassez de mão de obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século XXII apresenta um considerável excedente de população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior". (Furtado, 2005).

No caso dos Estados Unidos, a colonização foi marcada por um modelo de povoamento em que a propriedade privada da terra era mais disseminada, especialmente nas colônias do norte. Esse modelo favoreceu a formação de uma economia diversificada e com maior autonomia em relação à metrópole inglesa. No norte, o comércio, a pesca e a manufatura desempenharam papéis significativos, enquanto no sul, embora o sistema de plantation também existisse, ele não alcançou a mesma centralidade que no Brasil.

As colônias do Norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII, como parte integrante de um sistema maior no qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais. O fato de que as duas partes principais do sistema – a região produtora do artigo básico de exportação e a região que abastecia a primeira – hajam estado separadas é de fundamental importância para explicar o desenvolvimento subsequente de ambas. A essa separação deve-se que os capitais gerados no conjunto do sistema não tenham sido canalizados exclusivamente para a atividade açucareira, que na realidade era mais lucrativa.” (Furtado, 2005).

Desenvolvimento

A escravidão foi uma instituição central no Brasil colonial. Estima-se que quase 5 milhões de africanos escravizados foram trazidos para o país durante o período colonial, número significativamente maior do que o registrado nos Estados Unidos. Thomas Skidmore (1993) destaca que, no Brasil, a escravidão foi utilizada em todos os setores da economia, desde a agricultura até o trabalho doméstico, e manteve-se como uma prática dominante até o final do século XIX. Nos Estados Unidos, a escravidão foi amplamente concentrada no sul, enquanto o norte desenvolveu uma economia baseada no trabalho livre. Segundo Celso Furtado (2005), essa diferença na organização do trabalho foi crucial para o desenvolvimento econômico de longo prazo: a abolição mais precoce da escravidão no norte permitiu o crescimento de uma classe trabalhadora livre e a formação de um mercado interno dinâmico. Em contraste, o Brasil enfrentou dificuldades na transição

do trabalho escravo para o trabalho livre, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

As diferenças nos modelos coloniais resultaram em trajetórias econômicas distintas no período pós-independência. Enquanto os Estados Unidos aproveitaram sua diversificação para impulsionar o desenvolvimento industrial e tecnológico, o Brasil permaneceu dependente da exportação de produtos primários, como café, borracha e, mais tarde, minério de ferro. Celso Furtado (2005) argumenta que essa dependência de commodities consolidou o papel do Brasil como uma economia periférica, sujeita às flutuações do mercado internacional.

Nos Estados Unidos, a descentralização política e a adoção de políticas protecionistas, como as tarifas impostas no século XIX, incentivaram o desenvolvimento de indústrias locais. Essa diferença estrutural contribuiu para a

emergência dos Estados Unidos como uma potência econômica global no final do século XIX. A estrutura administrativa do Brasil colonial era altamente centralizada, refletindo a tradição ibérica de governança. Esse sistema limitou a autonomia local e perpetuou uma dependência da metrópole, dificultando a formação de instituições democráticas após a independência. Nos Estados Unidos, o sistema administrativo era descentralizado, permitindo maior participação das colônias na formulação de suas próprias leis e políticas. Essa autonomia política foi essencial para o desenvolvimento de instituições que sustentaram o capitalismo e a democracia nos séculos seguintes.

A escravidão foi uma instituição central no Brasil colonial. Estima-se que quase 5 milhões de africanos escravizados foram trazidos para o país durante o período colonial, número significativamente maior

do que o registrado nos Estados Unidos. Thomas Skidmore (1993) destaca que, no Brasil, a escravidão foi utilizada em todos os setores da economia, desde a agricultura até o trabalho doméstico, e manteve-se como uma prática dominante até o final do século XIX. Nos Estados Unidos, a escravidão foi amplamente concentrada no sul, enquanto o norte desenvolveu uma economia baseada no trabalho livre. Segundo Celso Furtado (2005), essa diferença na organização do trabalho foi crucial para o desenvolvimento econômico de longo prazo: a abolição mais precoce da escravidão no norte permitiu o crescimento de uma classe trabalhadora livre e a formação de um mercado interno dinâmico. Em contraste, o Brasil enfrentou dificuldades na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

As diferenças nos modelos coloniais resultaram em trajetórias econômicas distintas no período

pós-independência. Enquanto os Estados Unidos aproveitaram sua diversificação econômica para impulsionar o desenvolvimento industrial e tecnológico, o Brasil permaneceu dependente da exportação de produtos primários, como café, borracha e, mais tarde, minério de ferro. Furtado (2005) argumenta que essa dependência de commodities consolidou o papel do Brasil como uma economia periférica, sujeita às flutuações do mercado internacional.

Nos Estados Unidos, a descentralização política e a adoção de políticas protecionistas, como as tarifas impostas no século XIX, incentivaram o desenvolvimento de indústrias locais. Essa diferença estrutural contribuiu para a emergência dos Estados Unidos como uma potência econômica global no final do século XIX. A estrutura administrativa do Brasil colonial era altamente centralizada, refletindo a tradição ibérica de governança. Esse sistema limitou

a autonomia local e perpetuou uma dependência da metrópole, dificultando a formação de instituições democráticas após a independência. Nos Estados Unidos, o sistema administrativo era descentralizado, permitindo maior participação das colônias na formulação de suas próprias leis e políticas.

Essa autonomia política foi essencial para o desenvolvimento de instituições que sustentaram o capitalismo e a democracia nos séculos seguintes. Marx (2014), ao discutir a acumulação primitiva de capital em *O Capital*, complementa essa análise ao afirmar que as colônias de exploração, como o Brasil, funcionavam como uma fonte de riqueza para os países europeus, sem retorno significativo para as economias locais. Esse modelo perpetuou desigualdades estruturais e atrasos econômicos, aprofundando a dependência brasileira do mercado internacional. Celso Furtado, reforça que o Brasil foi inserido na divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos primários.

A escolha por um modelo agroexportador consolidou um padrão de subdesenvolvimento, que ainda hoje limita a diversificação econômica e a industrialização do país. Enquanto o Brasil importou mais de 5 milhões de africanos escravizados, transformando o trabalho escravo no pilar da economia colonial, os Estados Unidos adotaram uma dualidade: escravidão no sul e trabalho livre no norte. Caio Prado Júnior observa que a escravidão no Brasil, além de ser uma ferramenta de produção, moldou as estruturas sociais e políticas, criando um sistema profundamente hierarquizado e desigual. Marx (2014) descreveu a escravidão como uma forma extrema de acumulação de capital, onde a coerção total sobre o trabalhador destrói as bases para a formação de um mercado interno. Nos Estados Unidos, a escravidão no sul sustentou a economia agrícola de

exportação, mas a transição para o trabalho livre no norte favoreceu o surgimento de mercados dinâmicos e de uma classe trabalhadora ativa, essencial para o capitalismo industrial.

Lacerda et al. (2010), em *Economia Brasileira*, aprofunda a análise sobre as heranças coloniais e como elas ditaram o rumo econômico do Brasil. Durante o século XVI, a Península Ibérica destacava-se como um dos principais agentes do capitalismo comercial, liderando as explorações marítimas e expandindo mercados globais. O Brasil rapidamente se tornou polo exportador de riquezas para toda a Europa. Essa dinâmica consolidou a estrutura colonial brasileira, baseada na extração de recursos naturais e no uso intensivo da escravidão. A exploração colonial foi essencial para o acúmulo inicial de capital, conhecido como “acumulação primitiva”, conceito central de Marx (2014).

Lacerda et al. (2010) explica que o capitalismo se desenvolveu de maneiras distintas ao redor do mundo. A via clássica, presente nos países líderes como Inglaterra e França, foi marcada por industrialização precoce e revoluções democrático-burguesas. Já a via prussiana, típica de países como Alemanha, teve uma industrialização tardia, sem processos democráticos plenos, mas que alcançou autonomia econômica. Por outro lado, a via colonial, como a do Brasil, se caracterizou pelo atraso econômico e democrático, com grandes propriedades rurais e uma burguesia incapaz de conquistar autonomia política e econômica. Enquanto na via prussiana a burguesia deixava de realizar apenas tarefas políticas, na via colonial, como a brasileira, ela falhou tanto em aspectos políticos quanto econômicos, perpetuando desigualdades e dependências.

As colônias foram divididas em dois tipos: de povoamento e

de exploração. As colônias de povoamento, como Estados Unidos e Canadá, eram estabelecidas por europeus buscando um novo lar, geralmente em regiões de clima temperado. Já as colônias de exploração, como o Brasil, focavam na produção de mercadorias valiosas para o mercado internacional, como o açúcar. Essa produção gerava altos lucros e era sustentada por trabalho escravo, com o objetivo central de enriquecer a metrópole.

No Brasil, o capital comercial consolidou-se a partir da exploração de recursos naturais, como o pau-brasil, e posteriormente pela agricultura em larga escala. O sistema escravista, essencial nesse modelo, encaixava-se perfeitamente nas necessidades do mercantilismo, conectando a economia colonial brasileira às demandas do capitalismo global.

O pacto colonial, sistema que monopolizava o comércio entre

colônias e metrópoles, garantiu que a riqueza gerada no Brasil fluísse para Portugal. Produtos como açúcar, ouro e café eram exportados exclusivamente para o mercado europeu, impedindo o desenvolvimento autônomo da colônia. Essa dinâmica favoreceu a acumulação de capital na Europa e fortaleceu a burguesia mercantil, que, composta por comerciantes e negociantes, expandiu suas atividades sob o amparo do Estado absolutista.

A exploração agrícola, especialmente com as plantations de cana-de-açúcar, foi a principal estratégia dos colonizadores para lucrar e garantir a ocupação do território brasileiro. Investimentos holandeses e o uso de escravos africanos foram cruciais para o sucesso desse modelo. A combinação de técnica de produção, mercado consumidor e mão-de-obra escrava transformou o Brasil em um pilar essencial da economia global da época.

No período mercantilista, a escravidão desempenhou um papel central na acumulação capitalista. Inicialmente, os colonizadores tentaram usar mão-de-obra indígena na extração do pau-brasil e na agricultura, mas encontraram resistência e dificuldades logísticas. A solução definitiva foi o tráfico de escravos africanos. A partir do alvará de 1559, a Coroa Portuguesa permitiu que senhores de engenho “resgatassem” escravos do Congo, marcando o início de um fluxo constante de escravizados para o Brasil. Essa prática só se consolidou plenamente no final do século XVII, quando traficantes portugueses, franceses e ingleses regularizaram o fornecimento de escravos.

Conclusão

O Brasil colonial, estruturado como colônia de exploração, foi fundamental para o processo de acumulação primitiva que impulsionou o capitalismo global. A combinação de grandes

propriedades, escravidão, monocultura e dependência do mercado europeu formou uma economia voltada para o exterior, sem investir em um desenvolvimento interno sólido. Esse modelo gerou um sistema concentrador de riquezas e profundamente desigual, cujos impactos ainda são sentidos. Enquanto países de colonização de povoamento, ou que seguiram as vias clássica e prussiana, conseguiram construir bases econômicas diversificadas e dinâmicas, o Brasil permaneceu atrelado à exportação de commodities e à fragilidade de um mercado interno, o que perpetuou desigualdades estruturais.

Essas desigualdades históricas refletem diretamente nos desafios atuais do Brasil para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os **ODS 1** (Erradicação da Pobreza) e **ODS 10** (Redução das Desigualdades). A herança colonial brasileira criou barreiras para o desenvolvimento de uma economia inclusiva, onde o acesso à riqueza e às oportunidades permanece limitado para uma grande

parcela da população. A pobreza extrema, combatida pelo ODS 1, continua afetando milhões de brasileiros, enquanto a concentração de renda e a desigualdade de oportunidades desafiam as metas do ODS 10.

Superar esse legado histórico exige estratégias políticas e econômicas que promovam inclusão e equidade. Investir em políticas públicas que fortaleçam a proteção social, reduzam as desigualdades regionais e garantam acesso a educação e trabalho digno são passos fundamentais para romper com esse ciclo. Além disso, é essencial fomentar uma economia mais diversificada e sustentável, capaz de incluir grupos historicamente marginalizados no processo de crescimento econômico. Ao conectar as raízes coloniais às metas dos ODS, percebe-se que enfrentar os desafios contemporâneos requer uma abordagem que reconheça o passado, mas esteja focada na construção de um futuro mais justo e inclusivo para todos os brasileiros.

Referências

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. Economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Organização de José Márcio Rego e Rosa Maria Marques.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SKIDMORE, Thomas E. Black into white: race and nationality in Brazilian thought. Durham: Duke University Press, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo tardio. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

**Torne-se um
profissional requisitado.
Dê um impulso em
sua carreira!**

Thaís e Aelson

- Estudantes de Política e
Relações Internacionais



Cursos online e presenciais

**Venha conhecer nossos
cursos de Pós-Graduação**

ECOFEMINISMO: UMA ALTERNATIVA AO SISTEMA CAPITALISTA

Sofia Zuca Portugal Pudles
Mariana Abranches Teixeira Bastos Marcos

Resumo

O presente artigo procura identificar se o ecofeminismo é uma alternativa ao sistema capitalista. Dessa forma, explicita-se a ideia da exploração da mulher e da natureza virem de um mesmo sistema capitalista e machista, que desconsidera qualquer trabalho vindo do feminino ou do meio ambiente, independente desses serem necessários para a manutenção da vida humana. Com isso, trabalha-se tanto a forma de desenvolvimento dada pelo capitalismo, quanto as formas de ecofeminismo popularizadas atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo; Sistema capitalista; exploração da mulher e da natureza; machismo; desenvolvimento

Abstract

This article seeks to identify if ecofeminism is an alternative to the capitalism system. In this way, it is made clear the idea of woman and nature exploration came from the same capitalism and sexist system, which disregards any type of work that came from the feminine or of the environment, independent of this being necessary for the maintenance of human life. Thus, it analyzes the form of development given for capitalism and the forms of ecofeminism popularized in these days.

KEYWORDS: Ecofeminism; Capitalism system; Woman and nature exploration; sexist system; development.

Introdução

Pensando na atualidade, o planeta Terra se encontra devastado, em termos de ecologia. Essa destruição se dá, segundo Quintana e Hacon (2019), por conta do modo de produção capitalista. Assim, compreendendo que esse modo de produção foi desenvolvido há pouco mais de um século atrás, como afirmam Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), entende-se que a emergência ambiental em que a humanidade se encontra, deu-se em apenas 100 anos, contra 4,5 bilhões de anos.

Ao colocar o tempo em que essa devastação ocorreu em perspectiva com a idade do planeta Terra, compreende-se o poder destrutivo do sistema capitalista. Sistema esse, que colocou, também, determinados grupos para serem explorados, como as mulheres, as quais são colocadas em trabalhos estigmatizados como femininos, normalmente relacionados ao cuidado, e que, não coincidentemente,

recebem menos, quando recebem algum tipo de salário, do que trabalhos “masculinos”, mesmo que os primeiros sejam indispensáveis para o mantimento da sobrevivência humana e vida em sociedade. É importante considerar, nesse raciocínio, que, segundo Engels e Marx (1932), o trabalho produz riqueza útil e está ligado ao capital, dessa forma, quando o trabalho da mulher não é remunerado ele é desconsiderado. Esse padrão de exploração no sistema capitalista que se identifica em relação às mulheres, se repete na forma com que a natureza é tratada pelo capitalismo, pois, apesar de as boas condições do meio ambiente serem indispensáveis para a vida humana, esse é menosprezado e explorado.

Dentro disso, o ecofeminismo pensa em um combate ao patriarcado e à exploração desenfreada. Isso porque, os dois andariam juntos

em um amplo sistema que forma o capitalismo. Sistema esse, que hoje, como mostrado, precisa ser repensado, considerando a intenção de se manter a vida humana na Terra, entendendo que a humanidade depende da natureza para sua sobrevivência, porém o contrário não é verdadeiro.

Com isso, movimento ecofeminista surgiu na França nos anos 1970, e é considerado como um dos primeiros movimentos sociais a dialogar com propostas diferentes derivadas de teorias políticas e lutas sociais do século XX.

O ecofeminismo critica o capitalismo e argumenta que esse sistema é responsável pela destruição da natureza, e pela criação do sistema patriarcal, que oprime as mulheres. Sendo assim, os ecofeministas entendem que o movimento é uma forma de lutar contra os sistemas de dominação capitalistas e patriarcais. Como cita no livro *Alternativas Sistêmicas* (2019) a autora Elizabeth Peredo Beltrán, uma das principais ativistas ecofeministas da América Latina:

Ecofeminismo é uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para sua transformação. Coloque em uma perspectiva única de duas correntes, de teoria e prática política, emergindo da modernidade que são Ecologia e Feminismo e tenta, a partir daí, explicar e transformar o sistema de dominação e violência atuais focando sua atenção na crítica patriarcal e a superexploração da natureza como parte do mesmo fenômeno.

Dito isso, procura-se identificar como o ecofeminismo pode ser base teórica para a transformação econômica necessária na atualidade, pensando na demanda do desenvolvimento de cidades sustentáveis, que se mostra urgente na atualidade para a garantia do mantimento de vida humana no planeta Terra. Buscou-se refletir essa ideia através de uma extensa pesquisa bibliográfica, por considerar que atualmente há uma variedade de publicações sobre o capitalismo

e suas problemáticas, o que possibilita a compreensão da necessidade de uma nova forma de sistema políticoeconômico mundial. Além disso, compreende-se que o debate apresentado pela corrente ecofeminista possibilita a compreensão da teoria e ajuda a pensá-la como uma alternativa ao sistema atual.

Com isso, divide-se o presente artigo em três tópicos, nos quais o primeiro discutirá o capitalismo e sua relação com o meio ambiente, o segundo, o ecofeminismo como alternativa sistêmica mundial e o terceiro, em que serão colocadas as conclusões finais, juntamente com uma análise crítica realizada a cerca da vertente do ecofeminismo do Sagrado Fêminico.

Capitalismo e meio ambiente

A partir da primeira revolução industrial e consequente instituição do capitalismo, o desenvolvimento de um país começou a ser apontado a partir do seu nível de industrialização, como Florestan Fernandes (1959)

aponta ao falar sobre a moderna civilização ocidental. Meio de produção, esse, que busca transformar matéria natural em objetos com maior valor agregado e, muitas vezes, nessa procura, acabava com recursos naturais incalculáveis em algo improdutivo, como se entende no livro *Mudanças Sociais no Brasil*.

Essa ideia instituiu a normalização da destruição natural, um fenômeno que se tornou mundial, em prol do chamado desenvolvimento capitalista.

O cientista político e economista José Luís Fiori (2014), coloca, em seu livro *História, Estratégia e Desenvolvimento*, que o aumento da produção, da produtividade e do desenvolvimento se torna uma necessidade do capitalismo, para seu funcionamento. Assim, o sistema e as organizações que o fazem funcionar ignoram qualquer necessidade extra-econômica/sistêmica, mesmo que seja de vida e, nesse caso, de fato é.

Existem alertas, pelo menos desde os anos 1960, segundo Pott e Estrela (2017), sobre o colapso ambiental que o capitalismo poderia causar e seus efeitos na vida da fauna na Terra. Esses avisos foram ignorados pelos líderes políticos mundiais, que continuaram a incentivar a exploração indevida da natureza, em nome desse padrão de desenvolvimento, inclusive pós alerta da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 2015, criaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deveriam ser alcançados até 2030. O resultado não foi diferente do previsto: em 2023, 15.000 cientistas ao redor do mundo assinaram um artigo, publicado na BioSciense, afirmando que o tempo acabou, o mundo tinha entrado em colapso ambiental e o estado de aquecimento global passou para ebulição global, gerada pelo aumento acelerado das temperaturas do Planeta Terra. O secretário-geral ONU, António Guterres, aponta que se percebe a chegada desse estado,

a partir das ondas de calor acima da média, nas quais o hemisfério norte passou dos 45 graus Celsius em agosto, de 2023.

Em 1949, já se via a agressão ao meio ambiente produzida pelo homem, homem aqui utilizado para se referir ao gênero masculino e não como sinônimo de ser humano, pensando que o capitalismo foi construído em união ao patriarcado¹. Dentro disso, já na primeira metade do século XX, Beauvoir (2008) afirmava: “O homem procura na mulher o Outro como Natureza e como seu semelhante. Mas conhecemos seus sentimentos ambivalentes que a Natureza inspira ao homem. Ele a explora [...] a mulher resume a natureza como Mãe, Esposa e Ideia”. Essa ideia traz a compreensão do que Beltrán (2019) discute sobre a oposição imposta pelo capitalismo/patriarcado, “homem - natureza, bom - mau, civilizado - selvagem”, demonstrando como a natureza é vista como algo negativo pelo homem e, como Beauvoir coloca, o Outro.

É nesse raciocínio que se inferioriza o trabalho da mulher, pois ao transforma-la no Outro, assim como a Natureza é colocada no lugar do Mau. Beltrán (2019) aponta que é nessa ideia que se impõe a dicotomia “o homem e a mulher, o trabalho masculino e o trabalho feminino”¹.

Dentro disso, ainda é preciso destacar que as mulheres não são o único grupo social afetado negativamente pela superexploração do meio ambiente pelo homem, branco, mais especificamente. Com a ebulição global, muito se viu piorar nas catástrofes ambientais ao redor do mundo, porém não foi algo imprevisível ou que já não ocorresse com determinados grupos, os quais eram indignificados por suas condições sociais, em 2015, no desenvolvimento das 17 ODS, o objetivo 11 (cidades e comunidades sustentáveis) já apontava que era necessária a priorização da

proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade, pois esses eram os que mais eram atingidos por esses desastres socioambientais. A barragem de Tucuruí, localizada no estado do Pará, que funciona há mais de 25 anos é um exemplo claro disso: o povo que vive na região relatam, no curta *Tucuruí - A Saga de um Povo*, como as terras do local, onde antes era possível cultivar diferentes tipos de plantas, hoje não cresce mais nada, como mesmo morando perto da hidrelétrica não possuem luz elétrica e a endemia de mosquitos fez com que chegasse a se ter 500 picadas, por hora, decorrente da forma como foram feitas as construções ignorando a natureza do local. Isso tudo consequência de uma barragem construída em nome do desenvolvimento capitalista, que ignorou as necessidades da população da área de comunidades indígenas e classes pobres.

¹ Não quer se afirmar aqui que não hajam mulheres promovendo a exploração do meio ambiente, atualmente, apenas que majoritariamente essa foi promovida por homens, por uma questão estrutural, a qual não permitia com que mulheres se envolvessem em relações de poder, o que envolve a exploração do meio ambiente, dado que o capitalismo depende da mesma.

Isso permite a percepção de como a destruição capitalista sempre afetou a vida humana de forma negativa, contudo, por ser a existência de grupos considerados desinteressantes para o sistema, não se dava atenção às denúncias feitas por essas populações. A prova disso é o conceito de racismo ambiental criado nos anos 1970, segundo Pacheco (2007), não coincidentemente próximo a época em que se inicia o debate sobre o colapso ambiental. O termo surge a partir de protestos contra um depósito de resíduos tóxicos nos Estados Unidos da América, por se descobrir que dois terços desses aterros se encontravam em locais de moradia de pessoas, majoritariamente negras.

Dessa forma, compreende-se como o que é considerado desenvolvimento pelo capitalismo é entendido, de fato, desenvolvimento apenas para quem possui privilégios de classe, porque pessoas fora desse espectro

são colocadas em locais sem a menor estrutura, que são afetadas pelos “desastres naturais”, que não são tão naturais assim. Young e Lustosa (2003), discutem essa ideia pelo termo de exclusão ambiental, a qual eles afirmam que os mais afetados pelas questões ambientais são as pessoas em situação de vulnerabilidade, assim, apontam que “a eliminação da “exclusão ambiental” deve ser perseguida simultaneamente com a redução das desigualdades econômicas e sociais para um desenvolvimento equilibrado”. Entendendo que discutir alternativas ao capitalismo é, além de uma questão econômica, uma questão de raça, classe e gênero, também. De raça por quem são as pessoas que são afetadas por esse falso desenvolvimento, de classe pela condição econômica que expõe, muitas vezes, essa parte da população aos desastres do desenvolvimento e de gênero pela forma como as mulheres são tratadas pelo patriarcado.

É por esse raciocínio que procura-se analisar o ecofeminismo como uma alternativa ao capitalismo, pois, como Beltrán (2019) afirma, “os ecofeminismos, para além de suas diferenças, coincidem na ideia básica de que a opressão das mulheres - e dos homens - e a superexploração da natureza são parte do mesmo fenômeno.”.

Ecofeminismo

Vandana Shiva é uma das ativistas ecofeministas mais conhecidas, e define o movimento como sendo “uma cosmovisão que reconhece que os seres humanos são parte da natureza, não uma entidade separada dela”. Shiva diz que os criadores do patriarcado capitalista, foram responsáveis por fundar um antropocentrismo focado na separação do ser humano com a natureza, o que seria a razão pela qual o ser humano se enxerga superior a natureza e outras espécies,

esse antropocentrismo seria a justificativa do homem ao seu domínio sobre natureza e outras espécies.

Shiva afirma que “A criatividade e a produtividade da natureza e das mulheres são os fundamentos de todos os sistemas de conhecimento e de todas as economias, apesar de ser invisíveis aos olhos do patriarcado capitalista”. Dessa forma, esse sistema coloca a natureza como matéria prima apenas, e as mulheres como seres passivos, e para prosperar utilizou da violência, destruição de culturas e da natureza.

A natureza foi objetificada, virou objeto de exploração e controle, assim como as mulheres.

Vandana Shiva diz que “A concentração da riqueza e o dinheiro acumulado mediante a violência, guerras e pilhagem foram mistificados como “capital” “. Sendo assim, a natureza perde todas

as suas funções que não estejam ligadas à produção de mercadorias, além disso, as comunidades e forças criativas, viram apenas força de trabalho. Enquanto o sistema econômico patriarcal capitalista, não reconhece o trabalho das mulheres, como de fato sendo um, e trata seus conhecimentos como sendo ignorância. Já que esse sistema invisibiliza e coloca como errado o conhecimento trazido e compartilhado por mulheres e povos nativos, buscando assim, ser o detentor de todo o conhecimento.

Mesmo que exista mais de uma vertente dentro do movimento ecofeminista, o inimigo em comum sempre foi o sistema capitalista patriarcal, sendo assim, as ecofeministas compreendiam que para alcançarem a sociedade ideal, seria necessário lutar contra o sistema, já que se o sistema continua o mesmo, a mulher e a natureza jamais sairão da posição de exploração e inferioridade.

Contudo, em análise bibliográfica e de redes sociais feita para esse artigo, foi possível determinar que valores ecofeministas vem crescendo nas redes sociais, em grande parte das vezes, associado à filosofia do Sagrado Feminino. Criando uma vertente que associa o Sagrado Feminino com o ecofeminismo. Essa vertente, defende que as mulheres e a natureza estão ligadas biologicamente, pela menstruação e capacidade de gerar vida dentro de si. A menstruação tem grande destaque dentro do movimento, sendo vista como um líquido sagrado, por isso, as mulheres seguidoras dessa vertente fazem rituais utilizando o sangue menstrual, e o usam para regar suas plantas, alegando que estão devolvendo o sangue para a Mãe Terra.

Quanto mais popular essa ideia de ecofeminismo sagrado, mais longe da teoria ele fica, já que os discursos não falam mais sobre o patriarcado capitalista, o inimigo,

e voltam suas críticas apenas ao patriarcado e a conexão biológica entre mulher e natureza. Não se fala sobre mudar o sistema, a ideia parece estar centrada na conexão com a natureza, por meio de rituais, meditações e encontro de mulheres. A luta pelo fim da exploração extensiva do meio ambiente como uma luta pelo fim do capitalismo parece ter se perdido, já que muitas vezes as lutas dessas mulheres parecem ser pelo direito de se conectarem com a natureza, e não de ir contra aquilo que a mata.

A ideia da menstruação se tornou muito romantizada, como se fosse o ápice da vida de qualquer mulher, como se fosse algo muito prazeroso, que todas as mulheres deveriam gostar, como se só fosse mulher de verdade aquela que menstrua. Esse discurso além de se mostrar problemático por fazer com que pareça que a única função

da mulher é menstruar, se mostra muito excludente, já que existem mulheres que não menstruam, que não tem útero, ou que tem alguma questão física que torna o período menstrual um momento de muita dor e sofrimento.

Excluindo mulheres trans e algumas mulheres cis, o movimento se aproxima muito do movimento femista ao colocar a ideia de que o objetivo é um “poder completamente feminino”. Essa ideia parece excluir a existência masculina, apenas invertendo as relações de poder, ao invés de eliminá-las. Dessa forma, não só se torna um pensamento inviável, como também se afasta da ideia original do ecofeminismo que busca repensar o sistema, pensando em criar uma alternativa contra o capitalismo patriarcal.

Conclusões

O ecofeminismo, em sua base, parece uma boa alternativa sistêmica para repensar o capitalismo. Contudo, ao se desenvolver em subvertentes, parece perder pensamentos práticos sobre o sistema e se torna cada vez mais místico, principalmente em suas falas mais popularizadas.

Dessa forma, a vertente feminista começa a assumir um discurso perigoso e muito próximo ao do femismo, movimento transfóbico e que incentiva mais um ódio aos homens do que uma luta contra o patriarcado. Obviamente que não são todas suas pensadoras que apresentam esse discurso, Shiva, por exemplo, parece ter um pensamento consistente sobre o sistema e sua necessidade de mudanças, porém por muitas de suas simpatizantes colaborarem com a ideia romantizada, o movimento acaba por perder credibilidade, para quem busca diferentes formas de pensar a estrutura social em que se está atualmente.

Dentro desse raciocínio, é possível que, com maior desenvolvimento do pensamento ecofeminista, um dia ele se torne uma alternativa ao capitalismo, se deixar de lado a mistificação da mulher e voltar às suas raízes de raciocinar a exploração da mulher e a exploração da natureza como decorrentes de um mesmo sistema machista e capitalista. Entretanto, atualmente, esse movimento não pode ser considerado uma possibilidade viável, pois, além de parecer estar esquecendo o que realmente procura discutir, ele se encontra com um discurso perigoso e excludente.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. *Ecofeminismo*. In: *Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 113-143.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A Ideologia Alemã. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

ESTRELA, Carina Costa; POTT Crisla Maciel. Histórico Ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento II. Estudos Avançados, São Paulo, 31, 271-283, jan, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>. Acesso em: 28/05/2024.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FIORI, José Luís. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

G1. Mais de 11 mil cientistas assinam artigo para declarar que planeta enfrenta emergência climática. G1. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/05/mais-de-11-mil-cientistas-assinam-artigo-para-declarar-que-planeta-enfrenta-emergencia-climatica.ghtml>. Acesso em: 21/05/2024.

KUHNEN, Tânia A. ROSENDO, Daniela. Ecofeminismos. Enciclopédia Mulheres na Filosofia. 26/05/2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/?s=Ecofeminismo>. Acesso em: 27/03/2024

MAB BRASIL. Tucuruí - A Saga de um Povo. YouTube, 2023. 16:42 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSm8J3CUsOU>. Acesso em: 28/05/2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Cidades e Comunidades Sustentáveis. Nações Unidas Brasil. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 28/02/2024.

PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Combate Racismo Ambiental. 2007. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-eracismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 27/05/2024.

PUCRS. Ebulição global: entenda o conceito que alerta para fenômenos climáticos extremos. PUCRS. 2024. Disponível em: <https://portal.pucrs.br/blog/ebulicao-global/>. Acesso em: 20/06/2024.

VANDANA, Shiva. Ecofeminismo. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandanashiva>. Acesso em: 26/05/2024.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A questão ambiental no esquema centro-periferia. Economia, Niterói (RJ), v.4, n.2, p. 201 - 221, jul./dez. 2003.

OS ODS E O CASO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSEQUÊNCIAS DE UM PROJETO ECONÔMICO TRIUNFANTE E COLONIAL BRASILEIRO

Diego Borges Cordeiro

Rafael Wulleumier Daumas Nunes

Resumo

O presente artigo aborda sobre um segmento social como sendo um dos aspectos mais graves e visíveis das desigualdades sociais brasileiras: a população em situação de rua. O estudo tem como objetivo explicar parte dessa realidade social a partir de interpretações histórico-econômico colonial brasileiro, para assim dialogar com propostas contemporâneas consideradas como de “progresso das nações”, ultimamente mais conhecida pelo “quadro de ações comum” dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), compreendidas como capazes de enfrentar problemas crônicos como o da população em situação de rua. E com o trabalho amparado por uma bibliografia de autores da economia, das ciências sociais, de relatórios da ONU, chega-se à conclusão de que algumas expressões como “pobreza”, “desigualdade” e “população em situação de rua” são sintomáticas de decisões tomadas do passado, como a de não apostar, por exemplo, no desenvolvimento nacional e autônomo do Brasil a partir de políticas de industrialização interna, subentendendo como uma “saída” para uma possível homogeneização social do país. Já com relação aos ODS, demonstrou-se ser mais uma proposta de modelo de exploração de países subdesenvolvidos em nome do liberalismo triunfante.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua; ODS; Industrialização; Modelo socioeconômico; Herança colonial.

Abstract

This article addresses a social segment that is considered one of the most serious and visible aspects of social inequalities in Brazil: the homeless population. The study aims to explain part of this social reality based on interpretations of Brazilian colonial history and economy, in order to engage with contemporary proposals considered as “progress of nations”, recently better known as the “common framework of actions” of the Sustainable Development Goals (SDGs), understood as capable of addressing chronic problems such as the homeless population. And with the work supported by a bibliography of authors in economics, social sciences, and UN reports, it is concluded that some expressions such as “poverty”, “inequality”, and “homeless population” are symptomatic of decisions made in the past, such as not investing, for example, in the national and autonomous development of Brazil based on internal industrialization policies, implying that this was a “way out” for a possible social homogenization of the country. Regarding the SDGs, it has been shown to be yet another proposal for a model of exploitation of underdeveloped countries in the name of triumphant liberalism.

KEYWORDS: Homeless population; SDGs; Industrialization; Socioeconomic model; Colonial legacy.

Introdução

O tema aqui abordado traz um segmento social como sendo um dos aspectos mais graves e visíveis das desigualdades sociais brasileiras: a população em situação de rua. O estudo se direciona ao “quadro de ações comum” dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), feito de 17 ações amplas, mas que se vincula entre elas o total de 169 metas compreendidas como capazes de enfrentar problemas, por exemplo, como o da população em situação de rua, com vistas a entrega de resultados mais completos. O projeto faz parte de um pacto internacional, sob diligência da Organização das Nações Unidas (ONU) junto a 193 países, onde colocam-se na missão de solucionar problemas crônicos do mundo até 2030, oportunidade para se intitular de: Agenda 2030 (ONU, 2015).

A questão é que tais objetivos e metas ousadas facilmente despertou ceticismo entre especialistas (MOREIRA et. al, 2019). Claro, a

razão da descrença ampara-se em temas complexos de resolução, como o caso de se deparar com 150 milhões de pessoas desabrigadas no mundo, uma equivalência de 2% da população global segundo o World Economic Forum (2021). Esta população desabrigada é identificada no Brasil como “pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2005b), e registrou entre 2019 e 2022 cerca de 281.472 pessoas vivendo nas ruas em todo território brasileiro (IPEA, 2023), onde 36.367 delas encontra-se na capital paulista (DIAS, 2021), quantidade significativa diante de uma população geral de 11.451.245 pessoas, e de 7.527,76 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

A realidade demonstrada pelos dados desperta a hipótese de que o mundo enfrenta uma certa incapacidade de atender a população em situação de rua. E o Brasil é um dos países signatários dos 17 ODS, marcando compromisso desde 2015 (BRASIL CUMPRE..., 2015). Especificamente

falando da capital paulista, se reconhece um notável esforço diário de consolidar uma rede de serviços de proteção social no território, com Centros de Acolhida, Núcleos de Convivências, Repúblicas etc. Mesmo assim, paralelamente às medidas o local registrou-se uma variação anual de 23,2% de pessoas dormindo em praças, debaixo de marquises e viadutos, nas calçadas etc., segundo cálculos realizados nos anos 2019 e 2021 (SÃO PAULO, 2021), uma discrepância quando se compara no mesmo período com o crescimento populacional geral da cidade de apenas 0,6% (SÃO PAULO, 2021).

A população em situação de rua já mereceu diversas análises, assim como este artigo se propõe apresentar um breve quadro crítico da atual realidade brasileira, em especial da cidade de São Paulo. Mas, desta vez, o estudo tem como objetivo enveredar em interpretações histórico-econômico colonial brasileiro para tentar

buscar explicações da realidade social interna, como esta, marcada pela presença da população em situação de rua; a priori, sabe-se que a reprodução de mecanismos econômicos e sociais excludentes desde o processo de colonização potencializa-se em questões atuais do país. Em seguida, o texto tenta compreender a real proposta dos ODS juntamente com as possibilidades de atendimento à população em situação de rua. O estudo é amparado por uma bibliografia de autores da economia, das ciências sociais, de relatório da ONU e de censo da população em situação de rua.

Brasil e América Latina à luz de Caio Prado Jr, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso: a população em situação em rua em questão

Buscar explicações sobre o fato de pessoas estarem em situação de rua certamente liga a várias interpretações. Nas literaturas, encontra-se explicações de afirmar ser um fenômeno exclusivo da pobreza, ou associa-se ao reflexo de desemprego, carência de moradia – visto que ela (a moradia) é quase sempre tratada como “mercadoria” e não como um direito –, à imigração não planejada de pessoas a territórios sem política de amparo, às questões relativas à saúde, dependência de substância psicoativas, conflitos familiares etc.

Das compreensões mais díspares possíveis sobre o fenômeno o que se sabe é que objetivamente são situações que levam à “exclusão” (VÉRAS, 1999), reconhecidas como um tipo de corporificação da violência imposta pela ordem capitalista (SILVA, 2009). Sem dúvida, são evidências concretas

de vulnerabilidades e desigualdades sociais que podem ser respondidas e interpretadas também como um produto de um tempo histórico de contingências políticas e econômicas. Por essa razão, não se deve perder de vista o enfrentamento morfológico-estrutural, tendo como pressuposto o tipo de “coletivização da riqueza” produzida.

A “socialização” de riqueza sob um sistema internacional de relações de poder, expressa por um modelo colonial, pode ser um dos exemplos marcantes e de explicações atuais, partindo da ideia de nações hegemônicas impondo um modelo socioeconômico e política de exploração às (“ex.”) colônias. O Brasil, bem como a América Latina, foi um espaço geograficamente deliberado a beneficiar interesses das grandes metrópoles capitalistas (MATTEI, 2015).

Saes (2009) se delineaia explicar que tais serviços prestados ao exterior funcionaram com base nos “ciclos

da economia colonial” (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária, coleta etc.), e que de fato demonstraram potencialidades, no entanto com esgotamentos por uma economia primária; pareceu que nada restou da riqueza atizada por séculos de trabalho. Para aquele momento, não existiam outras possibilidades de vida e de produção; produtores coloniais viviam sob um mundo de “políticas coloniais”; e, claro, se tornaram aliados do projeto colonial interno, interligado a um liberalismo econômico externo. Em certa medida, como dizia Caio Prado Jr. (1907-1990), o notável intérprete da “formação do Brasil”, a sociedade brasileira enfrenta uma “deformidade capitalista” pela herança de seu passado colonial: por ser uma economia voltada exclusivamente para o mercado externo, que não atendia necessidades de sua própria população, além de fixar-se em relações atrasadas no/do campo (como remanescente do passado escravista) (SAES, 2009).

Como tentativa de superar esse cenário de amarras do passado, no Brasil ainda houve esforços de discutir e vislumbrar condições de passagem de uma economia primário-exportadora para a industrial, sob o delineamento de uma política de desenvolvimento por meio da industrialização (SAES, 2009). Para Celso Furtado, por exemplo, um dos intelectuais brasileiros de grande destaque no âmbito da Economia e em assuntos relativos a Desenvolvimento, compreendia que a experiência dos anos 30 do país sugeria essa possibilidade de avanço do processo de industrialização por meio de políticas que reproduzem ou mantivessem condições favoráveis. E Furtado não estava sozinho no vislumbramento à superação do país, pois similarmente a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) comungava dessa ideia à região latino-americana. Seriam propostas de uma política

industrial com algum protecionismo, de planejamento econômico, de financiamento governamental para investimentos industriais e de presença do Estado na infraestrutura e em ramos estratégicos para a industrialização (SAES, 2009).

Para Furtado e a CEPAL a industrialização era um meio de se alcançar o desenvolvimento do território, não apenas pelo crescimento quantitativo do produto e/ou da renda per-capita, mas principalmente pela elevação do padrão de vida do conjunto da população. Admitia-se que o crescimento urbano-industrial seria capaz de absorver o excedente populacional das áreas rurais com melhor oferta de remuneração, isto é, o projeto tenderia a contribuir à elevação de salário do trabalhador do campo quando inserido ao nível de trabalhador urbano. A esperança talvez fosse a de reproduzir na América Latina a experiência dos países europeus (SAES, 2009). Contudo, as esperanças dos anos 50 “caem por terra”.

Nos anos 60 já se pairava a aura política e ideológica de acreditar na

impossibilidade de um desenvolvimento nacional independente, do modo como a CEPAL apostou. Era a noção de “dependência” do sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que definia os limites a que o desenvolvimento latino-americano estava sujeito: “não era apenas a impossibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo, mas principalmente a incapacidade de a industrialização dependente corresponder às esperanças desenvolvimentistas de promover a homogeneização social” (SAES, 2009, p. 190).

(...) criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. [...] Seria irrealista (senão apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto, significa o progresso das

forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão do trabalho. É realista imaginar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitam tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população (FALETTO E CARDOSO, 1985 apud SAES, 2009, p. 190).

O fato de não se apostar em “saídas” para os mecanismos de reprodução econômicos e sociais excludentes no período de colonização, potencializou que tais reproduções se mantivessem nos processos ditatoriais ao longo do século XX, como também durante o neoliberalismo: sistema que significativamente contribuiu para elevar a pobreza na década de 1990; políticas neoliberais foram justificadas como mecanismo de combate à crise econômica dos anos 1980 (CAMPOS, 2017), mas, Castel (1998), advertiu sobre as ameaças advindas das

políticas neoliberais, principalmente com relação a sua “desmontagem” no sistema de proteção social, razões para que desestabilizasse a sociedade salarial existente no decorrer do século XX. Tais políticas marcaram uma nova fase da pobreza na América Latina (LEGUIZAMÓN, 2005).

O aspecto estarrecedor é perceber que na América Latina pelo menos 2/3 de sua população vive em cidades de 20.000 habitantes ou mais, e quase 80% delas estão em zonas urbanas, isto é, em territórios mais urbanizados “do mundo em desenvolvimento” (CEPAL, 2012). O problema é que nesses centros urbanos apresentam cenário de pobreza, informalidade, precariedade habitacional, falta de cobertura de serviços básicos, como deficiências do transporte coletivo, escassez de equipamento comunitário e espaços públicos etc. (CEPAL, 2012); uma urbanização acentuada e de pouco desenvolvimento social emergem-se camadas de desamparados urbanos no mundo (GHOSH, 2020).

A desigualdade social se alastra na América Latina de acordo com a CEPAL (2020), pois registra-se no território que 33,7% de sua população vive na linha da pobreza e 12,5% na extrema pobreza. E entre diversas expressões da pobreza, depara-se com aquela população

que passa a viver em situação de rua. Na América Latina encontramos pessoas em situação de rua no Brasil, na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Peru, na Venezuela, na Costa Rica, na Guatemala, no Haiti, na Honduras e no México. Pode-se verificar a quantidade deles no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: População em situação de rua em regiões da América Latina

REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
São Paulo	21,57 (2018)	24.344 (2019)
Bogotá	7,41 (2018)	9.538 (2017)
Buenos Aires	15,05 (2019)	7.251 (2019)
Santiago	6,1 (2011)	5.760 (2011)
Cidade do México	21,6 (2019)	4.354 (2019)
Guadalajara	1,4 (2010)	700 (2020)
Lima	11,5 (2019)	60 (2020)

— Fonte: *Chrispiano (2021)*.

Os dados do Quadro 1 revelam que a população em situação de rua predominantemente se concentra em regiões centrais da cidade por razões óbvias, por ser locais de fluxos de pessoas, comércios e serviços, que de certa forma facilitam a desenvolver suas atividades diárias para sua sobrevivência. Nessa, facilita também a desenvolver trabalhos informais e geradores de renda, como as de catador de materiais recicláveis no Brasil. A prova dessa busca pela sobrevivência em regiões centrais é que na cidade de São Paulo, no censo de 2019, contou-se na região da Sé o total de 11.048 pessoas em situação de rua.

Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) no “combate” às desigualdades sociais

Como forma de tentar reverter a vulnerabilidade e desigualdades sociais no mundo, cada vez mais propostas de responsabilidade social, promoção de

saúde e bem-estar, preocupação com aspecto ambiental e sustentabilidade etc. emergem-se nos últimos anos. Por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é um dos projetos que vem à tona por esse ideal, e aderido entre os anos 2000 e 2015 pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) com objetivo de combater a extrema pobreza, a fome, promover a saúde e igualdade etc. E não parou por aí, pois dessa emergência lança uma atual proposta como sendo o “novo modelo de progresso” das nações: a Agenda 2030.

Na Agenda 2030 orienta-se a mais objetivos e metas quando comparada com os ODM, a fim de “atender de vez” as complexidades dos problemas no mundo. O projeto é pactuado com 193 países desde 2015, especificamente para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Em tais objetivos contempla-se dimensões do social, político, econômico e ambiental,

como proposta de modelo de desenvolvimento, mas dessa vez, com a alerta da ONU de que: “ninguém fique para trás” (ONU, 2015). Ela reúne temas de enfrentamentos como:

erradicação da pobreza, combate à fome, promoção de saúde e bem-estar, educação de qualidade, acesso à água limpa e potável, saneamento básico, redução das desigualdades sociais, cidades e comunidades sustentáveis, mudança global do clima, proteção de vida marinha e terrestre, promoção de paz e justiça, instituições eficazes, crescimento econômico e sustentável, inovação de infraestrutura, consumo responsável etc. (ONU, 2015)

Para o enfrentamento das questões citadas, a Agenda 2030 recomenda aplicações de ações interdependentes entre “objetivos” e “metas”. Por exemplo, para trabalhar com a questão da “pobreza” (ODS1) e querer obter resultados mais completos,

orienta-se aplicar propostas que possam tocar também no tratamento da redução das desigualdades (ODS10), que envolve pautas como: renda, inclusão social, econômica, igualdade de oportunidades, redução das desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, promoção de políticas especialmente fiscal, salarial e de proteção social, facilitação da imigração, promoção da igualdade dentro e entre os países etc. (ONU, 2015).

A questão é que estas aplicações se intensificam ao saber que a Agenda 2030 foi pensada para entregar responsabilidade de resolução a cada país, isto é, os problemas crônicos do mundo e de cada território devem ser resolvidos por cada governo e município local. Em outras palavras, se trata de entrega de responsabilidades a países com realidades completamente distintas em termos de Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), carências, potencialidades, infraestruturas e assim por diante (VÉRAS; CORDEIRO, 2023). É por essa razão que Moreira et. al (2019) apresenta em seu artigo o ceticismo entre os cientistas com relação a Agenda 2030; com o endossamento de tarefas a cada país, os cientistas esperam nada além do risco de os ODS serem cumpridos desigualmente nas regiões do mundo. Alguns países não têm sequer condições de atingir resultados parciais orientados pelos ODS (MOREIRA et. al., 2019).

Dadas as condições, abre-se aqui espaço para pensar que a Agenda 2030 é mais um sistema internacional de dominação sobre regiões em desenvolvimento. Diria ser mais uma proposta de modelo colonial ao mundo, conhecido entre o século XVI e XIX, onde as nações hegemônicas impõem às colônias o modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante. Vinculado a este projeto, pode-se complementar

a dizer que a Agenda 2030 está a serviço de políticas neoliberais, pois entregar responsabilidade do cumprimento dos ODS ao país é comparável com o que se advoga a ideologia neoliberal do “sucesso individual” (CORDEIRO, 2024).

A questão é que os 33 representantes de países da América Latina e Caribe foram cooptados por essa Agenda, se comprometendo com a transformação até 2030, segundo a reunião realizada pela CEPAL, em 26 de abril de 2023. Como sabe-se, são países classificados como “subdesenvolvidos”, e que normalmente apresentam orçamentos pouco capazes de impulsionar o que se propõe na Agenda, além de enfrentarem questões crônicas como o da pobreza e desigualdade interna, marcadas pelo colonialismo com base na exploração e violência (como as dos povos originários e dos escravizados), pelas concentrações de terras e rendas, de exclusões socioeconômicas e cultural etc. (VÉRAS; CORDEIRO, 2023).

A população em situação de rua no Brasil e na cidade de São Paulo, e as medidas de proteção social aplicadas

Como consequência de o Brasil não apostar em “saídas” para o desenvolvimento nacional, principalmente por meio da industrialização, desgraçadamente a pobreza e as desigualdades sociais é o que ganham destaque no território.

Por exemplo, a população em situação de rua agrava-se desse cenário, e certamente é um dos segmentos sociais mais visíveis do país; é um público que apresenta sua notável conexão com o mundo urbano. Segundo Karam (2015), divergem-se os períodos em que se iniciou o fenômeno, mas tudo indica que teve início no período do Brasil-colônia. E por não ter dados oficiais desse período, salta-se para o ano de 2009, onde nacionalmente se começa a contar a população em situação de rua no Brasil.

Assim, foram identificados no ano de 2009 o total de 31.922 pessoas vivendo em calçadas, praças, debaixo de viadutos e marquises, bem como pernoitando

em albergues (BRASIL, 2009). O crescimento delas chegou no ano de 2015 em 101.854 pessoas, segundo o IPEA (2016), um aumento significativo em relação a 2009. Desse total, 40,1% foram identificados nos municípios com população superior a 900 mil habitantes. No entanto, não parou por aí, o IPEA registrou no ano de 2020 o número de 221.869 pessoas vivendo nas ruas em todo o Brasil, onde a maior concentração está no Sudeste, com 124.698 pessoas, seguida do Nordeste com 38.237 pessoas, no Sul com 33.591 pessoas, Centro-Oeste contanto 15.718 pessoas e, por último, a região Norte com o total de 9.626 pessoas em situação de rua.

Neste relatório do IPEA, entre 2012 e 2020, registou-se aumento de 140% do público (IPEA, 2020), no entanto, no último levantamento divulgado também pelo Ipea, correspondente entre os anos 2019 e 2022, atingiu a marca de 281.472 pessoas. E as causas de estarem nas ruas são as mais diversas, mas dentre elas se destacam: desemprego e pobreza.

Não é de estranhar, pois se retornarmos em 2009 o “desemprego” já apontava 29,8% dos casos, como sendo o 2º dos principais motivos de estarem na rua. Já o problema de “uso de álcool e droga” apresenta-se em 1º lugar dos casos, atingindo 35,5%, e em terceiro lugar segue os “conflitos familiares” com 29,1% (BRASIL, 2009, p. 88); os homens ocupam 82,0% desta população no Brasil; dos recenseados a faixa etária é relativamente jovem, entre 26 a 45 anos; à maior proporção estão os negros (considerando os pardos e pretos) com 67,0% da população; 48,4% possuem o primeiro grau incompleto (BRASIL, 2009).

A pluralidade de problemas prioriza-se para pensar ações para um sujeito de direitos (ROSA, 2005), mas somente depois de muitas lutas sociais significativas; os resultados das lutas resultaram na Constituição Federal de 1988. Nela, não se encontra uma política voltada diretamente a população em situação de rua, mas é o ponto de partida

onde se dá relevância à concretização de direitos fundamentais, como na responsabilidade de o Estado de garantir assistência social (arts. 194 e 203), saúde (art. 196), educação (art. 205), proteção à família (art. 226) etc.

A Constituição de 1988 se tornou o grande “guarda-chuva” das demais políticas que estavam por vir para a questão da população em situação de rua. Assim, promulgou-se: em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentando diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado; em 2005 concretiza a Lei 8.742 da Assistência Social, que se dispõe sobre a organização de serviços de atendimento para pessoas em situação de rua; em 2010 chega a Orientação Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS nº7 de 2010, referente às diretrizes aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em

situação de rua no Cadastro Único; em 2011 foi o momento de chegada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir da Lei 12.435; em 2012 se publica a Portaria n° 140, de Cofinanciamento Federal dos Serviços de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua, Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens adultos com deficiência, em situação de dependência; em 2015 implementa-se a Portaria 13, alterando a Portaria 843/2010 sobre o cofinanciamento Federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros de Referências Especializados para a População em Situação de Rua; em 2017 surge a Portaria n° 420 de 2017, que dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao Município São Paulo para execuções de ações socioassistenciais com relação ao elevado contingente de pessoas em situação de rua; entre outros.

Trata-se apenas de um resumo de medidas de proteção social do âmbito nacional; os anos 2000 pode-se dizer como um período crescente de

preocupação de políticas públicas diretamente destinadas à população em situação de rua (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009; BRASIL, 2012).

Agora, descrevendo o problema no âmbito municipal, especificamente o da cidade de São Paulo, abre-se aqui informando que no ano 2000 já existiam cerca de 8.706 pessoas em situação de rua, saltando no ano de 2015 para um total de 15.905 pessoas (FIPE, 2000 e 2015). No censo de 2019 o número sobe para 24.344 pessoas contadas, e no ano de 2021 atinge por volta de 31.844 pessoas, segundo dados do censo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); outro estudo datado no mesmo ano de 2021, desta vez realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (POLOS-UFMG), registrou um número ainda maior, de 36.367 somente na capital paulista, diante de 65.728 pessoas no Estado de São Paulo e 160.097 contabilizadas a nível nacional (DIAS, 2021).

Dessas pessoas localizadas na cidade no ano de 2019, cerca de 85% eram do sexo masculino e 15% do sexo feminino. Desde o censo de 2015 o percentual de pessoas do sexo masculino era de 84% e de pessoas do sexo feminino era de 16,0%, o que quer dizer que não houve mudança na predominância entre os dois censos. Em 2021 o público atinge 49,4% a faixa etária entre 31 e 49 anos, onde a maior incidência são de pessoas declaradas pardas, com 47,1%, seguida por pessoas declaradas brancas, com 25,8%, e pretas com 23,7% (CENSO, 2021).

A heterogeneidade identificada no âmbito municipal vem acompanhada de demandas, normalmente relacionadas a privações e violações de direitos, perdas ou fragilidades de vínculos de afetividade, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza, e por diferentes formas de violência etc. (PNAS, 2005).

A Política de Assistência Social do município, como falado

anteriormente, se destaca por meio das notáveis implementações de serviços socioassistenciais. Majoritariamente são serviços tipificados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). E de acordo com ela, vem ofertando para o público em situação de rua:

25 Serviços de Abordagem, com 11.070 vagas para adultos e crianças; 1 Serviço de Abordagem Social para apoio à CAPE; 60 Centros de Acolhida para população em situação de rua, com atendimento 16h e 24h, incluindo o atendimento do Boraceia, no total de 20.254 vagas; 2 Centros de Acolhida Especial para Convalescentes, com 93 vagas; 6 Repúblicas para Adultos, com 255 vagas; 1 Centro de Acolhida para Catadores, com 55 vagas; 1 Centro de Acolhida com Inserção Produtiva 24h / 200 vagas; 1 Bagageiro; 13 Núcleos de Convivência para Adultos em situação de rua / 4.402 vagas; 2 Projetos Especiais Autonomia em Foco / 300 vagas; 2 Serviços de Abordagem às pessoas na rua usuárias de substâncias psicoativas/ 1.100 vagas (SMADS, 2021).

Mas, o crescimento exponencial do segmento social desafiando a quantidade de serviços que se implementa ao ano torna-se algo preocupante. Indica-nos até aqui que o mundo não está em condições de apresentar soluções cabíveis, mesmo considerando os esforços aqui demonstrados do Brasil de tentar atender o público, em especial o da SMADS, um compromisso que acontece bem antes do pacto da Agenda 2030.

Por outro lado, a questão da “incapacidade de atendê-los” também se torna um problema, pois só ajuda a reforçar a perpetuação da manutenção da violência interna do país, do preconceito e da invisibilidade deles enquanto sujeitos de direitos; a falta de políticas eficazes corrobora com mais fatores de risco, pobreza e desigualdade no mundo.

Outra questão que certamente se deve levar em consideração é que os “descasos cometidos” com o público tanto no Brasil e na cidade de São Paulo também podem

se traduzir como fatores de “dependência local” à ajuda de países desenvolvidos para a resolução ou combate do problema, no sentido de uma real cooperação internacional pelos ODS. O que contraria é que, hoje, segundo Ghiraldelli (2023), encontra-se dificuldades generalizadas em apresentar utopias, projetos de reformas um pouco mais ambiciosos, fruto da força inercial do neoliberalismo.

Considerações finais

O artigo enveredou-se a demonstrar que o Brasil ainda sofre pela decisão tomada do passado, desde a época colonial, de não apostar no desenvolvimento nacional e autônomo a partir de políticas de industrialização interna, subentendendo que seria uma “saída” para uma possível homogeneização social, principalmente na elevação do padrão de vida do conjunto da população. E como consequência alastra-se pobreza e desigualdade social no território; uma das expressões sintomáticas à decisão do passado fez com que agravasse a presença da população em situação de rua no país.

Por outro lado, autores fora do âmbito da economia apontam para outras explicações, dizendo que quaisquer alterações do capitalismo incidirão em novos padrões de segregação urbana e desigualdades, bem como contribuirá na nova geografia da pobreza (DE LUCCA, 2007). Essa questão contrapõe diretamente àqueles que acreditam veementemente que uma forte industrialização era um meio de resolver os problemas sociais, isto é, que por meio do desenvolvimento industrial aumentaria a chance de garantir bem-estar e melhores condições de vida. Pelo contrário, paralelamente se potencializou muitos conflitos, e um deles é a “exclusão social”; a problemática da desigualdade é inerente ao capitalismo, que é excludente por sua natureza estrutural (VÉRAS, 2004).

Seria talvez mais assertivo dizer que a política de industrialização resolveria parcialmente o problema da pobreza e da desigualdade interna do país. Ora, do contrário, países desenvolvidos, fortemente

industrializados, não apresentariam sinais de pobreza na sua história, como o exemplo da Inglaterra, considerada o berço da Revolução Industrial, mas sempre conviveu com a pobreza e desigualdades locais.

Com relação a Agenda 2030, o artigo demonstrou claramente que a proposta faz parte de um sistema internacional de dominação sobre regiões em desenvolvimento, e que sequer há interesses de desenvolver uma cooperação de ajuda entre países com os problemas crônicos e internos dos países subdesenvolvidos. Diria ser mais uma proposta de modelo colonial ao mundo, de exploração destes em nome do liberalismo triunfante. E vinculado a este projeto, complementa-se a dizer que a Agenda 2030 está a serviço de políticas neoliberais, pois, como já foi falado anteriormente, entregar a responsabilidade do cumprimento dos ODS ao país é comparável com o que se advoga a ideologia neoliberal do “sucesso individual”.

Referências

- BORGES CORDEIRO, D. Desafios para os ODS até 2030: uma análise a partir da política de assistência social para a população em situação de rua da cidade de São Paulo. *Revista Debates*, 18(1), 2024. p.12-32.
- BRASIL CUMPRE **objetivos e assume novos compromissos na ONU**. Portal do Governo, 23 set. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/setembro/brasil-cumpre-objetivos-e-assume-novos-compromissos-na-onu>. Acesso em: 07 novembro 2024.
- BRASIL. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988.
- BRASIL. **Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS nº 07, de 22 de novembro de 2010**. Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005b.
- BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2005.
- BRASIL. **Portaria nº 13, de 24 de fevereiro de 2015**. Altera a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade –PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social –CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua –Centro POP. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Portaria nº 140, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso de Alta Complexidade II –PAC II dos Serviços de Acolhimento Institucional e de Acolhimento em República para adultos e famílias em situação de rua e Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência. Brasília, 2012.
- CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis*, v. 16, n. 47, p. 329-351, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHRISPIANO, G. F. **Vias Abertas da América Latina: uma análise do fenômeno das pessoas em situação de rua em São Paulo e Santiago** (Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina). São Paulo: USP, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A urbanização apresenta oportunidades e desafios para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável.** Cepal, n. 73, 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Países concordam com a urgência de promover ações ousadas e transformadoras para acelerar e corrigir o curso para alcançar os ODS.** Portal da Cepal, 26 abr. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama social da América Latina.** Cepal, 2020.

CORDEIRO, D. B. Política pública de assistência social do Brasil: entendendo a operacionalização a partir de seus conflitos. **Ponto-E-Vírgula**, (27), 2021, p. 45-58.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

DIAS, André Luiz Freitas. **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil: relatório técnico-científico.** Belo Horizonte: Marginália, 2021.

FERRARI, Andrés; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011

GHIRALDELLI, Paulo. **Subjetividade maquínica.** São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

GHOSH, S. "Understanding homelessness in neoliberal city: a study from Delhi". **Journal of African and Asian Studies**, vol.55, n. 2, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012 a 2020).** Nota Técnica nº 73. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).** Nota Técnica nº 103. Brasília, 2023.

KARAM, B. J. **O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo.**

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2015.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. **Trabajo y producción de la pobreza en**

Latinoamérica y el Caribe: discursos, estructuras y actores. Buenos Aires: Clacso Crop, 2005.

MATTEI, Lauro. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. **Revista Katálysis**, v. 18, n. 2, 2015.

MOREIRA, M. R. et al. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS. **Saúde em Debate**, v. 43, n. esp., dez. 2019

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova Iorque: ONU, 2015.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua.** São Paulo: Hucitec, 2005.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**. V.2 N.1 – Jan/Jun 2009.

SÃO PAULO. **Pesquisa censitária da população em situação de rua de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura Municipal, 2019

SÃO PAULO. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura Municipal, 2021.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

VÉRAS, M. **Hexapolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo.** São Paulo: EDUC, 2004.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; CORDEIRO, Diego Borges. Nomadismo urbano e vulnerabilidade: população em situação de rua em São Paulo e os desafios às políticas sociais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 47, p. 474-503, 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Estes projetos inovadores estão a combater os sem-abrigo em todo o mundo.** 2021. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/10/innovative-projects-tackling-homelessness-around-the-world/>. Acesso: 01 dez. 2024.

APRESENTAÇÃO DA CÁTEDRA CELSO FURTADO

Rafael Rodrigues da Costa

Criada em 2005, a Cátedra Celso Furtado é um programa extensionista da FESPSP que articula ensino, pesquisa e extensão a partir de uma agenda voltada para o enfrentamento das desigualdades e a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Desde 2024, o tema do Desenvolvimento Sustentável tornou-se o eixo principal de discussão da Cátedra, com foco no papel do Brasil frente à crise climática e à reconfiguração da ordem geopolítica mundial. Confira os destaques do ano:

Eventos e Parcerias

Em 2024, a Cátedra Celso Furtado intensificou sua atuação por meio da promoção e participação em eventos relevantes dentro e fora da FESPSP.



Debates Contemporâneos

Reunindo nomes como **Clara Mattei** (economista da New School, autora do livro “A Ordem do Capital” - reconhecido pelo Financial Times como um dos dez melhores livros de economia de 2022) e **Uallace Moreira** (secretário do MDIC, um dos autores do programa Nova Indústria Brasil), os Debates Contemporâneos reuniram atores relevantes da política, economia e sociedade para discutir temas da atualidade.

Parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Em agosto, promovemos uma atividade conjunta com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), a Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação e a disciplina de Economia Brasileira da Escola de Sociologia e Política. A aula aberta,

ministrada pelo professor Alexandre de Freitas Barbosa abordou sobre a vida e obra de Celso Furtado, marcando o início das atividades do semestre de extensão e os vínculos com o Acervo e Biblioteca Celso Furtado do IEB.



Parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

Em 2024, a Cátedra Celso Furtado contribuiu para a parceria da FESPSP com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consolidando a atuação de integração entre academia

e movimentos sociais. Em outubro, o MST participou da mesa de abertura do XIII Seminário de Pesquisa da FESPSP, com a participação de João Pedro Stédile, coordenador geral do Movimento e a coordenadora da Sociologia e Política, Tathiana Chicarino.



XIII Seminário de Pesquisa da FESPSP

Durante o Seminário de Pesquisa da FESPSP, a Cátedra Celso Furtado organizou dois: “Economia política e sustentabilidade” e “Indústria, tecnologia e sustentabilidade”, coordenados pelos professores Rafael Rodrigues da Costa e Euzébio Jorge da Silva de Souza.



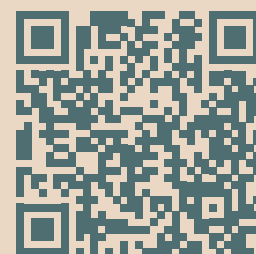
Grupos de Estudos

Os grupos de estudos desempenham um papel estratégico na missão institucional da Cátedra Celso Furtado, funcionando como um espaço para a troca de ideias, o aprofundamento teórico e a construção de perspectivas críticas sobre os rumos do desenvolvimento. Ao reunir estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, o grupo fortalece o caráter interdisciplinar e conecta as reflexões acadêmicas aos temas e discussões contemporâneas. A Cátedra coordenou dois grupos em 2024:

Estado, Desenvolvimento e Sustentabilidade:

11 encontros, mais de 150 participantes e debates sobre desenvolvimento sustentável, transição energética, inteligência artificial e política industrial. Participe do nosso grupo com o QR CODE ao lado ou acessando o link:

<https://chat.whatsapp.com/Djn8SnooLARBbjxZjSiqxN>



Política Contemporânea

Coordenado por Roseli Coelho e Paulo Souza, abordou temas como democracia e extrema-direita, organizando uma mesa sobre as eleições de 2024 no Seminário de Pesquisa da FESPSP.





Iniciação Científica

Voltada para o incentivo à pesquisa acadêmica entre estudantes de graduação, essa iniciativa proporciona aos discentes a oportunidade de aprofundar suas investigações em temas relevantes, promovendo a formação de novos pesquisadores e contribuindo para a consolidação de uma agenda de pesquisa na instituição.

Em 2024, a Cátedra Celso Furtado selecionou 5 projetos de iniciação científica, sendo 1 pelo PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e 4 pelo PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica). Os temas dos trabalhos tratam de:

- Políticas climáticas;
- Desenvolvimento sustentável;
- Saneamento;
- Indústria e tecnologia.

Atenção! Edital do PIBIC/PIVIC 2025 será lançado até o final do primeiro semestre deste ano. Saiba mais em: <https://fespsp.org.br/pesquisa/>

Publicações

A Cátedra Celso Furtado ampliou sua atuação em 2024 por meio de publicações em revistas científicas e da presença em veículos de comunicação, contribuindo para o debate público e o fortalecimento do diálogo entre a academia e a sociedade. Aqui estão alguns dos textos publicados no período:

Artigos acadêmicos:

Inovação tecnológica, carros elétricos e sustentabilidade:

Estratégia chinesa e potencial brasileiro (SOUSA, Euzébio J. S.; DEL VECCHIO, Angelo; COSTA, Rafael R. da). Revista Princípios, v. 43, p. 115-135, 2024. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/486>

A distinta estratégia de transição energética nas majors da Europa e dos Estados Unidos (COSTA, Rafael R.; LEÃO, Rodrigo.; LEÃO, André P. F.) In: Transição energética: geopolítica, corporações, finanças e trabalho. Rio de Janeiro: Telha, 2024, p. 37-67. Disponível em: <https://ineep.org.br/transicao-energetica-geopolitica-corporacoes-financas-e-trabalho/>

Imprensa

O custo ambiental da Inteligência Artificial (COSTA, Rafael R.; BARRETO, Matheus). Valor Econômico, 07 nov. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-custo-ambiental-da-ia.ghtml>

China: Reconstruindo a Escada para o Desenvolvimento no Século XXI (SOUSA, Euzébio J. S.) Fundação Mauricio Grabois, 28 dez. 2024. Disponível em: <https://grabois.org.br/2024/12/28/china-reconstruindo-a-escada-para-o-desenvolvimento-no-seculo-xxi/>

Redução da Jornada, Transformação do Mercado de Trabalho e Sustentabilidade no Brasil (SOUSA, Euzébio J. S.) Fundação Mauricio Grabois, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://grabois.org.br/2024/11/21/reducao-da-jornada-transformacao-do-mercado-de-trabalho-e-sustentabilidade-no-brasil/>

O Papel da Embraer na Reindustrialização e Inovação Brasileira (SOUSA, Euzébio J. S.) Fundação Mauricio Grabois, 19 out. 2024. Disponível em: <https://grabois.org.br/2024/10/19/euzebio-jorge-o-papel-da-embraer-na-reindustrializacao-e-inovacao-brasileira/>

Disputa Americana e Prévia de 2026 no Brasil (SOUSA, Euzébio J. S.) Portal PlatôBR, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://platobr.com.br/disputa-americana-e-previa-de-2026-no-brasil-veem-analistas/>

Impacto na indústria e possibilidade de acordos bilaterais. (In: Governo Trump pode obrigar indústria do Brasil a buscar novos parceiros) UOL Economia, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/11/06/trump-industria-brasil.html>

FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo



*Rua General Jardim, 522
Vila Buarque - São Paulo - SP
(11) 3123-7800
fespsp@fespsp.org.br
fespsp.org.br*



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Cursos de **Extensão**

Você e seu currículo
atualizados de forma
prática e eficiente.

Presencial e Online

CURTA E MÉDIA DURAÇÃO



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Cátedra
Celso
Furtado

20
ANOS